



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE PAU DOS FERROS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ALEX FREIRE DE AVELAR

(RE)VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO
URBANÍSTICA/PAISAGÍSTICA AUXILIADA PELA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO NO
MIRANTE PÚBLICO DA CIDADE DE SERRA DE SÃO BENTO/RN

PAU DOS FERROS – RN

2021

ALEX FREIRE DE AVELAR

**(RE)VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO
URBANÍSTICA/PAISAGÍSTICA AUXILIADA PELA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO NO
MIRANTE PÚBLICO DA CIDADE DE SERRA DE SÃO BENTO/RN**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal Rural do Semi-Árido –
UFERSA, Centro Multidisciplinar Pau dos
Feros, como requisito para obtenção do título
de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Dra. TRICIA CAROLINE
DA SILVA SANTANA RAMALHO

PAU DOS FERROS – RN

2021

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (ua) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados seus créditos bibliográficos.

949 Avelar, Alex Freire de.

(Re)valorização do espaço público urbano: proposta de intervenção urbanística/paisagística auxiliada pela Avaliação Pós-Ocupação no Mirante Público da cidade de Serra de São Bento/RN / Alex Freire de Avelar. - 2021.

95 f.: il.

Orientadora: Trícia Caroline da Silva Santana.
Monografia (graduação) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2021.

1. Espaço público. 2. Paisagem. 3. APO. I. Santana, Trícia Caroline da Silva, orient. II. Título.

**(RE)VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO
URBANÍSTICA/PAISAGÍSTICA AUXILIADA PELA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO NO
MIRANTE PÚBLICO DA CIDADE DE SERRA DE SÃO BENTO/RN**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal Rural do Semi-Árido –
UFERSA, Centro Multidisciplinar Pau dos
Ferreiros, como requisito para obtenção do título
de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Defendida em: 16 / 11 / 2021.

BANCA EXAMINADORA

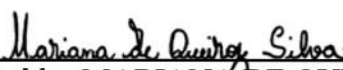
Prof^a. Dra. TRICIA CAROLINE DA SILVA SANTANA RAMALHO
Presidente



Prof. Dr. GABRIEL LEOPOLDINO PAULO DE MEDEIROS
Membro Interno



Prof. Dr. EDUARDO RAIMUNDO DIAS NUNES
Membro Interno



ARQ. E URB. Ma. MARIANA DE QUEIROZ SILVA
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e pela sabedoria para ultrapassar todos os empecilhos pessoais ou acadêmicos.

Agradeço a meus pais, Josemar e Helena, e meus irmãos, Alan e Amanda, por todo o suporte necessário para chegar até aqui, por acreditarem no meu potencial, por sempre me incentivarem e por estarem ao meu lado em todos os momentos. A eles dedico esta conquista.

Agradeço aos colegas de curso que se tornaram meus amigos e estiveram juntos comigo desde o início, Ariani, Josenildo, Luana e Yara, que foram capazes de deixar essa caminhada mais fácil, leve e divertida. Agradeço aqueles que ao longo do curso pude me aproximar e compartilhar diversos momentos.

Agradeço a todos os professores responsáveis pela minha educação ao longo da minha vida, que contribuíram para me tornar a pessoa que sou hoje.

Agradeço a todos os professores que compõem o curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Multidisciplinar – Pau dos Ferros, por difundirem seus conhecimentos e serem responsáveis por me tornar um Arquiteto e Urbanista. Agradeço em especial a minha orientadora, Prof^a. Dra. Trícia Santana, por toda atenção, disposição e paciência durante a elaboração deste trabalho.

Agradeço a todos que fazem parte da UFERSA, por toda dedicação para o funcionamento dessa instituição a qual sempre lembrarei com muito apreço.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para que eu conseguisse chegar até aqui.

RESUMO

O espaço urbano pode ser dividido de acordo com suas propriedades, mas ressalta-se a importância do espaço público, uma vez que são ambientes do povo para o povo. Pode-se destacar ainda os espaços livres públicos, já que são de livre acesso e tem o objetivo de gerar lazer (ativo ou contemplativo) aos usuários, entretanto, nota-se que esses locais estão cada vez menos utilizados, gerando espaços subutilizados, abandonados e sem vida. Nesse contexto, buscou-se estudar o tema realizando associações ao Mirante Público de Serra de São Bento/RN, tendo como objetivo identificar os elementos que compõem o espaço, analisar os anseios dos usuários e as razões para o uso ou desuso do local, e tendo como objetivo geral a elaboração de uma intervenção urbanística e paisagística para melhoria do espaço, buscando atender as necessidades apresentadas pela população local. O estudo se justifica pelo desejo do autor para contribuir com a cidade em questão e por ser um município com o turismo em desenvolvimento. Metodologicamente a pesquisa pode ser caracterizada como uma pesquisa de campo e os trabalhos seguiram cinco passos: a princípio com a revisão da literatura, que buscou as reflexões de autores sobre conteúdo; em seguida a delimitação da pesquisa, onde determinou o método adotado (APO), bem como o público-alvo e as ferramentas de coleta de dados; seguindo com a aplicação da pesquisa, por meio dos métodos e técnicas como: aplicação de questionários, de *Walkthrough* e do poema dos desejos; dando prosseguimento com a análise dos dados, confrontando-os com aspectos da qualidade do espaço público, partiu-se para a elaboração da proposta de intervenção, sendo fundamentada pela APO realizada. O estudo mostrou a importância da aplicação da APO enquanto ferramenta de auxílio projetual, considerando pontos de vistas complementares, como o de técnico e dos usuários, possibilitando a proposição de melhorias expressivas para o projeto urbano-paisagístico de espaços livres públicos.

Palavras-chave: Espaço público; Paisagem; Avaliação Pós-Ocupação.

ABSTRACT

The urban space can be divided according to its properties, but the importance of public space is emphasized, since they are environments of the people for the people. The public open spaces can also be highlighted, since they are of free access and aim to generate leisure (active or contemplative) to users, however, note that these sites are less and less used, generating underutilized, abandoned and lifeless spaces. In this context, we sought to study the theme by making associations with the Public Mirante of Serra de São Bento/RN, aiming to identify the elements that compose the space, analyze the desires of users and the reasons for the use or disuse of the place, and having as a general objective the elaboration of an urban and landscape intervention to improve the space, seeking to meet the needs presented by the local population. The study is justified by the author's desire to contribute to the city in question and for being a municipality with developing tourism. Methodologically the research can be characterized as a field research and the work followed five steps: at first with the literature review, which sought the reflections of authors on content; then the delimitation of the research, where it determined the method adopted (APO), as well as the target audience and data collection tools; following with the application of the research, through the questionnaires, walkthrough and wish poem methods; proceeding with the data analysis, confronting them with aspects of the quality of the public space; finally, the elaboration of the intervention proposal, being based on the APO carried out. The study showed the importance of applying the APO as a design aid tool, considering complementary points of view, as the technician and users, enabling the proposition of expressive improvements for the urban-landscape design of public open spaces.

Keywords: Public Space; Landscape; Post-Occupancy Evaluation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização de Serra de São Bento no estado do RN	16
Figura 2: Mapa de localização de Serra de São Bento	16
Figura 3: Fluxograma das etapas do trabalho	32
Figura 4: Situação e topografia do local de intervenção	36
Figura 5: trecho da RN-269 no acesso ao mirante	38
Figura 6: Acesso do mirante.....	38
Figura 7: Rampa e piso tátil do mirante	38
Figura 8: Estrutura do mirante.....	38
Figura 9: Vista do mirante nas proximidades.....	39
Figura 10: Imagem interna do quiosque	39
Figura 11: Imagem externa do mirante	39
Figura 12: Luminária do mirante danificada	40
Figura 13: Vegetação no mirante	42
Figura 14: Espaço para ajuste cênico	42
Figura 15: Mirante deteriorado.....	43
Figura 16: Vista do Mirante (sul)	47
Figura 17: Vista do Mirante (nordeste)	47
Figura 18: Praça Pôr do Sol – espaços de uso livre.....	54
Figura 19: Pôr do sol na praça.....	55
Figura 20: Mapa esquemático - Praça Pôr do Sol	56
Figura 21: Vista superior da Praça da Saudade	57
Figura 22: Implantação da Praça da Saudade.....	57
Figura 23: Vista da Praça da Saudade	58
Figura 24: Vista aérea do Parque Sokolskaya Gora	59

Figura 25: Implantação do Parque Sokolskaya Gora	59
Figura 26: Espaço de contemplação do Parque Sokolskaya Gora	60
Figura 27: Divisão das Regiões Geográficas do RN	62
Figura 28: Mapa esquemático - Espaços Livre públicos da cidade de Serra de São Bento/RN	63
Figura 29: Situação do local de intervenção.....	66
Figura 30: Mapa do RN com rosa-dos-ventos regionais	67
Figura 31: Direção solar e ventos predominantes	67
Figura 32: Metamorfose da borboleta	69
Figura 33: Analogia na concepção funcional	70
Figura 34: Esquema do desenvolvimento do partido	71
Figura 35: Processo criativo - elemento de sombreamento.....	71
Figura 36: Perspectiva - via acesso ao mirante (extremidade inicial)	73
Figura 37: Perspectiva - via acesso ao mirante (centro).....	74
Figura 38: Perspectiva - via acesso ao mirante (extremidade final - entrada do mirante)	75
Figura 39: Planta humanizada - Mirante	76
Figura 40: Perspectiva - mirante (quiosque)	76
Figura 41: Perspectiva - observatório/arquibancada	78
Figura 42: Paginação - piso sextavado (mirante)	78
Figura 43: esquema - barreira de vento	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Frequência de uso do Mirante Público de Serra de São Bento/RN.....	44
Gráfico 2: Finalidade de uso do Mirante Público de Serra de São Bento/RN.....	45
Gráfico 3: Avaliação qualitativa de elementos do Mirante pela perspectiva da população	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Parâmetros da qualidade do espaço público.....	29
Quadro 2: Avaliação Walkthroug - Aspectos Funcionais.....	40
Quadro 3: Avaliação Walkthroug - Aspectos Ambientais	42
Quadro 4: Avaliação Walkthroug - Aspectos Estéticos	43
Quadro 5: Aspectos positivos e negativos do Mirante Público de Serra de São Bento/RN ...	46
Quadro 6: Reunião dos desejos para intervenção.....	49
Quadro 7: Síntese do programa de necessidades dos estudos de referências.....	60
Quadro 8: Atrativos Culturais do Polo Agreste-Trairi	64
Quadro 9: Programa de necessidades da intervenção	64
Quadro 10: Quesitos de influência da NBR 9050/2020 sob o projeto	68
Quadro 11: Espécies vegetais adotadas para o projeto	79

LISTA DE ABREVIACÕES

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
COSERN	Companhia Energética do Rio Grande do Norte
CRPM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NBR	Norma Brasileira
PB	Paraíba
PCD	Pessoa com deficiência
RN	Rio Grande do Norte
SETUR	Secretaria de Turismo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Sumário

1	Introdução	14
2	Referencial teórico.....	18
2.1	A Cidade e os Espaços Públicos	18
2.2	Espaço público livre como instrumento de lazer	22
2.3	Apropriação, Percepção e Identidade dos Espaços Públicos	25
2.4	Qualidade do Espaço Urbano e Intervenções	27
3	Materiais e Métodos	32
3.1	Diagnóstico da APO: Identificando a Qualidade do Espaço Livre	37
3.1.1	Sobre a Walkthrough	37
3.1.2	Sobre os Questionários	44
3.1.3	Sobre o Poema dos Desejos.....	48
3.1.4	Considerações sobre a APO	50
4	Intervenção: Uma Possível Resposta ao Problema.....	54
4.1	Estudos de referência	54
4.1.1	Praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro	54
4.1.2	Praça da Saudade	56
4.1.3	Parque Sokolskaya Gora.....	58
4.1.4	Contribuições dos estudos de referência à intervenção	60
4.2	Caracterização da Cidade e do Mirante	62
4.3	Programa de Necessidades.....	64
4.4	Condicionantes Projetuais.....	65
4.5	Partido e Conceito.....	68
4.6	A Intervenção.....	72
5	Considerações Finais	80

Referências bibliográficas	82
APÊNDICE A – Modelo de Walkthrough	86
APÊNDICE B – Modelo de questionário.....	88
APÊNDICE C - Proposta de intervenção	90

1 Introdução

Sabe-se que a formação do espaço urbano engloba diversos componentes necessários para a vivência cotidiana, esses componentes diferenciam-se pelos tipos de uso a que são destinados, como residencial, comercial, serviço, industrial, circulação e lazer, cada município tem a liberdade de classificar como lhe convém, estabelecido em seu Plano Diretor. Estes espaços podem ser de propriedade público, privado ou pseudopúblico, onde variam pela forma de acesso aos estabelecimentos (SANTANA, 2003).

Destas propriedades, destaca-se os locais públicos, que são acessados por todos os usuários, sem distinção, exceto se for restringido pelo Poder Público (federal, estadual ou municipal). Esses espaços podem ser ambientes fechados, contidos entre paredes e teto, como escolas, hospitais, secretarias, prefeitura, entre outros. Também podem ser ambientes abertos, como ruas, praças, parques, jardins, vilas, corredores etc. Macêdo (1995, p. 16) classifica esses ambientes abertos como Espaços Livres e conceitua como “todos aqueles não contidos entre paredes e tetos dos edifícios construídos pela sociedade para sua moradia e trabalho”.

Os espaços livres são utilizados tanto por moradores da cidade como por visitantes e quando apresentam qualidade geram a apropriação esperada e, conseqüentemente, a valorização do espaço. Santana (2003, p. 14) diz que quando os usuários valorizam determinado lugar, ocorre uma preservação e manutenção voluntária por parte deles. Desse modo, acontece maior apropriação e aceitação social, que gera uma vida útil maior e mantém a identidade morfológica, como destaca Macêdo (1995, p. 24). O autor citado anteriormente ainda pontua três questões que geram uma vida útil longa do espaço público, que são a adequação funcional (morfologia e dimensão correta), a adequação ambiental (conveniente com o local de implantação) e a adequação estética (aceitação social das formas presentes no espaço).

Entretanto, isto não ocorre em diversas cidades e/ou locais, no qual é comum observar espaços livres que estão em condições obsoletas, sem usos e abandonados pela população e pelo Poder Público. Este abandono pode acontecer quando a área não apresenta elementos suficientes para atender as necessidades e demandas dos utilizadores, sendo imprescindível os projetistas estarem atentos às reivindicações do público-alvo, elaborando um projeto funcional e com estética agradável.

Para projetar espaços livres urbanos, por ser de uso coletivo, deve-se captar as necessidades dos potenciais usuários, de forma a torná-los agradáveis. Entretanto, devido a

diversos fatores que incluem culturas, costumes e percepções, não é uma tarefa fácil decodificar as necessidades, com isso, é fundamental buscar formas de conhecer os anseios da população, tendo as Avaliações Pós-ocupação (APO) como uma forma de atingir este propósito, uma vez que este método permite entender quais fatores que levaram o ambiente ao sucesso ou fracasso, que pode dar possibilidade de realizar intervenções bem-sucedidas.

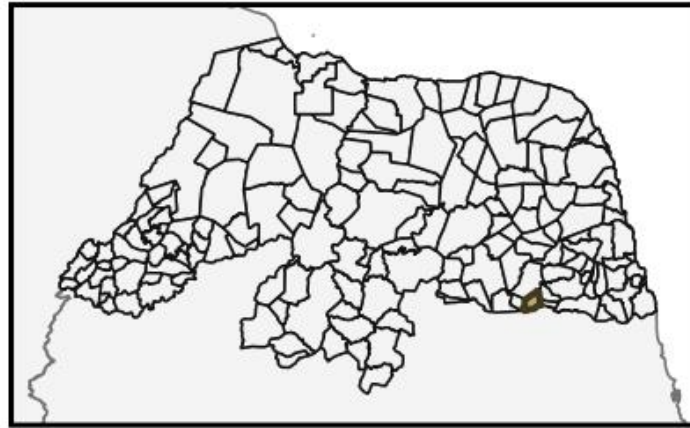
APO é uma ferramenta multimétodos em que deve ser escolhido qual método melhor se adequa ao objetivo pretendido, sendo possível compreender o ciclo de vida do local estudado e com isso trazer melhorias para futuros planejamentos, projetos e produções. Contudo, esse método apresenta vantagens e desvantagens, as “principais vantagens residem na consideração dos pontos de vistas dos especialistas/avaliadores e dos usuários, no tempo e na escala reais [...] sua possível desvantagem está na necessidade, inerente a essa abordagem, de trabalhar com inúmeras variáveis incontrolláveis ou não facilmente controláveis, tais como o comportamento humano e suas relações com o ambiente construído” (ONO et al., 2018, p. 24)

Diante disso, o assunto central da pesquisa é o desenvolvimento de uma proposta de intervenção urbanística/paisagística em um espaço livre voltado para o lazer, tendo as decisões projetuais guiadas pela análise da APO realizada no local escolhido, além de estudos de referências, legislações e normas vigentes.

A problemática da pesquisa surge ao observar os espaços públicos livres voltados para o lazer e entretenimento da população, no qual percebe-se que diversos desses ambientes estão em desuso, abandonados ou subutilizados, levando a questionamentos como: por que esses locais não têm a apropriação esperada? Quais motivos levaram a caírem em desuso? Como poderia ter vitalidade nesses locais? Com base nessas observações e indagações, surge a questão problema para esta pesquisa: Qual estado de conservação e possibilidade de uso do Mirante Público do município de Serra de São Bento/RN?

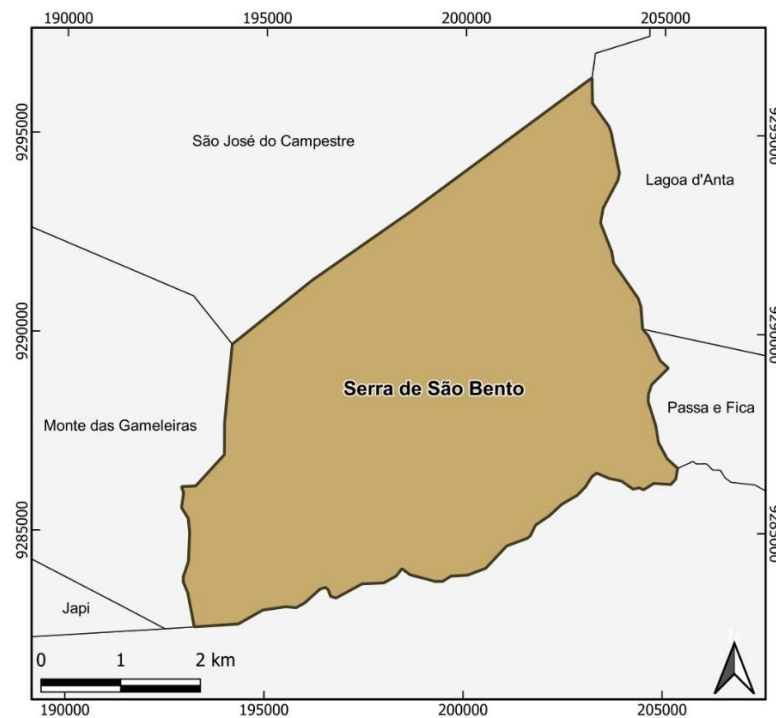
Serra de São Bento é uma cidade de pequeno porte localizado no estado do Rio Grande do Norte (RN) que, segundo o IBGE (s.d.), tinha 5.743 moradores no censo realizado em 2010, com estimativa de 5.751 para o ano de 2020, estando apenas na posição 104º em quantidade de habitantes no estado; tem uma área de 96,628 km² e com densidade demográfica de 59,43 hab/km². Faz divisa com os municípios São José do Campestre, Monte das Gameleiras, Lagoa d'Anta, Passa e Fica e Araruna/PB. Nas figuras abaixo é possível conferir a localização do município no estado e seus limites territoriais.

Figura 1: Mapa de localização de Serra de São Bento no estado do RN



Fonte: Base Cartográfica IBGE (2020), elaborado pelo autor

Figura 2: Mapa de localização de Serra de São Bento



Fonte: Base Cartográfica IBGE (2020), elaborado pelo autor

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral elaborar um projeto de intervenção urbanística e paisagística do Mirante público da cidade de Serra de São Bento/RN, após realizar uma APO do local e compreender os pontos positivos e negativos, considerando fatores que influenciam na qualidade do espaço, seguindo aspectos apresentados por autores como Gehl (2013), Santana (2015), Lamas (2004) e Macedo (1995).

E, como objetivos específicos:

- Identificar os elementos físicos que compõem o espaço em estudo;
- Analisar os anseios, necessidades e desejos dos usuários; e

- Avaliar as razões de uso e/ou desuso do ambiente.

A escolha do local se deu a priori por ser a cidade natal do autor desta pesquisa, pelos vínculos afetivos, sentindo o dever de contribuir positivamente de alguma forma, e ao refletir sobre o comportamento da população diante dos espaços públicos e o estado em que se encontram, foi estabelecido realizar uma proposta de intervenção urbanística/paisagística no Mirante Público da cidade em questão. As melhorias em espaços públicos de lazer geram benefícios tanto para os moradores quanto para os visitantes, uma vez que o município possui um turismo em ascensão, fazendo parte do polo turístico da Setur/RN intitulado Agreste-Trairi, assim, um espaço como o proposto neste estudo pode servir para fortalecer ainda mais o turismo, gerando desenvolvimento econômico e social para a população local.

A estrutura deste trabalho divide-se em seis capítulos, onde o primeiro de Introdução contextualiza a problemática da pesquisa, descrito nos parágrafos acima; o segundo capítulo é responsável pelo Referencial Teórico, apresentando a visão de autores sobre o tema deste estudo e é dividido em quatro itens: A Cidade e Os Espaços Públicos, Espaço Público Livre como instrumento de lazer, Apropriação, Percepção e Identidade dos Espaços Públicos e por fim Qualidade do Espaço Urbano e Intervenções; o terceiro capítulo é a Metodologia, no qual descreve a pesquisa, os instrumentos e procedimentos realizados; o capítulo seguinte denominado Diagnóstico da APO: Identificando a Qualidade do Espaço Livre, apresenta os resultados e análises da pesquisa realizada; o penúltimo capítulo, que tem como título Intervenção: Uma Possível Resposta ao Problema, discorre sobre o processo da intervenção, expondo os estudos de referências, caracterização da cidade e do local, o programa de necessidades, o conceito, o partido e as soluções projetuais; já o último traz as Considerações Finais sobre a intervenção proposta.

2 Referencial teórico

2.1 A Cidade e os Espaços Públicos

É de conhecimento comum que a cidade sofre alterações em busca de melhorias e adaptações para a população, causados por novos costumes, pelo surgimento de novas tecnologias ou para solucionar problemas existentes. A cidade, como se conhece hoje, é fruto da evolução de milhares de anos, embora tenha apresentado mudanças mais radicais com a Revolução Industrial, a partir do século XVIII, como destaca Muniz (2012). Lynch (1997, p.11) afirma que “(...) a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo”.

Sobre o surgimento das primeiras cidades, Benevolo (1999) diz que nasceram de aldeias, mas que não são apenas aldeias que cresceram, algo que também diferencia uma da outra é a velocidade de crescimento, tendo a cidade um desenvolvimento mais rápido. O autor destaca que, no início, as cidades surgiram quando a indústria e serviços deixaram de ser executados pelas mesmas pessoas que cultivavam a terra. Mumford (1998) exterioriza que as aldeias neolíticas já apresentavam estruturas de pequenas cidades, chegando, inclusive, a ser indistinguíveis as grandes aldeias com cidades pequenas. O autor ainda revela que:

(...) a estrutura embrionária da cidade já existia na aldeia. Casa, oratório, poço, via pública, ágora – o qual não era ainda um mercado especializado -, tudo isso tomou forma primeiro na aldeia: invenções e diferenciações orgânicas, que aguardavam o momento de serem levadas avante na estrutura mais complexa da cidade (MUMFORD, 1998, p. 26)

Hardt e Hardt (2007) afirmam que, ao longo da história, as cidades tomaram forma para abrigarem uma certa concentração de pessoas, sofrendo influência dos conhecimentos e cultura local, sempre buscando garantir melhores condições aos moradores. Com isso, as cidades foram crescendo, adquirindo novos usos e ganhando novas formas.

Os espaços da cidade podem ser classificados conforme o tipo de uso ou propriedade, assim, Santana (2003) divide os locais públicos, privados e pseudopúblicos. A autora destaca que os espaços públicos são a oposição dos privados e não é sempre que são de fato públicos, uma vez que podem ser usados pelas autoridades (não apenas representantes políticos) locais

conforme melhor julgarem, sendo ou não de uso coletivo; já os pseudopúblicos são locais privados com uso coletivo, como por exemplo: os hipermercados, galerias de lojas e shopping center.

Santana (2015) diz que os espaços públicos precisam de uma atenção especial ao considerar o macro conjunto da cidade, ela argumenta que este tipo de espaço forma uma rede de ambientes abertos, livres de edificações e acessíveis à população, garantindo locais com diversas funções, como a mobilidade e permitindo encontros.

Assim, para esta pesquisa é necessário buscar o conceito e reflexões sobre o espaço público. Indovina (2002, p.119) constata que “o espaço público é a cidade” e apresenta três pontos de vistas para embasar essa constatação, a primeira é que o espaço público é a ‘condição geral’ para a cidade existir, uma vez que depende tanto de elementos de infraestrutura, como estradas, passeios, praças e largos, assim como outros elementos públicos de uso mais específicos, como parques, jardins, dentre outros; a segunda constatação é que o espaço público é fundamental para a identificação e, conseqüentemente, identidade da cidade, gerando um simbolismo de determinados ambientes; por último, o espaço público é um local de socialização, encontro e manifestação de grupos sociais, culturais e políticos que representam a cidade, assim, esses espaços são responsáveis por darem poder de expressão à palavra. O autor citado evidencia também que o espaço público deve ser considerado o elemento fundador da cidade, em todas as épocas e regimes

Pode-se encontrar diferentes conceitos de Espaço Público de diversos autores, entretanto, para este estudo adotou-se a definição apresentada por Hannes (2016, p. 124), que define como “aquele de uso comum, de propriedade pública. Eles podem ser abertos e de livre acesso ao público, como as vias de circulação e áreas de lazer [...] Também podem ter acesso restrito ao público em geral, como prefeituras, fóruns, instituições de ensino e hospitais”. Pode-se também destacar que Cerqueira (2013, p. 19) entende o espaço público como “um ponto de representação da vida cidadina, expressão da relação dialética entre o espaço concreto e as dinâmicas urbanas (políticas, sociais, econômicas e culturais)”.

A autora citada anteriormente declara que “os espaços públicos acompanharam e refletiram as mudanças na ordem política, econômica e social ocorridas ao longo do processo de transformação das cidades” (CERQUEIRA, 2013, p. 10), destaca também que essas transformações foram um processo longo e gradual.

Gatti (2013), ao refletir sobre o status que o espaço público ganhou na vida contemporânea, revela que:

Os espaços públicos já não possuem, na vida contemporânea, o mesmo status dos tempos antigos, quando a ágora era o palco da manifestação da vida política de uma sociedade. As redes sociais, a internet e os shopping centers, assim como a insegurança e o descuido dos espaços públicos, retiraram parte das pessoas das ruas e das praças de nossas cidades (GATTI, 2013, p. 8)

Como consequência da insegurança e descuido dos locais públicos, Rolnik (2000) diz que se instaurou na sociedade uma espécie de agorafobia coletiva em relação à cidade e aos espaços públicos. Sobre o processo de como ocorre, ela destaca que:

Em um primeiro momento aconteceu a fuga, o não-uso, o esvaziamento da função política simbólica identitária da cidade; posteriormente, essa agorafobia se transformou em medo, rejeição, pavor do espaço público, porque não se caracterizava mais como protetor, ‘conector’ e integrador. Pelo contrário, é cada vez mais percebido como um local de exercício da violência, porque foi dissolvendo-se o contrato que permitia que a diversidade não se expressasse em violência e se rompeu a dimensão pública pluriclassista e heterogênea com a criação de guetos, de espaços privativos, fechados e homogêneos. (ROLNIK, 2000, p. 168)

Gatti (2013) evidencia que locais subutilizados ou abandonados são problemas para a vida das áreas do entorno, mas são capazes de se transformar em áreas verdes e espaços públicos de lazer, cultura ou prática de esporte. Nesse contexto, o Poder Público de todas as esferas (municipal, estadual e federal) tem o dever de identificar os locais obsoletos, que geram a fuga dos usuários, a violência e a desvalorização do ambiente urbano, para realizar investimentos em projetos de intervenções que atenda às necessidades e desejos da população, com o objetivo de trazer de volta a qualidade do espaço público, a vitalidade e a segurança urbana. Assim, as intervenções urbanísticas e/ou paisagísticas têm como finalidade gerar a revalorização do espaço público livre.

Vargas (2006) ressalta que as intervenções:

(...)devem refletir as reais demandas sociais, mediadas pela possibilidade técnica e viabilidade de alcançá-los. Não podem ser estabelecidos a partir dos desejos dos administradores públicos em acordo com os empreendedores imobiliários ou a partir de alguns devaneios dos que propõe e projetam estas intervenções. (VARGAS, 2006, p. 4)

No Brasil, a Lei nº 10.257/2001 (BRASIL, 2001), o Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes da política urbana, no art. 2º diz que a política urbana tem o objetivo de ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, estabelecendo algumas diretrizes, na qual pode-se destacar a garantia do direito a cidades sustentáveis (direito à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura, transporte e serviços públicos, como trabalho e lazer), a oferta de equipamentos urbanos e comunitários (transporte e serviços públicos adequados aos interesses locais) e a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e destruído (patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico).

A legislação brasileira busca garantir bons espaços urbanos para que a vida na cidade ocorra de forma harmônica e em equilíbrio. Matos (2018) classifica os ambientes em que ocorrem a vida urbana em locais de permanência e em circuitos. A autora define os circuitos como as áreas de percursos, que podem ser exclusivas para pedestre, mista (pedestre e veículos) ou exclusiva de veículos. Já sobre os locais de permanência, a autora diz que são espaços de atividades e que estimulam comportamentos, devendo ser concebidos locais multifuncionais e com possibilidade de readaptação de uso, caso ocorra imprevistos, como exemplo desse tipo de local pode-se citar praça, parque urbano, jardim urbano, mirante, entre outros.

Os locais citados anteriormente são encontrados na maioria das cidades, entretanto, pode-se destacar dois como elementos essenciais e que são encontrados em todos os municípios, desde os de pequeno porte até as megalópoles, que são as ruas e praças. Hannes (2016, p.126) destaca que a rua “é o elemento estruturador do espaço urbano, com papel primário de circulação e orientação, que garante a ligação entre os demais espaços abertos da cidade, funcionando como articuladora de um sistema de espaços livres”, a autora ainda enfatiza que é o principal palco da vida cotidiana e serve de encontros e manifestações populares, Macedo (1995) salienta que no Brasil as ruas tem um papel complementar de servir como espaço de lazer, uma vez que são utilizadas como local de conversas e jogos, ocorrendo este fenômeno desde tempos imemoráveis, revelando também que as ruas perderam essa função em grandes centros urbanos, devido ao aumento de tráfego.

Já a praça pode ser definida como “um espaço livre num conjunto arquitetônico, inserida na malha urbana da cidade, capaz de acomodar variadas funções, tais como aquelas ligadas ao lazer, ao culto religioso, à recreação, à política, à festa, etc” (SANTANA, 2003, p.50), uma das questões levantadas pela autora citada é que os atrativos no entorno das praças são tão

importantes quanto os do local propriamente dito, uma vez que agregam aos usuários e dá vida ao espaço, assim, devendo considerá-los ao elaborar um projeto deste tipo. Hannes (2016, p. 133) frisa que a praça “Expressa os valores de uma civilização, sua história e seus ideais”, ressaltando também que ela ganha forma a partir dos edifícios a sua volta e dá estrutura e identidade às cidades.

Lamas (2004) diz que não existe praça em cidades islâmicas, o que mais se aproxima do sentido são os cruzamentos de ruas em áreas mais largas, gerando um ponto de confluência. O autor destaca que a praça faz parte da morfologia das cidades ocidentais e se diferencia de outros locais devido a organização espacial e intencionalidade de desenho, ele ainda resalta que “(...) a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas” (LAMAS, 2004, p. 102).

Para esta pesquisa convém destacar outro espaço de permanência, o Mirante, um espaço que pode ter uma morfologia semelhante a praça, mas que tem como diferencial o foco em espaço de contemplação da paisagem, seja ela artificial ou natural (praias, montanhas, matas etc.). Andrade e Garrocin (2015) enfatizam a importância dos mirantes como local de contemplação, uma vez que se pode observar as transformações ocorridas na paisagem, ressaltam também que o desenho do mirante, quando projetado de acordo com as características culturais e com boa estética, pode virar referência visual e gerar significados.

2.2 Espaço público livre como instrumento de lazer

Os espaços públicos livres são locais capazes de tornar a cidade mais democrática, uma vez que são ambientes sem restrição de acesso, com variedade de funções (circulação, comércio, lazer e entretenimento) e formas. Macedo (1995, p. 16) conceitua os espaços livres como “todos aqueles não contidos entre paredes e tetos dos edifícios construídos pela sociedade para sua moradia e trabalho” e cita como exemplo as ruas, os pátios, os largos, as praças, os parques etc.

Esses espaços têm um papel essencial em gerar lazer à população, Macedo (1995) classifica o lazer em ativo, quando é uma área de jogos e brincadeiras, ou contemplativo,

quando a área apresenta um valor cênico/paisagístico que desperte o interesse das pessoas em passear a pé ou em automóvel contemplando o cenário.

Lima et al. (1994 apud SANTANA, 2003) apresenta funções que espaços livres de lazer, principalmente a praça pública, podem ter, o primeiro é a função ecológica (melhora a qualidade do ar, clima, a água e o solo do local), a social (possibilita lazer à população), estética (embelezamento da cidade), educativa (possibilita o desenvolvimento de atividades extraclasse e programas de educação ambiental) e psicológica (amenizam os níveis de estresse).

Kliass e Magnoli (2006) ressaltam que o poder público tem um papel importante para garantir locais adequados, que atendam às necessidades e desejos dos usuários, e garanta esse direito a todos os cidadãos. As autoras revelam também que pessoas de classes sociais mais altas, em geral, não apresentam interesse em uma vida social mais participativa nesses locais devido a falta da qualidade, consumindo lazer que dependem de custos financeiros.

Lazer é um recurso que está intimamente ligado ao tempo livre que o indivíduo dispõe, tendo ele o direito de usufruir como melhor julgar. Medeiros (1975, p. 3) conceitua lazer como “o espaço de tempo não comprometido, do qual podemos dispor livremente, porque já cumprimos nossas obrigações de trabalho e de vida”, a autora ainda evidencia que é importante conhecer as preferências individuais para poder traçar os desejos coletivos e, conseqüentemente, conseguir gerar bons projetos de lazer urbano.

Ao fazer um apanhado histórico, Medeiros (1975), citada anteriormente, declara que nas sociedades primitivas não havia diferenciação evidente entre o lazer e o trabalho, embora a noite os grupos realizassem rituais em torno do fogo, para cantar e dançar; no período Pré-Clássico, as classes mais elevadas dispunham de mais tempo, já que possuíam trabalho escravo, e utilizavam esse tempo livre em atividades do tipo esporte, lutas, músicas e festivais, enquanto as classes mais baixas não gozavam de grandes intervalos de tempo livre, pois trabalhavam com artesanato e comércio; na Grécia era semelhante ao período Pré-Clássico, como os cidadãos tinham grande número de servos, podiam ir à praça para debates políticos, assistir peças, praticar exercícios e fazer outras atividades, entretanto, a autora demonstra a contradição dos filósofos da época que justificavam a escravidão por permitir lazer aos cidadãos que detinham o poder sob os escravizados; em Roma era semelhante a Grécia, com amplo lazer as classes dominantes, mas pode-se destacar as arenas de guerras dos gladiadores, que atraía multidões para assistir aos espetáculos; já na Idade Média, sob regime do feudalismo, tinha sido abolido

a escravidão, mesmo continuando de forma implícita, os proprietários de terras ditavam as possibilidades de lazer, impondo as regras e exigências, tanto dos servos quanto dos artesãos que habitavam em suas terras.

Acontecimentos históricos que influenciaram diretamente o lazer como se conhece hoje foram a Revolução Industrial e o êxodo rural. Ainda Medeiros (1975) expõe que no século XVIII as fábricas tinham jornadas exaustivas de 14 a 16 horas, com isso os trabalhadores utilizavam as horas restantes do dia para repouso, apenas em 1851, por meio de movimentos operários, trabalhadores ingleses conseguiram o direito de redução de jornada para 8 horas diárias, mas foi legalmente reconhecido 20 anos depois; a autora relembra que após recomendações do Papa Leão XIII, no final do século XIX, por direito a repouso nos finais de semana e feriados vários países adotaram as orientações, entretanto, apenas na segunda década do século XX, com o Tratado de Versailles e a Conferência Internacional do trabalho, foi fixado 8 horas de trabalho diários, regulamentando ainda atividades para menores de idade e mulheres, férias remuneradas e aposentadoria.

Com os direitos mencionados acima garantidos, os trabalhadores passaram a ter mais tempo livre e possibilidade de utilizar esse tempo como melhor julgarem. Com o aumento da violência e baixa qualidade do espaço livre público, as pessoas passaram a buscar lazer por meio de instrumentos tecnológicos, inicialmente com o rádio, passando pela televisão e nas últimas décadas com a internet. Gehl (2013, p. 26), em seu livro *Cidades Para Pessoas*, levanta um questionamento sobre as tecnologias substituírem o lazer urbano, “a função de pontos de encontro do espaço da cidade pode ser assumida pelo conjunto de opções eletrônicas?”, concluindo o autor que o ser humano precisa dos dois.

Silva (2005) debate as mudanças comportamentais causadas pelas tecnologias ao dizer que:

Erige-se um novo sistema, coerente, muito bem articulado, mas também muito excludente, que permeia o cotidiano de muitos nessa nova concepção de mundo. Assim, vê-se e vive-se uma realidade travestida pelo enclausuramento espacial no cotidiano, temporalmente marcada pelo tempo virtual, que o hoje já é amanhã e o amanhã foi o ontem (SILVA, 2005, p. 56)

Nota-se que a autora citada salienta a exclusão causada pelas tecnologias, embora sejam indiscutíveis os avanços que trouxe à sociedade. Uma forma de amenizar a exclusão gerada

pelo lazer que tem como base ferramentas tecnológicas é o investimento e democratização dos espaços livres de lazer com qualidade adequada, Rolnik (2000, p. 169) apresenta um pensamento semelhante revelando acreditar “que um lazer encarnado na cidade, identificado na sua dimensão pública, é um grande instrumento antiexclusão”. Matos (2018, p. 20) ressalta que o “espaço público é de todos e de ninguém em particular, em princípio, todos o podem usar com os mesmos direitos”.

Os Arquitetos e Urbanistas, responsáveis pela elaboração de espaços funcionais, confortáveis e com boa estética, têm um papel importante para a democratização dos espaços públicos livres voltados para o lazer. Ao estudar espaços livres em grandes centros urbanos brasileiros, Custódio et al. (2011) afirma que:

Os ELs públicos urbanos não são planejados como um sistema de cunho amplamente público, dessa forma, alguns deles são pouco interligados e pouco acessíveis à população em geral; há precariedade de projetos, da qualidade paisagística urbana [...] e despreparo das equipes técnicas à execução dos projetos (CUSTÓDIO et al., 2011, p. 16)

Entretanto, embora o estudo ter sido realizado em cidades de grande porte, os problemas expostos acima podem também ser evidentes em pequenas e médias cidades, chegando, inclusive, a ter transtornos ainda piores, seja por falta de projeto adequado, falta de gestão, falta de profissionais qualificados, ou até por falta de recursos financeiros para o andamento da proposta.

Hannes (2016) evidencia que os espaços livres de lazer podem surgir pela apropriação de locais privados, como rios, lagos, lagoas, formações rochosas, montanhas entre outros, ou também por ações do homem (planejamento e execução) como campos de futebol desenhados com cal. A ocupação nesses espaços tende a ter uma certa aceitação, uma vez que surge de forma orgânica e parte da demanda de tal público.

2.3 Apropriação, Percepção e Identidade dos Espaços Públicos

O ambiente físico-espacial é capaz de influenciar o comportamento humano, uma vez que o ambiente sugere, facilita, inibe ou define as ações dos usuários de determinado local (LANG, 1987 apud DEL RIO, 1990). Pinheiro e Elali (2011) dizem que somos seres espaciais e por isso desenvolvemos relações uns com os outros e com o ambiente que estamos inseridos,

essas inter-relações representam o afeto, o status dos envolvidos e a natureza da interação pretendida e/ou obtida.

Lynch (1997) diz que as relações ocorridas entre as pessoas, ou observador como ele denomina, e o meio resultam em imagens, neste processo o meio sugere distinções e relações, enquanto o observador seleciona, organiza e dota sentido. O autor enfatiza também que pode haver diferentes imagens entre os observadores, uma vez que depende da realidade de cada um.

Ainda segundo Lynch (1997) há três elementos que podem ser analisados pelas imagens do meio ambiente, que são: identidade, estrutura e significado.

Falamos de identidade, mas não no sentido de igualdade com outra coisa qualquer, mas significando individualidade ou particularidade. Em segundo lugar, a imagem tem de incluir a relação estrutural ou espacial do objecto com o observador e com os outros objectos. Em último lugar, este objecto tem de ter para o observador um significado quer prático quer emocional. Isto significa que existe também uma relação, mas uma relação de diferente da espacial ou estrutural (LYNCH, 1997, p. 18)

Espaços com qualidade tem o poder de gerar vínculos a partir da apropriação e, conseqüentemente, apresentar identidade, a princípio pessoal e em seguida coletiva. Sobre a identidade do lugar, Mourão e Cavalcante (2011) dizem que é originada a partir da identidade pessoal, que por sua vez surge com a interação do sujeito e o entorno físico e social, reiteram também que a identidade de lugar está relacionada a cognições e estabelecimentos de vínculos emocionais, além do pertencimento ao meio inserido. As autoras ainda elencam dois motivos para a construção da identidade, o primeiro está relacionado ao tempo, devido às situações que ocorrem ao longo da vida, o segundo com relação ao espaço, que ocorre no lugar ou lugares de vínculos, causado a partir da apropriação. Lynch (1997) expõe que as memórias e significações adquiridas pelos usuários acontecem devido às relações das pessoas com as partes da cidade em que convivem.

Santana (2003) ressalta que a carga cultural é determinante, já que interfere no modo de sentir, perceber e incorporar o lugar ao dia a dia dos moradores. Assim, a autora afirma que “o conhecimento e a compreensão da bagagem cultural de um povo facilita uma intervenção bem sucedida (tanto no âmbito da cidade como um todo, quanto em fragmentos desta), melhorando, a qualidade e manutenção do ambiente urbano” (SANTANA, 2003, p.34 e 35), entendendo intervenção bem-sucedida como aquelas que atendem os interesses da população e usuários em potencial.

O problema de identidade causado pela falta da vivência urbana e conhecimento da cidade é mais comum nos grandes centros urbanos, enquanto nas pequenas cidades todos se conhecem e sentem-se pertencentes em seus respectivos grupos, Medeiros (1975) externa esse posicionamento ao dizer que:

Nas pequenas comunidades, que antes eram a regra, todos se conheciam, podendo cada qual sentir bem a sua identidade dentro do grupo e assim alcançar satisfação pessoal. [...] Hoje dezenas de famílias comprimem-se num mesmo edifício e mal se cumprimentam, não raro gabando-se deste alheamento. Diluiu-se a força coesiva dos padrões culturais, para ceder lugar, nas grandes cidades, ao anonimato e à solidão que o segue. [...] Em face da nova feição que as relações humanas assumiram, o homem sente-se isolado e sem forças, afigurando-se-lhe progressivamente mais difícil a comunicação com os seus semelhantes (MEDEIROS, 1975, p. 84 e 85)

Autores vistos anteriormente mostram que vínculos, afetos, status e relações ocorridas entre pessoas-ambiente acabam gerando apego ao lugar, quando essas interrelações acontecem de maneira positiva geram como consequência a apropriação esperada/desejada. Vale ressaltar que em alguns locais ocorre a apropriação, porém de forma diferente ao que foi projetado inicialmente. Sobre esse comportamento Hannes (2016, p. 140) revela que “Canteiros e muretas fazem papel de bancos; escadarias comportam-se como grandes salas de estar; espreguiçadeiras e sombrinhas ocupam áreas de caminhar, montando praias urbanas e áreas de piquenique”.

Para o contexto brasileiro, Custódio et al. (2011) enfatiza que devido à grande diversidade cultural existente, tanto regional quanto local, são gerados comportamentos diferentes e, conseqüentemente, formas de apropriação e usos também diferenciados, além disso, é ressaltado que o surgimento de novos hábitos, com as mudanças tecnológicas e sociais, tem mudado as configurações urbanas.

2.4 Qualidade do Espaço Urbano e Intervenções

O espaço urbano quando bem projetado tem o poder de estimular as pessoas a usarem o local, seja para caminhar ou permanecer, Gehl (2013) reforça que o planejamento de ambientes urbanos, quando pensado na dimensão humana, influencia os padrões locais, tornando a cidade convidativa e aumentando a vivacidade. O autor citado aponta que a qualidade física do ambiente urbano é uma condição primordial para influenciar a população a desfrutar de alguma

atividade ao ar livre e evidencia cinco elementos que não podem faltar: proteção, segurança, um espaço razoável, mobiliário e qualidade visual.

Lamas (2004) apresenta dois princípios dos aspectos qualitativos da morfologia urbana, que são: o conforto e a comodidade do utilizador. Cita como exemplo a situação do pavimento, a adequação ao clima, a acessibilidade, entre outro, ressalta também que esses aspectos, em alguns casos, podem ser quantificáveis por meio de parâmetros. O autor esclarece que há diferença entre aspectos qualitativos e estéticos, expondo que os locais podem ter um bom desempenho com relação à qualidade, mas pode não apresentar uma estética fascinante.

De forma semelhante Gehl (2006 apud SANTANA, 2015) indica 12 parâmetros, divididos em três categorias, a serem considerados ao promover a qualidade do espaço público, que são:

(...) proteção (contra tráfego e acidentes, crime e violência, experiência sensorial negativa), conforto (oportunidades para caminhar, ver permanecer, sentar, brincar e exercitar-se) e prazer (escala, oportunidades para aproveitar aspectos positivos do clima e ter experiências sensoriais positivas). (GEHL, 2006 apud SANTANA, 2015, p. 58)

Para melhor compreensão, os parâmetros expostos podem ser ordenados conforme o quadro abaixo:

Quadro 1: Parâmetros da qualidade do espaço público

PROTEÇÃO	Contra tráfego e acidentes – sentido-se a salvo Para pedestres Eliminação do medo de tráfego	Contra crime e violência – sentido-se seguro Domínio público vivo Olhos para a rua Sobreposição de funções de dia e de noite Boa iluminação	Contra experiências sensoriais desagradáveis Vento Chuva Frio/calor Poluição Poeira, ruído e ofuscamento
CONFORTO	Oportunidades para caminhar Espaço para caminhar Fachadas interessantes Ausência de obstáculos Boas superfícies Acessibilidade para todos	Oportunidades para ficarem pé/permanecer Efeito fronteira/ zonas atrativas Suportes para ficar em pé Fachadas com bons detalhes que convidam à permanência	Oportunidades para sentar Zonas para sentar Utilizando vantagens: vistas, sol e pessoas Bons locais para sentar Bancos para descanso
	Oportunidades para ver Distâncias razoáveis para ver Vistas desobstruídas Vistas interessantes Iluminação	Oportunidades para falar e ouvir Níveis baixos de ruído Mobiliário urbano que proporcione a conversação	Oportunidades para brincar e exercitar-se Atividade física, exercício Brincadeiras e entretenimento nas ruas De dia e de noite No verão e no inverno
PRAZER	Escala Edifícios e espaços desenhados para a escala humana	Oportunidades para aproveitar os aspectos positivos do clima Sol/Sombra Calor/frescor Abrigo contra vento/brisa	Experiência sensorial positiva Bom design e detalhamento Bons materiais Boas vistas Árvores, plantas, água

Fonte: GEHL (2006 apud SANTANA, 2015)

Quando o espaço urbano apresenta os atributos descritos acima, gera a apropriação esperada e, conseqüentemente, o apego dos usuários. Macedo (1995) diz que essas ações de apropriação fazem com que o ambiente tenha uma vida útil maior, enfatizando que:

A duração – vida útil – de um determinado espaço livre urbano pelo tempo afora, está diretamente vinculada à possibilidade constante de apropriação que este permite ao seu público usuário. Quanto mais e melhor possa ser apropriado, desde que convenientemente mantido, maior vai ser sua aceitação social e por mais tempo será mantida sua identidade morfológica (MACEDO, 1995, p. 24).

Macedo (1995) ainda pontua três questões que geram uma vida útil longa do espaço público que são: a adequação funcional (morfologia e dimensão correta), a adequação ambiental (conveniente com o local de implantação) e a adequação estética (aceitação social das formas presentes no espaço).

Entretanto, quando não ocorre a apropriação desejada e a vida útil é reduzida, os locais ficam obsoletos e abandonados. Muniz (2012, p. 26) denomina esses ambientes como Espaços de Desvalia e diz que são “impróprios à vida urbana, representam um ônus para a sociedade local e para o poder público, produzem impactos negativos – não somente no seu entorno, mas para toda a cidade”. Silva (2005) aponta que o vandalismo, terrorismo e violência cresce tanto nas grandes cidades como nas menores, e este fenômeno torna-se mais evidente em bairros que não tem alternativas de lazer ou que se encontram em estados de abandono, uma vez que esses ambientes trazem mais vivacidade ao meio urbano e, conseqüentemente, torna-os mais seguros.

Rolnik (2000) diz que o poder público precisa agir com urgência nos espaços públicos buscando uma posição mais democrática de utilização, retomando a multifuncionalidade e beleza da cidade. Gatti (2013) revela que, quando há interesse por parte dos gestores ou da comunidade local, por meio de intervenções urbanas, espaços deteriorados têm uma potencialidade de tornar-se ambientes de lazer, cultura ou esportes. As intervenções urbanas em ambientes deteriorados têm como objetivo realizar mudanças buscando a revalorização e vitalidade do local, uma vez que a degradação:

(...)é a efectiva causa da queda das funções tradicionais dos espaços públicos entendidos no seu sentido mais restrito. Esta afirmação coloca, em primeiro plano, o facto da degradação física do espaço público (o nível de qualidade de grau zero da cidade) tornar difícil o exercício da sua função, estando na base da fuga dos espaços públicos (INDOVINA, 2002, p. 122)

Sobre as intervenções que tem como objetivo gerar lazer e entretenimento a população, Muniz (2012) destaca que essas ações:

Reafirmam a identidade e fortalecem a imagem da cidade, reforçando o sentimento de pertença e, se bem projetadas, podem despertar interesse do público de todas as idades, oferecer atrações para variadas preferências, além de ter boa relação custo/benéfico. Enfim, as opções de cultura, lazer e entretenimento podem se configurar em vantagem competitiva da cidade (MUNIZ, 2012, p. 177)

Ainda segundo Muniz (2012), as intervenções no Brasil tornaram-se um mecanismo de empreendedorismo urbano em todas as esferas, municipal, estadual e federal. A autora ainda destaca que com a sanção da Lei 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, possibilitou vários instrumentos de política urbana às cidades, que são essenciais para realização de intervenções urbanas, citando como exemplo a Operação Urbana Consorciada.

Castro e Amaral (2017) dizem que a atuação do Poder Público é fundamental para o funcionamento das Operações Urbanas Consorciadas, uma vez que coordena intervenções com contribuições de terceiros, gerando uma cidade mais democrática, os autores ainda destacam que essa coordenação deve ocorrer de forma bem articulada, verificando todas as vantagens e os impactos que pode ocorrer, sempre verificando os interesses de todas as partes envolvidas para não haver conflitos de interesses. Os autores citados anteriormente também apontam que a população afetada por intervenções, em processo de desenvolvimento, deve participar ativamente de debates, audiências ou consultas públicas, para ser possível gerar um consenso coletivo e tornando a operação mais eficaz.

As intervenções com o passar do tempo foram adquirindo nomenclaturas de acordo com suas particularidades, como Renovação, Revitalização, Recuperação, Reabilitação, entre outros. Pasquotto (2010) busca analisar as formas corretas de uso de três desses termos, Renovação, Revitalização e Reabilitação. O primeiro termo refere-se à substituição das estruturas físicas existentes adaptando as necessidades da vida moderna (PORTAS, 1986 apud PASQUOTTO, 2010), o segundo busca dar novas atribuições e formas para a arquitetura ou espaço urbano, respeitando e incorporando a paisagem e os valores históricos (PORTAS, 1986 apud PASQUOTTO, 2010) e o último indica o restabelecimento dos direitos.

Para Santana (2003, p.146), “As ações de intervenções na estrutura física do lugar modificam não apenas a paisagem, mas são também capazes de mudar os sentimentos e sensações dos usuários em relação ao ambiente”. Gatti (2013) diz que ao elaborar um projeto de intervenção urbana é fundamental o projetista compreender a dinâmica da cidade, a vida dos moradores e seu cotidiano, para que possam ser gerados espaços que atendam às necessidades e anseios dos usuários.

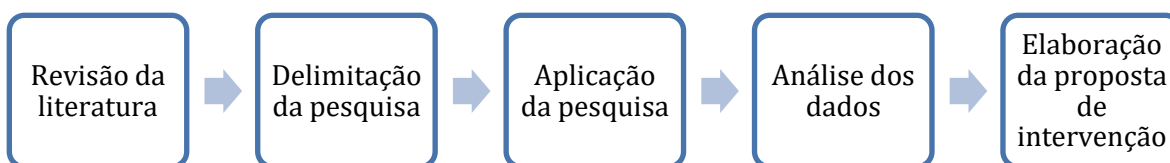
Vargas (2006, p. 2) recomenda que o arquiteto e urbanista deve se perguntar “por que intervir?” antes de iniciar uma proposta de intervenção, buscando respostas para os seus projetos. A autora ainda destaca alguns objetivos de intervenções urbanas, como o reforço da identidade ou referência, o restabelecimento da infraestrutura, a adequação aos padrões atuais, a geração de emprego e renda, entre outras. Já Santana (2015) evidencia a importância de os processos de intervenções analisarem o ponto de vista dos usuários e compreenderem as inter-relações estabelecidas com o local em estudo.

3 Materiais e Métodos

A pesquisa realizada neste estudo pode ser classificada, conforme procedimentos técnicos utilizados, como pesquisa de campo, uma vez que este tipo de investigação busca aprofundar-se em determinadas questões propostas e evidenciar uma comunidade, desenvolvida por meio da observação e entrevista com o grupo estudado, podendo ser associado a outros procedimentos que utilizam documentos, fotos e filmagens, como destaca Gil (2002). Quanto ao nível da pesquisa, pode ser definido como descritivo, uma vez que, ainda segundo Gil (2002), tem como finalidade detalhar fenômenos e características da população estudada, onde os estudos de campo preocupam-se mais com a profundidade do que a precisão.

Dessa forma, buscando identificar a qualidade do espaço em estudo para contribuição de uma intervenção urbanística e paisagística, esta pesquisa desenvolveu-se conforme o fluxograma exposto na figura abaixo, seguindo as etapas apresentadas.

Figura 3: Fluxograma das etapas do trabalho



Fonte: Autoria própria (2021)

A revisão da literatura buscou levantamento de autores e suas respectivas reflexões sobre o tema tratado neste trabalho, que envolve espaço público, espaço livre, lazer urbano, apropriação, percepção, identidade e intervenções, usando livros e artigos para consulta, no qual pode destacar os seguintes autores: Medeiros (1975), Macêdo (1995), Rolnik (2000), Indovina (2002), Santana (2003 e 2015), Lamas (2004), Kliass e Magnoli (2006), Pinheiro e Elali (2011), Muniz (2012), Gelh (2013), entre outros.

A fase de delimitação da pesquisa foi o período de definição do método para contemplar os objetivos, além da definição do público-alvo com o qual a pesquisa seria aplicada e o modo da coleta de dados. Dessa forma, foi estabelecido a utilização de Avaliação Pós-Ocupação (APO) para que fosse possível compreender os fatores (positivos e negativos) relacionados ao local de intervenção em estudo. APO é um recurso que busca verificar o desempenho do ambiente construído ao longo do uso, provendo informações de todas as etapas da vida do local, como destaca Ono et al. (2018), este método apresenta uma série de procedimentos que devem ser escolhidos de acordo com o objetivo a ser alcançado. Assim, para que fosse possível avaliar a qualidade do espaço em estudo, foi estabelecido a utilização de três processos: questionários,

Walkthrough e poema dos desejos. A determinação do público-alvo e coleta de dados, assim como a etapa da Aplicação da pesquisa, deram-se de formas diferentes para os procedimentos utilizados, que podem ser conferidos a seguir:

- Walkthrough

Este método, segundo Rheingantz et al. (2017), tem a função de identificar aspectos positivos e negativos dos ambientes estudados com a verificação da atual situação, elaborando e aplicando um checklist com classificação (Péssimo, Ruim, Regular, Bom e ótimo) e observações, podendo ser fomentado por meio de levantamento fotográfico e/ou audiovisual, pode ser aplicado em grupo, com orientação dos pesquisadores responsáveis, ou pelo próprio idealizador da pesquisa.

De acordo com Baird et al (1985 apud RHEINGANTZ et al, 2017), as Walkthrough podem ser divididas em quatro tipos, conforme o grupo de participantes, sendo a Walkthrough Geral (aplicadas por usuários ou por especialista, podendo ter um caráter técnico ou perceptivo), a Walkthrough de Auditoria de Energia (busca avaliar o desempenho energético de um edifício), a Walkthrough de Especialista (aplicada por especialista, conforme aspectos a ser avaliados) e a Passeio Walkthrough (aplicada por pesquisadores, técnicos ou usuários, onde a avaliação ocorre de acordo com as reações e sensações que o local gera a quem está aplicando). Dessa forma, pode dizer que o tipo utilizado nesta pesquisa foi o Passeio Walkthrough, aplicada pelo próprio autor e que teve um caráter perceptivo.

O checklist deste método elaborado pelo autor, que teve como base o questionário elaborado por Santana (2003), para esta pesquisa foi dividido em três blocos, conforme os aspectos de qualidade do espaço e que geram vida útil longa definido por Macedo (1995), sendo o primeiro os Aspectos Funcionais, subdivididos em acesso, circulação, entorno, mobiliário, iluminação e usos, o segundo foi os Aspectos Ambientais, que busca informações sobre ventilação, sombreamento, escoamento de águas, paisagismo e vegetação, por último foi os Aspectos Estéticos, investigando a pintura, material, revestimento e forma. Cada item foi analisado por uma escala Likert de 1 a 5, sendo (1) Péssimo, (2) Ruim, (3) Regular, (4) Bom e (5) Ótimo.

Este procedimento busca colher a avaliação do autor sobre o local em estudo, a coleta de dados se deu pela aplicação da Walkthrough que ocorreu no dia 12 de agosto de 2021 às 10:30, com a visita in-loco e munido do checklist elaborado para avaliar a qualidade do espaço pela percepção do responsável da pesquisa. Além disso, foi realizado o levantamento

fotográfico como forma de complementar as informações coletadas e contribuir com as análises. Aproveitando o momento para o levantamento de medidas do local para a intervenção a ser elaborada.

- Questionário

Já os questionários, que podem ser conceituados como “um instrumento de pesquisa que contém uma série ordenada de perguntas relacionadas com um determinado assunto ou problema, que devem ser respondidas por escrito sem a presença do pesquisador” (RHEINGANTZ et al., 2017, p.79), é uma ferramenta muito utilizada em APO's e em outros tipos de pesquisas de diferentes campos do conhecimento e, embora possa apresentar certa limitação, por analfabetos e/ou crianças não conseguirem responder, é um recurso capaz de estabelecer as percepções dos investigados sobre determinado assunto ou ambiente.

Nesta pesquisa foi empregado um modelo de questionário semiestruturado, elaborado com base no modelo criado por Santana (2015) para sua tese de doutorado, além de ser refinado após a aplicação da *Walkthrough*. Por se deparar com o local em completo abandono, sem possibilidade de uso, os questionários tiveram como público-alvo a população da cidade em geral, considerando aqueles que conhecem e frequentaram o ambiente em estudo, que busca compreender os comportamentos dos usuários quando ainda tinha suas funções preservadas, os motivos que levaram a chegar nesta situação e quais possíveis recursos podem ser usados para oferecer vivacidade ao local, como já é sabido, o município apresenta um turismo em ascensão, mas os visitantes da cidade não foram considerados neste estudo, já que a situação do espaço verificado durante a pesquisa, não apresenta condições de receber visitantes, consequentemente, esse público não teria opiniões formadas sobre o ambiente e poderia afetar a análise dos resultados.

A coleta dos dados se deu de forma on-line, por meio da ferramenta *Google form* devido às condições sanitárias causadas pela pandemia da COVID-19 (SARS-CoV-2), além da facilidade e agilidade gerada pelo instrumento utilizado. Foi permitindo respostas durante doze dias, no período compreendido entre 16 de agosto de 2021 e 27 de agosto de 2021, onde teve um total de 30 respondentes, é importante ressaltar que, por ser uma pesquisa classificada como pesquisa de campo e que busca a percepção dos respondentes, a definição estatística da amostra não é um fator relevante.

A página inicial do formulário on-line apresentava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), convidando o participante, apresentando as informações da pesquisa, bem como o contato do autor para caso de dúvidas e ao final da página deixava claro que ao prosseguir o indivíduo concordava em participar da pesquisa de forma voluntária, podendo desistir ao decorrer do questionário. As questões foram estruturadas de forma com que as primeiras perguntas reunissem informações dos respondentes, como idade, escolaridade, profissão entre outros, em seguida as questões tentaram compreender o comportamento e percepção da população sobre o ambiente, com questões sobre o que gostavam e não gostavam no espaço, como utilizavam, com quem frequentavam, entre outras, logo após um bloco de questão para avaliação qualitativa (com escala igual a utilizada na *Walkthrough*) de alguns elementos, como localização, mobiliários, atrativos, conservação do espaço, segurança, aparência estética e se o ambiente é agradável.

- Poema dos desejos

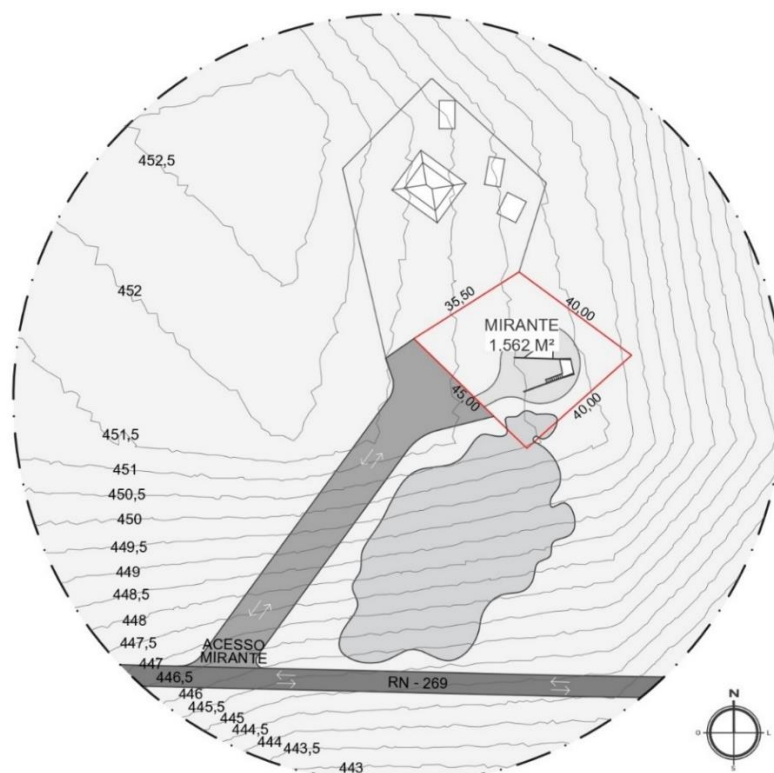
O Poema dos Desejos pode ser compreendido como “um instrumento não estruturado e de livre expressão, que incentiva e se baseia na espontaneidade das respostas. [...] os resultados são ricos e representativos das demandas e expectativas” (RHEINGANTZ et al., 2017, p.79). É um método que permite traçar o imaginário coletivo sobre determinado local, fornecendo informações para propostas de intervenções ou elaboração de projetos futuros.

Na pesquisa, este procedimento foi aplicado junto com o Questionário, descrito anteriormente, e teve o mesmo instrumento de coleta de dados, por meio do *Google Form*, e mesmo público-alvo (população da cidade), no qual foi feita a seguinte pergunta: “O que você gostaria que tivesse ou que melhorasse no Mirante público?”.

Após a delimitação e Aplicação da pesquisa, a fase de análise dos dados se deu inicialmente com a tabulação dos resultados obtidos pelos três métodos de APO utilizados, onde os resultados foram analisados qualitativamente conforme critérios estabelecidos por autores como Macedo (1995) e Gelh (2006 apud SANTANA, 2015), que podem estão descritos no item Qualidade do Espaço Urbano e Intervenções e resumidos no Quadro 1 (Parâmetros da qualidade do espaço público), no qual serviu de orientação para elaboração do programa de necessidades e para escolha do tipo de intervenção (renovação, revitalização, requalificação etc.) a ser implantada.

A última etapa da pesquisa limitou-se a realizar a proposta de intervenção, onde teve seu tipo definido após a análise da APO. Devido o curto espaço de tempo, optou-se por realizar a intervenção a nível de estudo preliminar que, de acordo com a ABNT NBR 16.636-3/2020, deve conter informações breves e suficientes para representar as configurações adotadas e as soluções propostas, indicando documentos gráficos a serem produzidos como planta geral de implantação, plantas individuais dos espaços abertos e suas relações com os ambientes edificados, cortes gerais com os principais movimentos de terra, elevações e fachadas (quando aplicável) e detalhes construtivos quando necessários, além disso a norma ainda sugere apresentar documento escritos como memoriais justificativos e de forma opcional maquetes construídas ou virtuais, perspectivas parciais ou gerais e fotografias e recursos audiovisuais. Para os estudos iniciais foram realizadas pesquisas sobre as condições ambientais da cidade e do local da proposta, que envolve ventos, sol, chuva, solo, além das questões levantadas pela APO. Para a concepção do projeto, foi necessária a verificação das curvas de níveis do espaço, devido à falta de equipamentos e de dados locais fidedignos, foi utilizado o modelo digital pelo método de terreno gerado por imagens de satélite no *Google Earth* e extraídas por meio do software QGIS (Figura 4), gerando de forma aproximada as curvas altimétricas do objeto de estudo, assim como seu entorno.

Figura 4: Situação e topografia do local de intervenção



Fonte: Autoria própria (2021)

3.1 Diagnóstico da APO

A avaliação Pós-Ocupação apresenta uma série de métodos que tem como objetivo verificar o desempenho do ambiente, como já informado. No capítulo anterior foram apresentados os métodos designados para esta pesquisa e no decorrer deste tópico serão apresentados os resultados obtidos, justificando as avaliações da *Walkthrough*, apresentando as observações dos itens feitas durante a visita e expondo fotos do espaço para comprovação; revelando também os resultados obtidos por meio dos questionários; em seguida, a síntese das respostas do Poema dos Desejos, traçando o imaginário coletivo e servindo de base para o programa de necessidades da intervenção no local; por fim, sendo analisado as respostas de acordo com os aspectos de qualidade apresentado por Gehl (2006 apud SANTANA, 2015), que podem ser observados no item 2.4 - Qualidade do Espaço Urbano e Intervenções.

3.1.1 Sobre a Walkthrough

A *Walkthrough* foi realizada no dia 12 de agosto de 2021 às 10:30 e teve como objetivo verificar os aspectos positivos e negativos do espaço, dividido em três tópicos, os aspectos funcionais, os ambientais e os estéticos, como já explicado. Na visita ao local o pesquisador estava munido do *checklist* elaborado e de smartphone para o levantamento fotográfico.

- Aspectos Funcionais

Os Aspectos Funcionais, que buscam compreender a dinâmica do espaço e seu entorno, o que e como funciona, foram subdivididos em quatro tópicos, acesso/circulação/entorno, mobiliário, iluminação e uso. O quadro abaixo apresenta todos os itens, sua avaliação e algumas observações feitas durante a visita.

Sem dúvidas a Localização é um dos aspectos positivos mais relevantes desta avaliação, uma vez que permite o espaço cumprir a sua principal finalidade, que é a de contemplação da paisagem, além disso, por estar próximo ao perímetro urbano, possibilita pedestres e ciclistas ingressarem ao local, por isso a Facilidade de Acesso é avaliado como bom. Entretanto, o Acostamento da rodovia que dá acesso ao mirante teve uma avaliação regular, devido à ausência de infraestrutura, como pavimentação e iluminação, que pode dificultar a locomoção de pedestres e ciclistas. Já a qualidade do pavimento da rodovia e do acesso ao mirante podem ser considerados bons, sendo diferente apenas o tipo, enquanto o primeiro é asfalto, o segundo é pavimento em pedra do tipo granite. O estacionamento de veículos automotores no local é

facilitado, pois existe um longo perímetro sem uso específico, mas não apresenta demarcação para tal finalidade, por este motivo esse quesito teve uma avaliação regular.

Figura 5: trecho da RN-269 no acesso ao mirante



Fonte: Autoria própria (2021)

Figura 6: Acesso do mirante



Fonte: Autoria própria (2021)

A Acessibilidade, primordial para tornar-se um espaço universal, teve uma avaliação regular, uma vez que apresenta rampa na entrada para o pátio principal além de piso tátil demarcando o limite de diferentes níveis mas, por ter perdido a diferença de cor, diferencia-se do restante do pátio apenas pelo relevo, porém notou-se a ausência de piso tátil direcional e rampa ou plataforma elevatória para o nível superior do mirante, impossibilitando ou dificultando o acesso de cadeirantes ou pessoas com dificuldade de locomoção.

Figura 7: Rampa e piso tátil do mirante



Fonte: Autoria própria (2021)

Figura 8: Estrutura do mirante



Fonte: Autoria própria (2021)

Durante a visita, por ter uma distância considerada da cidade e da rodovia, notou-se a ausência de ruídos, prevalecendo sons da natureza, como animais e sonoridades das árvores, por este motivo o quesito Poluição Sonora foi avaliado como bom. Por fim, a penetração visual, que está relacionado à possibilidade de visualizar o local do entorno e vice-versa, foi avaliado como regular, já que permite a visualização parcial em alguns pontos da rodovia, ficando mais evidente apenas ao se aproximar do espaço.

Figura 9: Vista do mirante nas proximidades



Fonte: Autoria própria (2021)

Em relação ao mobiliário, verificou-se um local sem estrutura alguma, impossibilitando qualquer tipo de uso. constatou-se a ausência de banco, mesa e playground, e o único quiosque está completamente deteriorado, sem infraestrutura, sujo e com a cobertura danificada, assim, foi avaliado como péssimo. Tendo a mesma classificação anterior, os banheiros encontram-se em situação semelhante ao do quiosque, não apresentando nenhuma louça sanitária, apenas o espaço vazio.

Figura 10: Imagem interna do quiosque



Fonte: Autoria própria (2021)

Figura 11: Imagem externa do mirante



Fonte: Autoria própria (2021)

A iluminação, fator que contribui para segurança e uso noturno, é outro item preocupante, uma vez que encontrou-se um lugar com poucas luminárias e postes de

iluminação, com lâmpadas quebradas e sem conservação, não havendo outra possibilidade de avaliação a não ser péssimo.

Figura 12: Luminária do mirante danificada



Fonte: Autoria própria (2021)

Por fim, o estado de Conservação/Manutenção foi avaliado como péssimo, devido tudo que foi descrito acima, influenciando diretamente o quesito Possibilita Diversos Usos, já que tornou-se um lugar monótono, sem qualquer tipo de uso e sendo classificado também como péssimo, assim como a segurança.

Quadro 2: Avaliação Walkthroug - Aspectos Funcionais

Item	Avaliação	Observação
Acesso/Circulação/Entorno		
Localização	Ótimo	Próximo ao perímetro urbano da cidade, com fácil acesso de pedestre, ciclistas ou com veículos motorizados
Acostamento	Regular	A rodovia estadual apresenta espaço para acostamento, mas não contém estrutura, como iluminação e pavimento
Pavimento	Bom	Rodovia com pavimento do tipo asfalto em bom estado e acesso entre a rodovia e o mirante em pedra do tipo granite também em bom estado de conservação.
Acessibilidade	Regular	Acesso ao local sem dificuldades, com rampas. Piso tátil degradado em certos locais e sem possibilidade de acesso de cadeirante ao pav. Superior da estrutura do mirante
Estacionamento	Regular	Apresenta espaço para estacionar, mas não tem marcação formal no local.

Facilidade de acesso	Bom	
Poluição sonora	Bom	Por ter uma certa distância da rodovia, o local não apresenta poluição sonora, prevalecendo sons da natureza (animais e árvores)
Penetração visual	Regular	
Mobiliários		
Bancos	Não apresenta	Ausência de bancos ou locais para sentar e permanecer
Lixeiras	Não apresenta	Ausência de lixeiras, acumulando lixo nos locais de circulação
Quiosque	Péssimo	Deteriorado, sem estrutura física (porta, bancada, telhado)
Banheiros	Péssimo	Sem estrutura
Playground	Não apresenta	
Iluminação		
Postes	Péssimo	Poucas quantidades e sem conservação
Luminárias	Péssimo	Poucas quantidades e sem conservação
Uso		
Possibilita diversos usos	Ruim	Espaço monótono, sem possibilidade de diferentes usos e apropriação
Conservação/Manutenção	Péssimo	Local sujo
Segurança	Péssimo	

Fonte: Autoria própria (2021)

- Aspectos Ambientais

A avaliação dos Aspectos Ambientais buscou qualificar questões naturais no espaço em estudo, o quadro abaixo apresenta os itens e suas respectivas avaliações coletadas pela *Walkthroug*, contendo também as observações quando necessário.

Para contextualizar este tópico é importante ressaltar as características que o clima apresentava no horário da visita, uma vez que pode afetar diretamente na avaliação dos itens. Desta forma, verificou-se que a abóbada celeste estava praticamente coberta de nuvens, sem presença de luz solar direta, além de ter ares de chuva, com vento e umidade do ar considerável, gerando um clima agradável.

Neste sentido, a avaliação da ventilação foi classificada como boa, mas vale ressaltar que por ser um elemento natural pode sofrer variações ao decorrer do ano e, consequentemente, alterar o conforto no lugar. Já o sombreamento foi avaliado como ruim, uma vez que os espaços de sombra se restringem apenas a formada pela estrutura do mirante, podendo afetar a usabilidade em períodos quentes, com os raios solares atingindo a maior parte do espaço. Sobre

a coleta de águas pluviais não foram observados problemas, embora não existam nenhum sistema de esgoto, o entorno é predominantemente permeável, cumprindo a função de absorção das águas de chuva, por isso foi avaliado como ótimo.

O local apresenta setores próprios para o paisagismo e implantação de vegetação, mas a conservação e manutenção das espécies estão em péssimo estado. Assim, o paisagismo foi qualificado como regular, já a vegetação foi subdividida em três categorias, a variedade foi classificada como boa, tendo a presença de espécies nativas, como Bouganville (Bougainvillea Glabra Choisy), Agave Sisal (Agave sisalana) e outras espécies não identificadas; a localização foi definido como ruim por não ter critérios de distribuição das espécies, interferindo diretamente no ajuste cênico do paisagismo; por fim, a manutenção também foi classificada como ruim, embora o período em que foi realizado a pesquisa não exigir as regas, as árvores também não apresentavam podas.

Figura 13: Vegetação no mirante



Fonte: Autoria própria (2021)

Figura 14: Espaço para ajuste cênico



Fonte: Autoria própria (2021)

Quadro 3: Avaliação Walkthroug - Aspectos Ambientais

Item	Avaliação	Observação
Ventilação	Bom	
Sombreamento	Ruim	Pouco local de sombra, restringindo apenas a sombra da estrutura do mirante
Escoamento de águas pluviais	Ótimo	Não apresentar sistemas de coleta, mas o grande volume de área permeável cumpre a função
Paisagismo	Regular	Apresenta locais próprios para o ajuste cênico, mas não há conservação
Vegetação		
Variedade	Bom	Contém variedades nativas e em quantidade razoável, mas sem gerar locais de sombra
Localização	Ruim	Não apresenta critérios de localização, ordenados de forma apenas para preencher o local
Manutenção	Ruim	Embora não precisar de regas no período que foi feito a pesquisa (devido às chuvas), as árvores não apresentavam podas

Fonte: Autoria própria (2021)

- Aspectos Estéticos

Os Aspectos Estéticos examinaram questões sobre elementos visíveis da construção e disposição da forma, para compreender se está adequado à implantação e a sua função. Sendo um quesito crucial, já que a estética também é responsável por atrair ou repelir usuários para o local e afetando diretamente a qualidade do espaço.

Este tópico foi dividido apenas em quatro quesitos, sendo avaliado a pintura, materiais e revestimentos como péssimo, o primeiro por estar com marcas de chuva, sem cor e conservação periódica; enquanto o segundo e terceiro item foram empregados bons materiais e revestimentos, mas devido ação de tempo associado à ação da natureza (sol, chuva e ventos) e falta de conservação, tornou-se um ambiente impróprio para o uso, a figura abaixo demonstra bem este relato, sendo possível observar parte do pátio que despencou e a estrutura do mirante coberta de marcas da chuva.

Figura 15: Mirante deteriorado



Fonte: Autoria própria (2021)

Quadro 4: Avaliação Walkthroug - Aspectos Estéticos

Item	Avaliação	Observação
Pintura	Péssimo	Péssimo estado, com marcas de chuvas e desgaste da cor
Material	Péssimo	Apresenta bons materiais, mas sem conservação
Revestimento	Péssimo	Bons revestimentos, mas sem conservação
Forma	Bom	Apresenta boa forma, que cumpre o objetivo, mas de pequeno porte e sem diversificação de uso

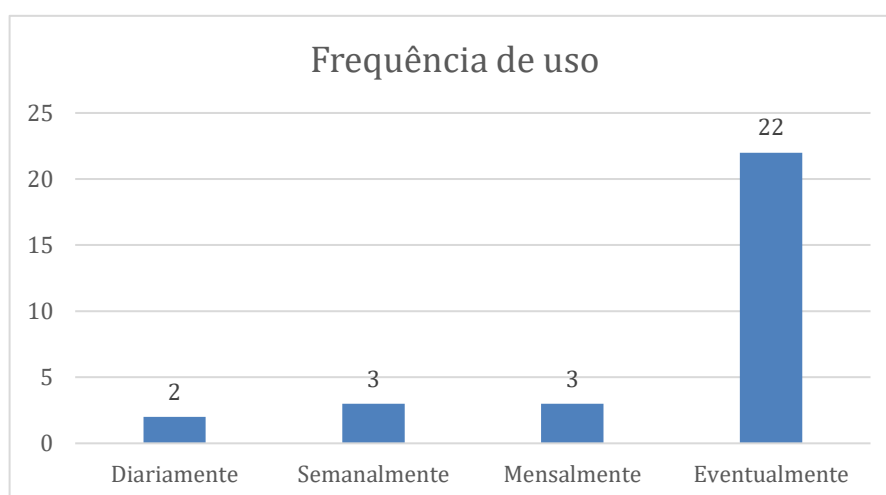
Fonte: Autoria própria (2021)

3.1.2 Sobre os Questionários

Os questionários foram aplicados à população da cidade de Serra de São Bento/RN sobre a percepção do mirante público da cidade e contou-se com 30 (trinta) respondentes, no período de 16 à 27 de agosto de 2021, onde 56,7% (N = 17) foram do sexo feminino e 43,3 (N = 13) do sexo masculino, com idades variando entre 18 e 40 anos, tendo 21 e 23 anos o maior índice 10% (N = 3) cada; em relação a profissão houve diferentes respostas, sendo estudante mais vezes mencionado (N = 7), seguido de profissional autônomo (N = 5), sendo citando também outras profissões como motorista, professor, técnico de enfermagem, entre outras. Quanto à escolaridade, 50% (N = 15) tem o ensino médio completo, 36,7% (N = 11) estão cursando ou já cursou o ensino superior e 13,3% (N = 4) tem o ensino médio incompleto.

Quando perguntados sobre a relação com a cidade, apenas uma pessoa respondeu ser ex-morador, porém todos afirmaram conhecer o mirante público da cidade, ao serem indagados se frequentam ou frequentaram o local 96,7% (N = 29) responderam que sim e só 3,3% (N = 1) não frequentou. Um dado relevante é a frequência de uso do espaço, no qual 73,3% (N = 22) informaram que faziam ou fazem uso apenas eventualmente, enquanto apenas 6,7% (N = 2) usam ou usaram diariamente, tendo ainda semanalmente e mensalmente 10% (N = 3) cada, essa baixa frequência de uso de um espaço público é causado pela falta de aceitação social e apropriação, como destaca Macedo (1995), e traz consequência como a redução da vida útil.

Gráfico 1: Frequência de uso do Mirante Público de Serra de São Bento/RN



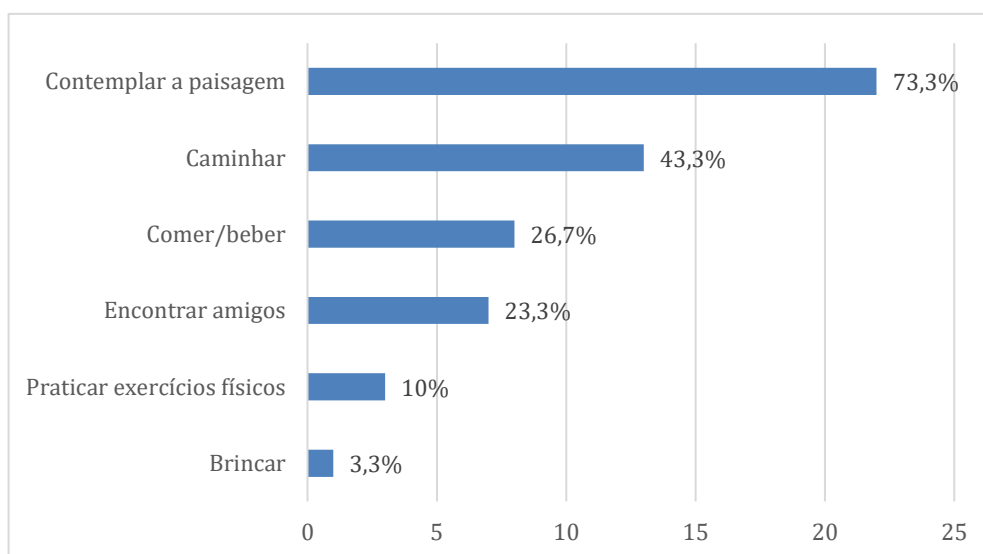
Fonte: Autoria própria (2021)

Outra indagação feita no questionário buscava saber com quem os respondentes frequentavam o local, onde observou-se o resultado predominante da resposta que indicava “Amigos”, correspondendo a 76,7% (N = 23), seguido por “Sozinho” com 16,7% (N = 7)

enquanto que pai/mãe e filhos receberam uma resposta cada, representando 3,3%. Quando perguntados sobre o horário que costumam ou costumavam visitar o local, com a possibilidade de marcar mais de uma alternativa, destaca-se o período da tarde que teve o maior índice, com 93,3% (N = 28), seguido do período matutino com 13,3% (N = 4), enquanto o noturno não foi mencionado nenhuma vez, no qual pode ser consequência da deficiência de iluminação no local, como foi observado na *Walkthroug*.

A principal atividade desenvolvida no espaço foi a de “contemplar a paisagem”, que teve 73,3% (N = 22) das respostas, seguido de “caminhar” com 43,3% (N = 13) e “comer/beber” com 26,7% (N = 8), no gráfico abaixo pode-se observar todas atividades desenvolvidas com a quantidade de vezes que foram citadas.

Gráfico 2: Finalidade de uso do Mirante Público de Serra de São Bento/RN



Fonte: Autoria própria (2021)

Ao serem questionados sobre o que mais ou menos gostavam no local, sendo caracterizados como aspectos positivos e negativos, a visão cênica foi o principal destaque positivo, sendo mencionado 12 vezes, a localização, que também pode ser associada ao aspecto citado anteriormente, foi apontada por três respondentes, e clima e arborização com um registro cada. Vale destacar que era uma pergunta de livre expressão, no qual os entrevistados tinham a opção de responder ou não. Ao analisar as respostas positivas, nota-se que o espaço é adequado para implantação de um equipamento público com a finalidade de um mirante, entretanto, por não ser indicado nenhum elemento físico do espaço como atributo qualitativo, pode-se afirmar que o objeto de estudo não cumpre adequadamente seu papel de espaço público livre e de gerar lazer à população.

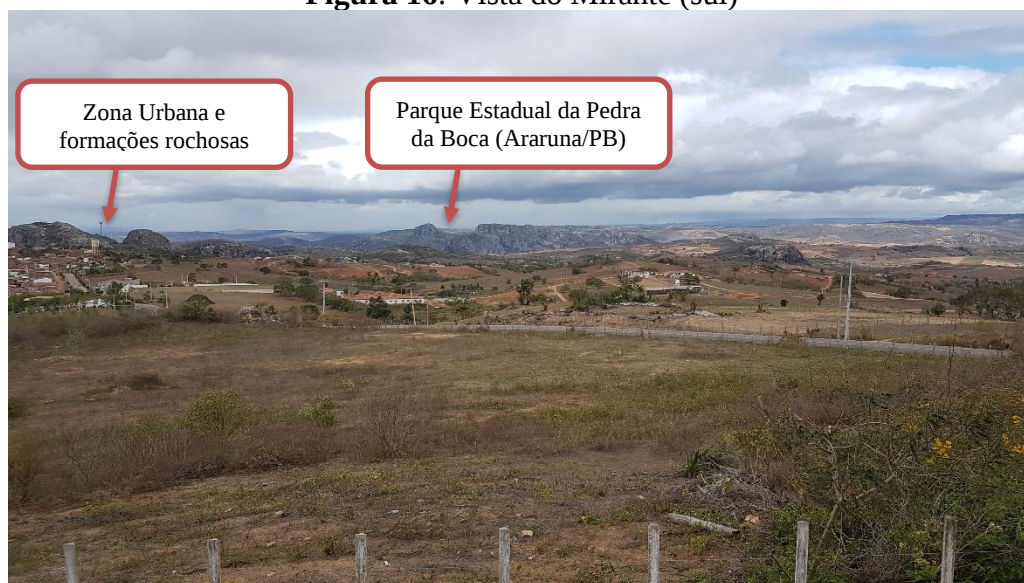
Já sobre os aspectos negativos, a estrutura (ou falta desta) e sujeira foram as respostas mais citadas, dez cada, seguido pela falta de manutenção, com 4 menções, confirmando a avaliação da *Walkthroug* nos Aspectos Funcionais. Uma questão que chamou a atenção foi o relato de duas respostas sobre o excesso de vento no local. As poucas opções de atrativos e a única opção de quiosque também foram mencionados duas vezes cada, outros quatro elementos foram lembrados uma vez, que foram a iluminação, a dimensão do espaço, a falta de bancos e o local. Repara-se que enquanto os pontos positivos restringiram-se em elementos naturais, os negativos voltaram-se em sua maioria para itens físicos ou construtivos, indicando a necessidade de uma intervenção no espaço, para atrair público e gerar vida no espaço, uma vez confirmada a localização ser apropriada para este tipo de uso. Após apontar os pontos positivos e negativos do espaço, foi questionado se consideravam importante a cidade ter um espaço público livre do tipo em que está sendo estudado, onde 93,3% (28) disseram que Sim e os outros 6,7% (2) responderam talvez.

Quadro 5: Aspectos positivos e negativos do Mirante Público de Serra de São Bento/RN

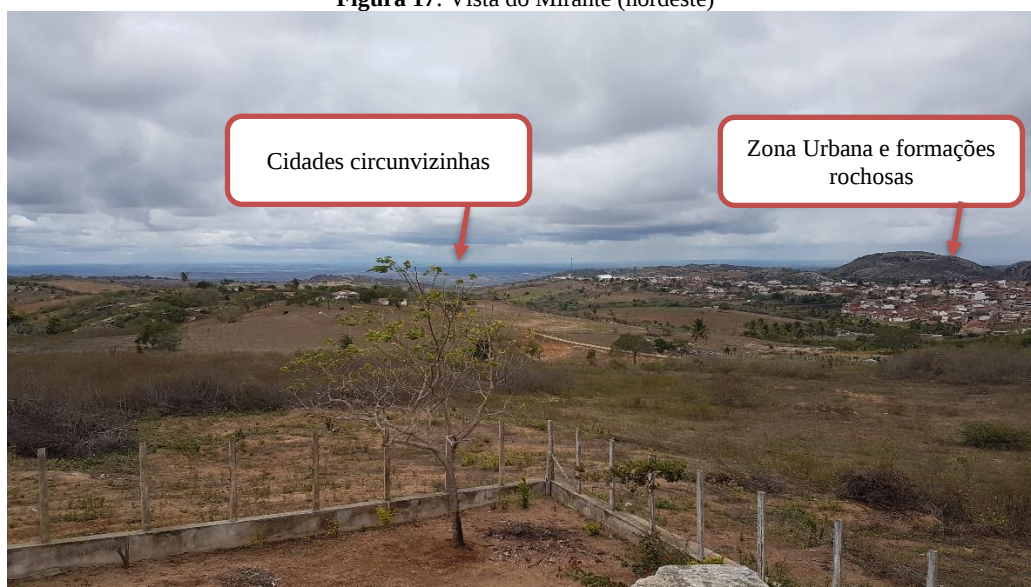
Aspecto	Quant. de resposta
Pontos Positivos	
Paisagem/Vista	12
Localização	3
Clima	1
Arborização	1
Pontos Negativos	
Estrutura	10
Sujeira	10
Falta de manutenção	4
Pouca opção de quiosque	2
Excesso de vento	2
Pouco atrativo	2
Iluminação	1
Dimensão do espaço	1
Falta de bancos	1
Local	1

Fonte: Autoria própria (2021)

As figuras abaixo mostram parte da visão do local que foi tão lembrada pelos respondentes, onde é possível observar parte da zona urbana da cidade em questão, assim como suas formações rochosas, cidades circunvizinhas, o Parque Estadual da Pedra da Boca (Araruna/PB), entre outros elementos naturais.

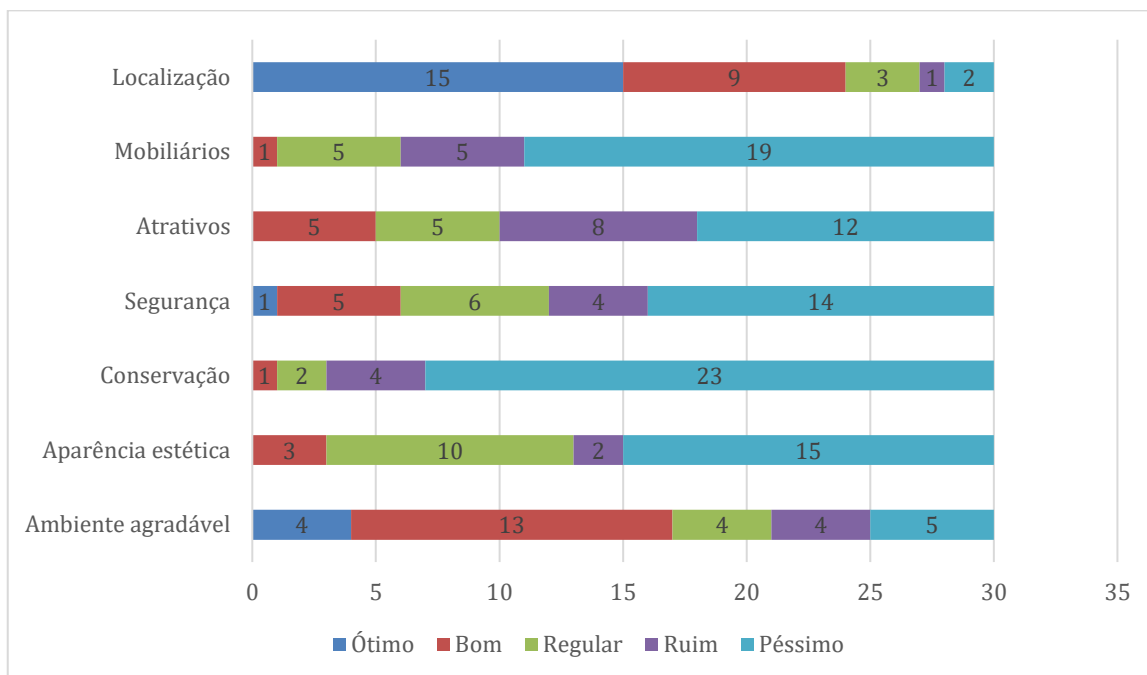
Figura 16: Vista do Mirante (sul)

Fonte: Autoria própria (2021)

Figura 17: Vista do Mirante (nordeste)

Fonte: Autoria própria (2021)

Na parte final do questionário, os entrevistados deveriam avaliar sete elementos em relação ao mirante, conforme gráfico abaixo, em uma escala de Ótimo, Bom, Regular, Ruim e Péssimo. Percebe-se que as respostas refletem os aspectos apresentados no Quadro 5: Aspectos positivos e negativos do Mirante Público de Serra de São Bento/RN), uma vez que quando questionados sobre mobiliários, atrativos, segurança, conservação e aparência estética houve a predominância de respostas negativas (ruim ou péssimo), já a avaliação da localização, diretamente ligada à possibilidade de contemplação da paisagem no local, teve o predomínio de boas avaliações, sendo 15 respostas de ótimo e 9 de bom. Quando perguntados se é um ambiente agradável houve uma fragmentação de opinião, podendo ser justificado por o questionário abrir margem para qualquer experiência da pessoa no local de estudo.

Gráfico 3: Avaliação qualitativa de elementos do Mirante pela perspectiva da população

Fonte: Autoria própria (2021)

3.1.3 Sobre o Poema dos Desejos

O poema dos desejos, como explicado no capítulo anterior, é uma forma de verificar as demandas e expectativas de usuários sobre determinado ambiente, tornando-se um instrumento bastante útil para fundamentar os programas de necessidades em novos projetos ou em intervenções, capazes de gerar projetos representativos ao local que estão inseridos.

Por ser um mecanismo de livre expressão, pode se deparar com as mais variadas respostas e com diferentes expressões, devido fatores como cultura, grau de escolaridade, idade, classe social entre outros, assim cabe ao pesquisador a tarefa de captar as diversas formas que foram expostos os desejos sobre o ambiente.

O poema dos desejos desta pesquisa teve como respondentes a população da cidade em que o espaço de estudo está inserido, no tópico anterior apresenta o perfil dos inquiridos, de modo geral houve uma coleta que abrangeu diferentes grupos etários e de profissões, tornando-se uma investigação bastante representativa.

O Quadro 6: Reunião dos desejos para intervenção) apresenta os desejos dos pesquisados em relação ao objeto de estudo, o mirante público da cidade de Serra de São Bento/RN, onde destaca-se o desejo de melhoria na estrutura do espaço, obtendo 14 (quatorze) respostas onde foram usadas palavras como reforma, remodelar, reconstruir, restaurar,

conservar, entre outras, evidenciando a necessidade de uma intervenção do local. Espaço de convivência e iluminação apresentaram cinco respostas cada um, este último pode estar intimamente ligado a segurança, que foi mencionada quatro vezes, assim como melhoria no jardim/paisagismo e inclusão de espaços para shows e apresentações. Lugar adequado para contemplação e espaço sombreado foram citados três vezes cada, este último corroborando com a avaliação de sombreamento realizado por meio da *Walkthrough*. Também foram registradas duas respostas sobre local para realizar atividade físicas, como caminhada.

Destaca-se também a frequência de respostas sobre alguns mobiliários, que podem ser incluídos na Estrutura, tendo a necessidade de quiosques dez respostas, playground nove e bancos sendo citados sete vezes, foi mensurado também mesas e lixeiras em menor número.

Quadro 6: Reunião dos desejos para intervenção

Desejo	Quant. de respostas	Expressões utilizadas
Estrutura	14	“melhor infraestrutura”, “melhorar a estrutura”, “reformas fazendo reparo na pintura”, “estrutura física”, “remodelar a estruturar”, “reconstrução na qual o mirante ganhasse mas [sic] visibilidade”, “Poderia ter uma estrutura adequada”, deixar o mirante mais bonito”, “reforma para restaurar o local”, “Conservação, limpeza”, “Reforma”
Espaço de convivência	5	“áreas de convivência atrativas”, “Lugar adequado”, “reforma que tornasse o ambiente agradável, familiar”, “espaços para se entreter com os amigos”, “ambiente social e familiar”
Iluminação	5	“melhorar a iluminação”
Espaço de show e apresentação	4	“música ao vivo”
Jardim/paisagismo	4	“Espaço p [sic] piquenique”, “Jardins”, “grama”, mais plantas, flores”
Segurança	4	“mais segurança (...) vigia no local”, “guarita”
Espaço de contemplação	3	“Lugar adequado”, “Espaço com mesa para ver o por [sic] do sol”, “espaço adequado pra contemplar a paisagem e o pôr do sol”
Espaço sombreado	3	“mais sombra para usar durante o dia”, “espaço de sombra”
Local para atividade física	2	“espaço de caminhar”, “praticar atividades física”
Mobiliários		
Quiosque	10	“Quiosque organizandos [sic]”, “mais quiosque pois só existe um”, “baracas [sic] de lanche”, “um bar”, “Mais opção de quiosque”, “recrear com amigos e família”
Playground	9	“ambientes agradáveis para adultos e crianças”, “espaço para criança (...) parque com gangorra e brinquedos mais rústicos”, “diversão para criança”, “parque para as crianças”, parquinho para criança”, “lugar para as crianças brincar”, “que distraia crianças com parquinhos”, “espaço pra crianças brincarem”

Bancos	7	“bancos confortáveis”, “locais pra sentar e conversar”, “Mais bancos para poder conversar com amigos”, “locais pra sentar”
Lixeiras	2	“limpeza”
Mesas	1	“Espaço com mesa para ver o por [sic] do sol”

Fonte: Autoria própria (2021)

3.1.4 Considerações sobre a APO

Como visto no item Qualidade do Espaço Urbano e Intervenções, existem diversos autores que tratam sobre a qualidade do ambiente urbano, que definem atributos para que o espaço público da cidade seja aceito pelos usuários. Para esta pesquisa, foram usados os fatores apontados por Macedo (1995) para elaboração do *checklist* da *Walkthrough* e serviram de base para os Questionários, chegando aos resultados descritos nos itens anteriores e clarificando os motivos de não haver apropriação do espaço em estudo. Para refinar ainda mais os resultados, este tópico busca analisar a qualidade do local em estudo pelos aspectos apresentados por Gehl (2006 apud SANTANA, 2015), sendo no total doze características subdivididas em três grupos, que são: Proteção, Conforto e Prazer.

- Proteção

O quesito proteção engloba três características, conforme o Quadro 1 (Parâmetros da qualidade do espaço público), sendo proteção contra tráfego e acidentes (sentindo-se a salvo), proteção contra crimes e violência (sentindo-se seguro) e proteção contra experiências sensoriais desagradáveis. O primeiro atributo refere-se a espaços de circulação, como ruas, avenidas, vielas etc., que não corresponde ao espaço estudado, que é um local de permanência, como define Matos (2018).

No que se refere a sentir-se seguro contra crimes e violência, destaca-se dois enfoques para o perfil do local em análise, que são a sobreposição de funções em diferentes horários e a presença de uma boa iluminação. Os três métodos utilizados para obtenção dos resultados mostram a deficiência da iluminação no mirante, que influencia diretamente no uso do ambiente no período noturno, no qual foi confirmado pelos questionários não haver ocupação durante a noite. A falta de apego e apropriação por parte da população com o mirante pode ter sido despertada inicialmente pela questão mencionada, uma vez que a iluminação contribui para o sentimento de segurança e Gehl (2013) aponta que as pessoas abraçam o ambiente urbano quando se sentem seguras, seja segurança percebida ou vivenciada.

Em relação às desagradáveis experiências sensoriais, a poluição é o principal problema, que foi um dos pontos negativos mais citados no questionário e que já havia sido verificado na *Walkthrough*, além disso, o excesso de vento também foi apontado como uma característica negativa, embora apenas duas pessoas tenham citado, onde deve haver atenção especial nesses dois elementos ao elaborar a proposta de intervenção.

- Conforto

O segundo grupo de fatores que causam qualidade do espaço urbano refere-se a questões de conforto, estando este relacionado a oportunidade que o local possibilita, que se divide em seis oportunidades: de caminhar, de ficar em pé ou permanecer, de sentar, de ver, de falar/ouvir e de brincar ou de se exercitar.

A oportunidade de caminhar sugere que boas superfícies e ausência de obstáculos é um atrativo para deslocar-se a pé, propriedades encontradas no entorno e acesso do mirante estudado e que teve a apropriação para devidos fins, como mostra os resultados do questionário, disponível no Gráfico 2: Finalidade de uso do Mirante Público de Serra de São Bento/RN) e sendo um dos anseios apontados no Poema dos desejos, na pesquisa realizada foi usado o termo caminhada como exercício físico e não apenas como circulação de pedestre. É importante frisar um apontamento feito por Santana (2003) ao afirmar que os atrativos do entorno de um espaço livre de lazer são tão importantes quanto o local em si, por este motivo a intervenção deve buscar soluções também para o entorno do local.

Quando se fala em oportunidade para ficar em pé ou permanecer ressalta-se as zonas atrativas e detalhes convidativos, no qual nota-se a ausência de tais características no objeto estudado, comprovado tanto pela *Walkthrough*, ao avaliar questões sobre o uso e estética, como também pelos questionários, ao predominar respostas negativas sobre os atrativos e da aparência estética do local.

Um quesito estratégico em mirantes, por sua finalidade ser principalmente contemplativa, e apontado como um aspecto de qualidade do espaço público é a oportunidade de sentar. Entretanto, o ambiente analisado mostrou-se totalmente inoportuno para tal função e é um dos principais desejos apontados na pesquisa realizada, melhoria dos bancos/assentos. Outro fator indispensável para mirantes, primordial para a existência, e também uma característica de qualidade urbana é a oportunidade de ver, mostrando que a localização é adequada para implantação de um equipamento urbano que tem a observação e contemplação

como propósito. A aptidão da localização pode ser corroborada ao verificar os resultados do Gráfico 3: Avaliação qualitativa de elementos do Mirante pela perspectiva da população), onde mostra 24 respostas positivas dos trinta respondentes, e pelos pontos positivos indicados no Quadro 5: Aspectos positivos e negativos do Mirante Público de Serra de São Bento/RN). A oportunidade de ver também tem a ver com a iluminação do ambiente, sendo um dos inconvenientes do espaço estudado.

Dois pontos estão associados à oportunidade de falar e ouvir, que é o baixo nível de ruído e mobiliários adequados para conversação, o primeiro quesito é uma das qualidades encontrada no local, uma vez que apresenta uma certa distância da rodovia que dá acesso ao mirante e não tem nenhum equipamento que gere poluição sonora no entorno, como indicado na *Walkthrough*. Já em relação aos mobiliários, a pesquisa mostrou ser uma questão que merece atenção na proposta de intervenção, tanto por notar a ausência durante a visita *in loco* do pesquisador, como pela avaliação negativa dos questionários e pela alta frequência de respostas sobre o tema no poema dos desejos.

Por fim, a oportunidade de brincar e exercitar-se diz respeito à possibilidade de praticar exercícios físicos e brincar no ambiente urbano. O mirante, por seu entorno ser livre na maior parte e haver presença de espaços verdes, tem um potencial para tornar-se um ambiente rotineiro de prática de exercícios, embora não seja o que a pesquisa encontrou no local. Além disso, o playground para diversão das crianças foi um anseio dos entrevistados.

- Prazer

O último grupo de características qualitativas do ambiente urbano refere-se aos prazeres que os espaços públicos podem gerar, podendo ser dividido em três quesitos, que são escala, oportunidade para aproveitar o clima e experiência sensorial positiva. O primeiro está relacionado aos espaços projetados para escala humana, ou seja, priorizar os pedestres e ciclistas no ambiente urbano, tornando as cidades atrativas para as pessoas. O objeto de estudo em si tem a finalidade de gerar lazer para a população, além de sua localização e entorno possibilitar o acesso de pedestres e ciclistas, mas seu péssimo estado de conservação e falta de atrativo acabou repelindo usuários do local.

Já sobre as oportunidades geradas pelos aspectos positivos do clima, a pesquisa gerou uma certa discrepância entre as respostas. Enquanto foram citadas algumas respostas tendo o clima como aspecto positivo outras indicaram o excesso de vento como ponto negativo, assim

como a pouca quantidade de espaços de sombra, sendo estes lembrados como um dos anseios. Esta dualidade pode ser observada também ao serem questionados se o ambiente era agradável, onde teve 17 respostas positivas (ótimo e bom), 4 regulares e 9 negativas (ruim e péssimo). De modo geral, a intervenção deve ter uma atenção a questões sobre sombreamento e controle do vento para solucionar os incômodos identificados.

Em relação as experiências sensoriais positivas, a vista da paisagem é o principal aspecto, sendo lembrado por metade dos respondentes do questionário, indicando a adequação do local para a finalidade do equipamento urbano em estudo, que é o mirante. Foi indicado também, mas com uma frequência menor, a questão da arborização, embora tenha sido uma das necessidades de melhoria apontadas no poema dos desejos.

4 Intervenção: Uma Possível Resposta ao Problema

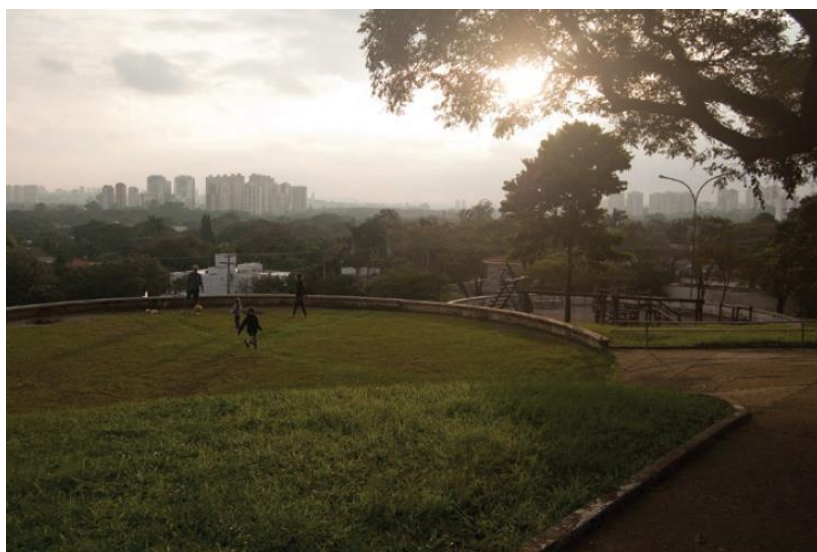
Neste capítulo será apresentada a proposta de intervenção do espaço estudado, bem como o processo de projeto que resultou no produto. A princípio expõem os estudos de referência, mostrando os três projetos e como influenciaram para o trabalho; em seguida mostra a caracterização do mirante e da cidade em que está inserido; prosseguindo com as condicionantes projetuais, como direção dos ventos e do sol, topografia e normas; seguindo com a indicação do programa de necessidades, onde mostra como se deu o surgimento de cada elemento; dando continuidade com a apresentação do partido e conceito do projeto, revelando como se deu a escolha do tipo de intervenção; por fim, mostra o projeto e as soluções propostas com base nas necessidades identificadas nos itens anteriores.

4.1 Estudos de referência

4.1.1 Praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro

A praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro, mais conhecida por Praça Pôr do Sol, localiza-se no Bairro Alto de Pinheiros, na cidade de São Paulo/SP, teve seu projeto concluído nos anos 1970, possui pouco mais de 28.000 m², com maior parte de área permeável. Dois grandes nomes do paisagismo no Brasil foram responsáveis pelo projeto da praça, Miranda Magnoli e Rosa Grena Kliass, ambas formadas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), em 1955.

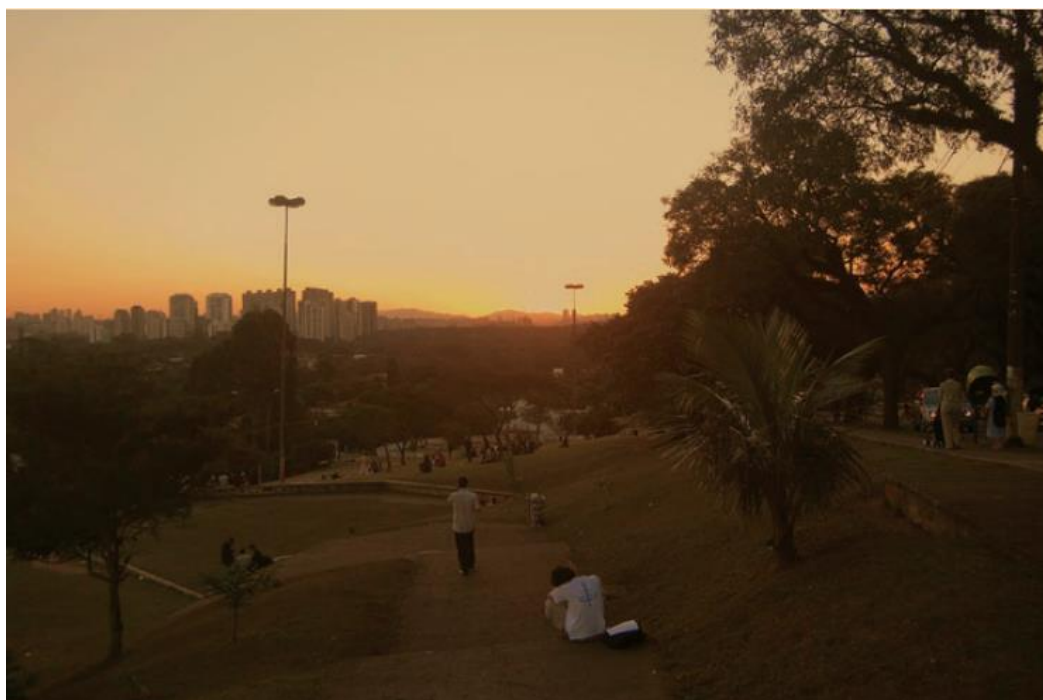
Figura 18: Praça Pôr do Sol – espaços de uso livre



Fonte: DAVI MARTINS (s.d apud GATTI, 2013)

A praça é um dos muitos espaços verdes do bairro que está localizada, com seu entorno predominantemente residencial. Foi implantada em um local elevado, que serviu de partido para as paisagistas responsáveis, aproveitando a vista para o Pico do Jaraguá, a Marginal Pinheiros, o campus da Cidade Universitária da USP e para o *skyline* da cidade de São Paulo, desta forma, “O projeto da praça se concentrou na exploração de espaços contemplativos em direção à declividade [sic] do terreno, formando grandes áreas gramadas entremeadas por bancos circulares e passeios” (GATTI, 2013).

Figura 19: Pôr do sol na praça



Fonte: DAVI MARTINS (s.d apud GATTI, 2013)

A setorização (Figura 20) e programa da praça são relativamente simples, apresentando grandes áreas de grama, espaços sombreados por vegetação, áreas circulares com bancos de concreto e playground infantil, pistas de caminhada, além de espaços sem uso específico que permite diversos usos, como shows, cinema, música entre outros.

Figura 20: Mapa esquemático - Praça Pôr do Sol

Fonte: GOOGLE EARTH, 2021 – adaptado pelo autor

Embora não apresente nenhum monumento característico de mirante, o próprio terreno cumpre esta função, no qual os usuários apreciam a paisagem sem nenhum transtorno. Os espaços sem uso específico podem ser uma característica positiva ou não, a depender do local, uma vez que permite diversos tipos de apropriação dos mais variados públicos, como ocorreu neste caso, ou não atrair nenhum público, tornando-se desinteressante. Já os bancos de concreto em formatos circulares e os espaços de passeio/caminhada são, sem dúvidas, aspectos positivos da praça. Assim, a praça apresenta diversas características apresentadas por Gehl (2006 apud SANTANA, 2015) como parâmetro de qualidade do espaço público, disponível no **Quadro 1** (Parâmetros da qualidade do espaço público), gerando espaços positivos, convidativos e com a apropriação esperada.

4.1.2 Praça da Saudade

A Praça da Saudade (Figura 21) está localizada no bairro Codozinho da cidade de São Luís no Maranhão, possui este nome por ser implantada em frente a um cemitério (Cemitério do Gavião), de acordo com a ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (ET) Nº 003/2018, de São Luís/MA, o local possui 2.230,91 m² e foi finalizado no ano de 2020. Seu entorno é marcado principalmente pelo uso residencial e comercial (lojas, bares, lanchonetes entre outros). A reformulação da praça fez parte de um programa de revitalização do Centro Histórico da cidade e foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), teve o escritório Natureza Urbana como responsável, onde os arquitetos Manoela Machado e Pedro Lira a frente da equipe que desenvolveu a intervenção, contando ainda com participação da Hproj Planejamento e Projetos.

Figura 21: Vista superior da Praça da Saudade



Fonte: MEIRELES JUNIOR (s.d apud ARCHDAILY, 2021a)

A elaboração do programa de necessidades para a intervenção ocorreu através de um processo participativo, onde foram analisadas as sugestões, demandas e desejos da população do entorno por meio de oficinas interativas. Antes da reforma, a praça encontrava-se fortemente degradada, com pouco uso e sem opções variadas de encontro, lazer e entretenimento. Com o objetivo de contemplar os comerciantes do local (vendedores ambulantes) que usavam o espaço antes da intervenção, os responsáveis criaram bancas de alimentos, publicações (jornais e revistas), flores e ponto de táxi, além disso, o espaço ganhou novos quiosques, arquibancadas de alvenaria, morrotes para espaços verdes, playground e coberturas em madeira lamelada colada.

Figura 22: Implantação da Praça da Saudade



Fonte: ARCHDAILY (2021a)

Os responsáveis usaram como partido a fluidez dos Lençóis Maranhenses, ponto turístico muito representativo no estado. Estes elementos fluidos podem ser observados e associados tanto nas coberturas de madeira como nos morrotes criados para vegetação, playground e arquibancada.

Figura 23: Vista da Praça da Saudade



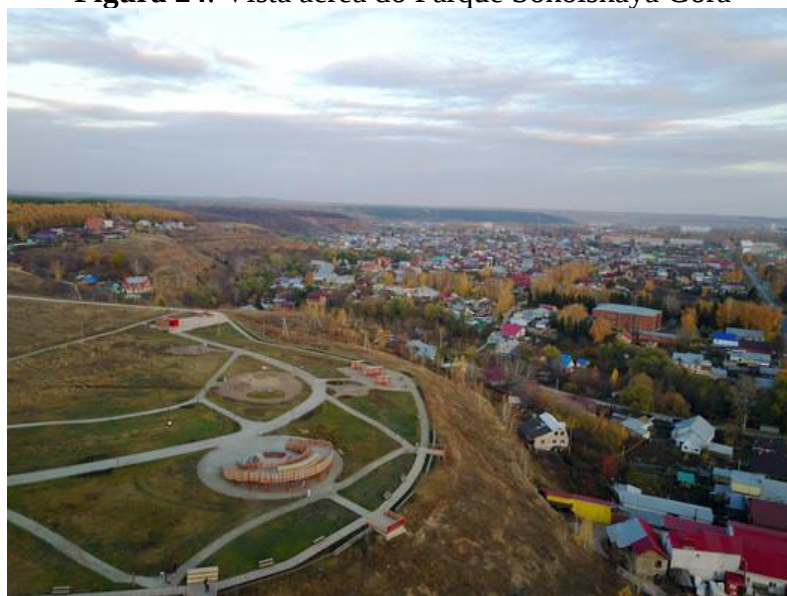
Fonte: MEIRELES JUNIOR (s.d apud ARCHDAILY, 2021a)

Percebe-se que os autores da revitalização da praça buscaram transformar o espaço antes sem uso e degradado em um ambiente que fosse convidativo a diversos públicos, como crianças, jovens, idosos e famílias, obedecendo os quesitos de qualidade descritos no tópico Qualidade do Espaço Urbano e Intervenções. Vale destacar também a importância do processo participativo do projeto, fundamental para atingir vários tipos de usuários e capaz de gerar uma intervenção que seja aclamada pela população.

4.1.3 Parque Sokolskaya Gora

O Parque Sokolskaya Gora está localizado em uma colina da cidade de Bugulma, no estado de Tartaristão na Rússia, foi desenvolvido pelo Project Group 8 + PARK, tendo como responsável a arquiteta Nadezhda Snigireva, gerenciando uma equipe com outros seis arquitetos. O projeto finalizado em 2019 foi financiado pelo Programa de desenvolvimento de espaços públicos da República do Tartaristão. Ganhou o concurso russo para os melhores projetos em pequenas cidades e assentamentos históricos do ano de 2018 e venceu através de votação popular na categoria “Design of the urban environment” o prêmio APXIWOOD 2020.

Figura 24: Vista aérea do Parque Sokolskaya Gora



Fonte: DMITRY SMIRNOV (s.d apud ARCHDAILY, 2021b)

A implantação do parque em uma área elevada faz com que adquira um caráter de mirante, já que permite a visão tanto da cidade como da paisagem natural que cerca a zona urbana, formada por floresta, campo, rio e uma reserva de salgueiros. Antes da realização do projeto, o ambiente já se apresentava como espaço público e apresentava locais de caminhada, que serviu de partido para os responsáveis. Os arquitetos buscaram realizar uma conexão dos espaços pedonais com o ambiente natural e integrando aos novos locais a serem implantados, criando corredores ecológicos e zonas de transição.

Figura 25: Implantação do Parque Sokolskaya Gora



Fonte: ARCHDAILY (2021b)

Para alcançar o objetivo pretendido foi criado torres de observação, playground, bancos, mesas e uma plataforma elevada, sendo utilizado nos mobiliários materiais metálicos, madeira e concreto, além disso houve uma modernização dos espaços existentes, desta forma, não é possível distinguir os novos e antigos espaços ou mobiliários.

Figura 26: Espaço de contemplação do Parque Sokolskaya Gora



Fonte: DMITRY SMIRNOV (s.d apud ARCHDAILY, 2021b)

4.1.4 Contribuições dos estudos de referência à intervenção

As três referências, analisadas para dar suporte à intervenção, apresentam semelhanças em relação aos seus respectivos programas de necessidade, o quadro abaixo identifica os pontos em comum dos locais estudados. É possível identificar em cada projeto a maioria dos elementos de qualidade do espaço público, traçados por Gehl (2006 apud SANTANA, 2015) expostos no tópico Estudos de referência.

Quadro 7: Síntese do programa de necessidades dos estudos de referências

	PCCFP	PS	PSG	Observação
Mirante/Plataforma	X		X	A PCCFP não tem um monumento de mirante, não está implantada em local que tem esta finalidade
Área verde	X	X	X	As áreas verdes da PS são bolsões elevados integrados à mobiliários e a maior parte da praça é área impermeável
Pista de caminhada	X		X	
Cobertura/Marquise		X		Embora a PCCFP não apresentar marquises, há grande áreas sombreadas pelas árvores
Espaço sem uso específico	X			

Mobiliários				
Bancos	X	X	X	
Arquibancadas		X	X	
Mesas		X	X	
Quiosques		X		
Playground	X	X	X	
Bancas		X		Foram implantadas bancas na PS para acomodar os vendedores ambulantes que usavam o espaço antes da intervenção
Legenda: PCCFP – Praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro PS – Praça da Saudade PSG - Parque Sokolskaya Gora				

Fonte: Autoria própria (2021)

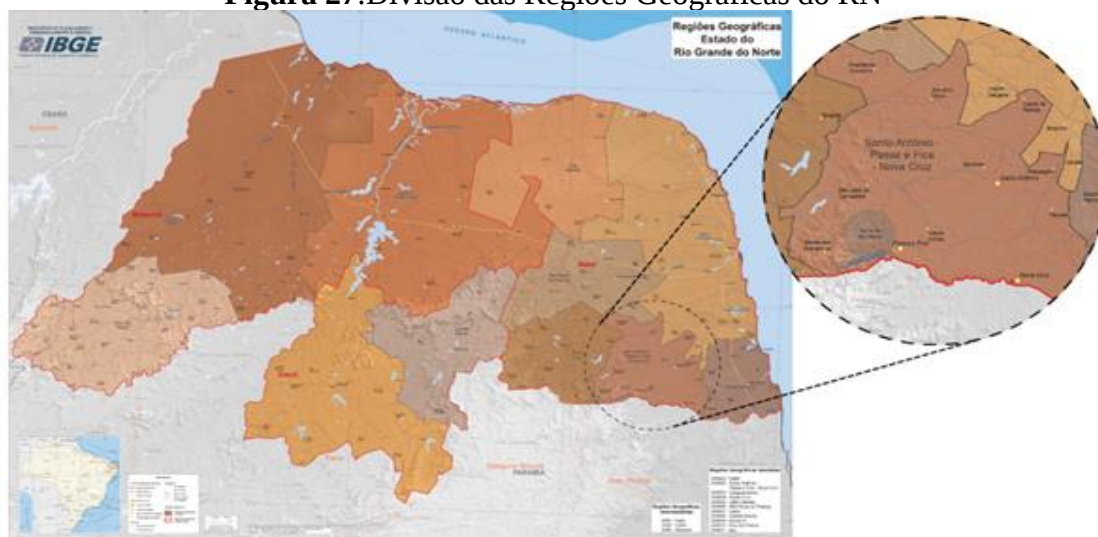
Assim, pode-se tirar proveito de algumas soluções desses estudos para a intervenção que está em desenvolvimento nesta pesquisa, que são:

- A Praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro e o Parque Sokolskaya Gora mostram que espaço público de contemplação da paisagem é um ponto estratégico para atrair visitante, independentemente de ter um elemento construtivo marcante ou usando apenas a topografia do terreno para tal uso;
- As áreas verdes presente nas três praças estimulam a apropriação, na Praça da Saudade esses espaços foram implantados após a revitalização, já que antes era pavimentada por completo;
- Marquises ou coberturas em destaque na paisagem, como na Praça da Saudade, são estratégias para tornar o local fascinante, singular e, conseqüentemente, memorável, gerando identidade do local e/ou da própria cidade;
- Espaço sem uso específico atrai variados públicos uma vez que permite diferentes formas de apropriação, como no caso da Praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro, mas deve ser bem pensado para não se tornar um espaço desinteressante e sem uso;
- Em relação aos mobiliários, os três estudos mostram que bancos/assentos e playground são fundamentais para tornar um espaço público de qualidade, arquibancadas e mesas também podem ser implantadas, a depender do objetivo do lugar;
- O contexto e a forma de apropriação são determinantes em elementos a serem inseridos no programa de necessidades, nota-se que enquanto a Praça da Saudade tem quiosques os outros dois locais não têm, já a Praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro e o Parque Sokolskaya Gora apresentam pista de caminhada enquanto o outro espaço estudado não apresenta.

4.2 Caracterização da Cidade e do Mirante

O município de Serra de São Bento/RN foi criado em 31 de dezembro de 1958 pela lei estadual nº 2.337, sancionado pelo então governador do estado Dinarte Mariz, sendo desmembrado da cidade de Nova Cruz/RN. De acordo com a divisão geográfica do IBGE (2017), a cidade faz parte da Região Geográfica Imediata denominada de Santo Antônio – Passa e Fica – Nova Cruz, e da Região Intermediária de Natal, como é possível observar na figura abaixo.

Figura 27: Divisão das Regiões Geográficas do RN



Fonte: IBGE (2017) - adaptado pelo autor

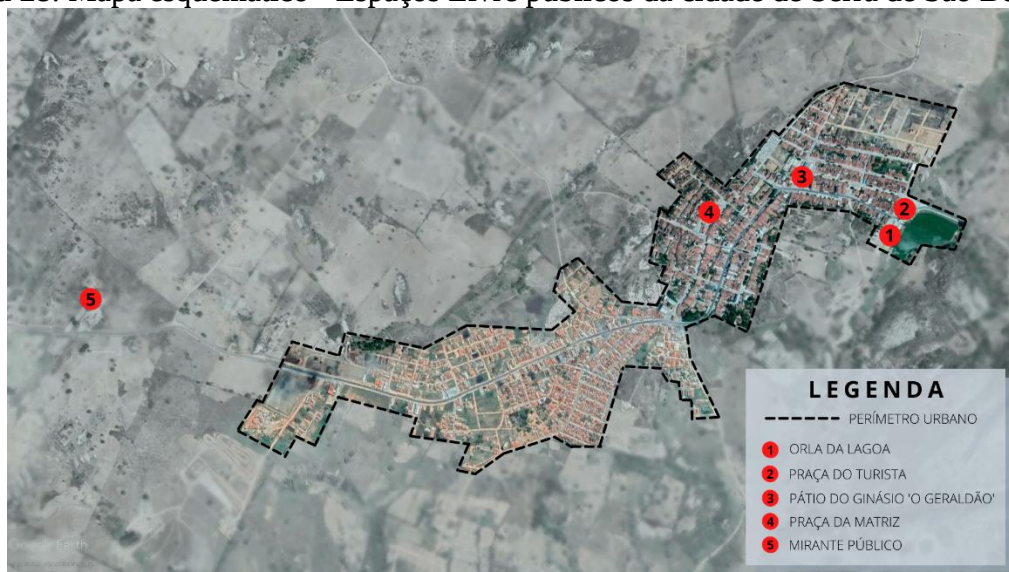
Segundo o CPRM (2005), o município, situado no Planalto da Borborema, tem uma precipitação pluviométrica anual de 755,2 mm em condições normais, tendo variações de até 138,8 mm, com o período chuvoso entre os meses de março e julho, tendo ainda uma umidade relativa média anual de 73%; já sobre as temperaturas, apresenta máxima de 32 °C, mínima de 18 °C e com média de 25,6 °C.

Ainda de acordo com o CPRM (2005) a formação vegetal da cidade em questão é composta de arbustos e árvores com espinhos pouco ofensivo, características da Caatinga Hipoxerófila, podendo destacar espécies como juazeiro, mandacaru, umbuzeiro e aroeira; o solo predominante no município é classificado pelo tipo Solos Litólicos Eutróficos, com uma textura arenosa, pedregosa e rochosa.

Em relação aos espaços livres públicos voltados para o lazer o município apresenta cinco (Figura 28: Mapa esquemático - Espaços Livre públicos da cidade de Serra de São Bento/RN). O espaço 1 é a orla da lagoa posicionada às margens da rodovia estadual RN-269, na Av. Pref. Bento do Carmo de Oliveira, Bairro São João; o espaço 2, intitulado Praça do Turista, está

instalado ao lado do primeiro espaço citado. O espaço 3, também situado na Av. Pref. Bento do Carmo de Oliveira, é o pátio do ginásio poliesportivo ‘O Geraldão’. O quarto local é a Praça Salviano Gomes Crisanto, mais conhecida como Praça da Matriz, e está localizada na rua que leva o mesmo nome, Praça Salviano Gomes Crisanto, no Bairro Centro. O último ambiente é o mirante público do município, que não está dentro do perímetro urbano, às margens da rodovia RN-269.

Figura 28: Mapa esquemático - Espaços Livre públicos da cidade de Serra de São Bento/RN



Fonte: Google Earth Pro (2021) - adaptado pelo autor

O município faz parte do polo turístico da Setur/RN intitulado Agreste-Trairi, com o turismo em desenvolvimento e recebendo visitantes com frequência, que buscam, principalmente, atrativos naturais e a culinária local. A SETUR/RN (2016), em seu relatório sobre a oferta de produtos dos polos do estado, classifica o Mirante Público com o atrativo cultural do tipo ‘Museus e outros’, conforme o quadro abaixo, destaca ainda que os elementos culturais são importantes tanto para o polo como para todo o sertão nordestino.

Quadro 8: Atrativos Culturais do Polo Agreste-Trainri

MUNICÍPIO	FOLCLÓRICOS	MUSEUS E OUTROS	CULTURAIS ARTESANATO
		Escola Estadual Ocila Bezerra	bordados, gesso, barro)
MONTE DAS GAMELEIRAS	Banda marcial	Alto do cruzeiro e praça Luís Teixeira Pinheiro	
NOVA CRUZ	Grupos de danças	Casa de cultura de Nova Cruz	Artesanato: boneca de pano, biscuit, bordado, pano de prato.
PASSA E FICA	Os macambiraís e o grupo balé popular terras potiguares com danças folclóricas, pastoril, coco de roda, rei do congo e boi de reis.	Museu de seu borboleta peças históricas	Artesanato, frivolité
SANTA CRUZ	Boi de Reis	Casarão Edivaldo de Lima de Souza, Museu Rural Auta Pinheiro Bezerra, Teatro Candinha Bezerra Casa de Cultura Popular Palácio Inharé	Artesanato com tipologia religiosa
SÃO JOSÉ DE CAMPESTRE	Boi de Reis	Cruzeiro de frei Damião	Em palha de carnaúba, bolsas, cestos, baús, chapéus, peças e objetos diversos.
SERRA DE SÃO BENTO	Grupo de dança arte na serra, quadrilha junina	Mirante de Serra de São Bento	Artesanato Benditas Mãos, crochê, bordado, fuxico e bonecas de pano
SÍTIO NOVO	Cruzeiro São Francisco (procissão), festival de quadrilhas juninas e o Forró do Zé do Queijo	Castelo Zé dos Montes	
TANGARÁ	Lampião de Tangará: grupo de dança,	Cruzeiro de São Francisco e Praça da televisão	Louça de barro: clube de mãos

Fonte: SETUR/RN (2016) – adaptado pelo autor

4.3 Programa de Necessidades

O programa de necessidades pode ser entendido como a reunião de premissas humanas, socioambientais e funcionais para materialização de um projeto arquitetônico e/ou urbanístico, conforme a NBR 16.636-1 (ABNT, 2017). Para a proposta de intervenção desta pesquisa, o programa foi gerado a partir de uma Avaliação Pós-Ocupação do local, utilizando os métodos Walkthroug, Questionários e Poema dos Desejos, além disto, os estudos de referência e a percepção do autor quanto morador da cidade contribuíram para determinar o programa a ser implementado, conforme o quadro abaixo.

Quadro 9: Programa de necessidades da intervenção

Necessidade	Origem da necessidade	Utilizar
Acesso/Entorno		
Melhoria no acostamento de acesso	Walkthroug	Certeza
Estabelecer local de estacionamento	Walkthroug	Certeza
Espaço para atividade física	Poema dos desejos, Estudos de referência	Certeza
Estrutura física		
Banheiros	Walkthroug	Certeza
Local de manifestação artística/cultural	Poema dos desejos	Talvez
Paisagismo/arborização	Walkthroug, Poema dos desejos, Estudos de referência	Certeza
Ampliar espaço de convivência	Questionários, Poema dos desejos	Certeza

Ampliar espaços de sombra	Poema dos desejos	Certeza
Mudança na estética	Walkthroug, Questionários	Certeza
Mobiliários		
Quiosques	Walkthroug, Questionários, Poema dos desejos, Estudos de referência	Certeza
Bancos	Walkthroug, Questionários, Poema dos desejos, Estudos de referência	Certeza
Lixeiras	Walkthroug, Poema dos desejos	Certeza
Playground	Walkthroug, Poema dos desejos, Estudos de referência	Certeza
Mesas	Poema dos desejos, Estudos de referência	Certeza
Arquibancadas	Estudos de referência	Talvez
Postes de iluminação	Walkthroug, Questionários, Poema dos desejos	Certeza

Fonte: Autoria própria (2021)

A partir do quadro acima, pode-se dividir o local em três grandes áreas, que são:

- Convívio: Quiosques, playground, mesas, banheiros;
- Estar: Arquibancadas, local de manifestação artística/cultural; e
- Circulação: espaços para o deslocamento dos usuários.

Há elementos que podem estar presentes em mais de uma área, como bancos, lixeiras, postes de iluminação e paisagismos/arborização, sendo alocados de acordo com o desenvolvimento do projeto. Vale destacar também que as melhorias do acesso e entorno não foram incluídas nesses três setores.

4.4 Condicionantes Projetuais

As condicionantes projetuais são fatores que podem influenciar o início e andamento da elaboração de um projeto. A princípio pode destacar que o mirante em estudo para a proposta de intervenção situa-se no sítio Serra do Meio, da cidade de Serra de São Bento/RN com acesso pela rodovia RN-269, como já informado em tópicos anteriores. O terreno onde está inserido o mirante apresenta quatro lados com medidas variadas, sendo classificado como um quadrilátero irregular, possuindo uma área de 1.562 m². Por não ser envolto de vias, o acesso dar-se apenas pela via que liga a rodovia ao mirante, pela face sudoeste do lote.

Figura 29: Situação do local de intervenção

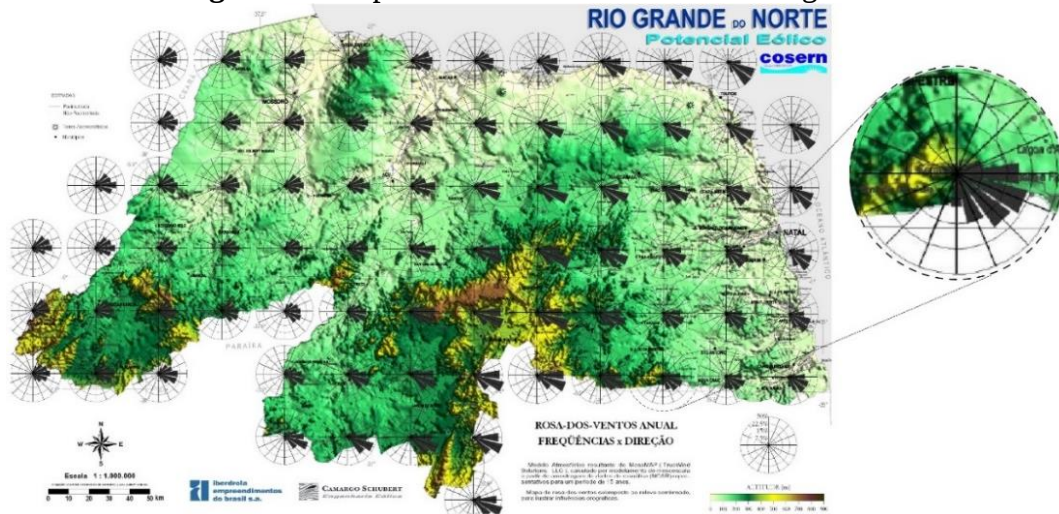


Fonte: Google Earth Pro (2021) - adaptado pelo autor

Embora esteja localizado em uma posição mais elevada em relação à cidade, o espaço não apresenta grandes desníveis, conforme a **Figura 4:** Situação e topografia do local de intervenção, o local que está inserido o mirante tem uma diferença de altura de 1,50 m na diagonal, já o acesso que liga a RN-269 ao mirante, que tem cerca de 100 m de extensão, possui aproximadamente 4 m de declividade, o que significa uma inclinação de 4%, obedecendo a norma de acessibilidade (NBR 9050/2020).

Outros fatores consideráveis são os ventos predominantes e a insolação, uma vez que influenciam diretamente no conforto térmico dos usuários do espaço. A figura abaixo mostra um mapa esquemático do Rio Grande do Norte, elaborado a partir de um projeto de pesquisa e desenvolvimento da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN) no ano de 2003, com a rosa-dos-ventos anual da relação Frequência x Direção em determinadas localidades, ao observar o mapa nota-se que a orientação dos ventos predominantes na cidade em estudo é da direção sudeste e leste, além da direção sul em menor frequência.

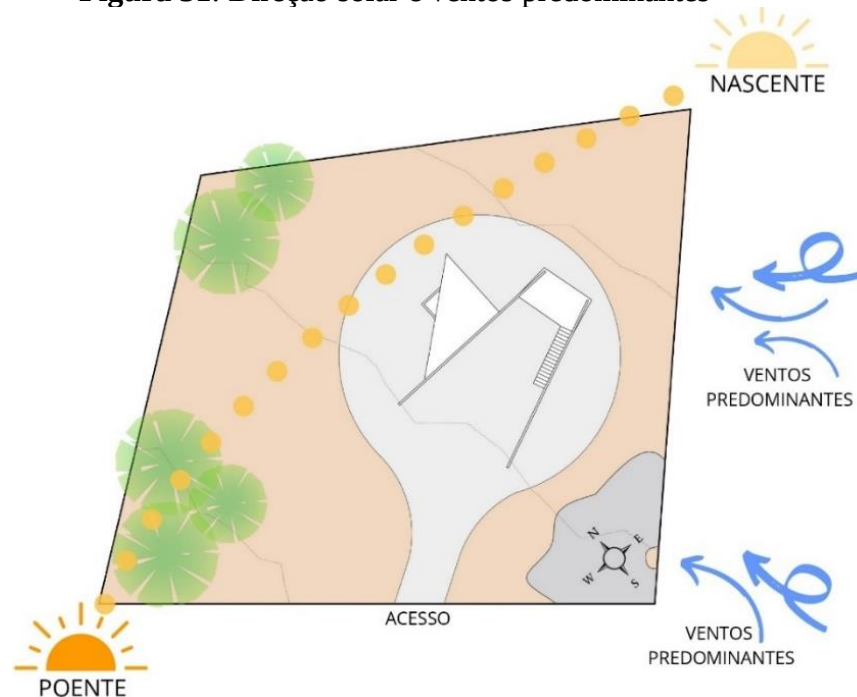
Figura 30: Mapa do RN com rosa-dos-ventos regionais



Fonte: DO AMARANTE et al (2003)

Já o comportamento do sol e dos ventos em relação ao local de intervenção pode ser conferido na Figura 31: Direção solar e ventos predominantes. Onde percebe-se que a direção solar segue praticamente a uma diagonal do espaço. Vale ressaltar que, por estar inserido em um local com clima quente, é recomendado espaços sombreados e que a ventilação amenize o desconforto causado pelo calor.

Figura 31: Direção solar e ventos predominantes



Fonte: Autoria própria (2021)

Para um bom desempenho funcional e garantir a autonomia dos usuários em determinado local, é fundamental garantir a acessibilidade dos espaços projetados. No Brasil a norma ABNT NBR 9050/2020 regulamenta as condições de acessibilidade em locais públicos e privados. É de interesse destacar que a norma em questão indica que para parques, praças e locais turísticos devem ser dotados de rotas acessíveis quando forem dotados de pavimentação, mobiliário ou equipamento edificado. As rotas acessíveis são espaços de circulação livres de obstáculos, sinalizados e que conectam os ambientes externos e internos, garantindo autonomia e segurança aos usuários, conforme a referida norma. O quadro abaixo apresenta fatores presentes na NBR e que podem influenciar na elaboração do projeto de intervenção.

Quadro 10: Quesitos de influência da NBR 9050/2020 sob o projeto

Quesito	O que diz a norma
Inclinação de rampas	Inclinação entre 6,25% e 8,33%, recomendando criar um patamar a cada 50 m
Corrimãos	Instalados em ambos lados das rampas e escadas com altura de 0,92 m e 0,70 m do piso
Estacionamento	Reservar vaga para deficiente e idoso, com espaço adicional de 1,20 m de largura e deve estar vinculado à rota acessível, deve ter piso regular e com no máximo 50 m de distância do acesso
Banheiros acessíveis	Localizar-se em rota acessível, próximo à circulação principal, sendo recomendado 5% do quantitativo ou no mínimo 1. Deve permitir o giro 360° na circulação, equipamentos garantam transferência lateral, área de manobra com no máximo 0,10 m sob a bacia sanitária e 0,30 m sob o lavatório
Mobiliário urbano	Proporcionar segurança e autonomia, não constituir obstáculo suspenso, não possuir saliências cortantes ou perfurantes, estar localizado em rota acessível, mas livre da faixa de circulação
Vegetação	Plantas nas adjacências das rotas acessíveis e circulação não devem apresentar espinhos, raízes que danifiquem o pavimento ou ter elementos tóxicos
Assentos públicos	Altura entre 0,40 m e 0,45 m, largura entre 0,45 m e 0,50 m e profundidade entre 0,40 m e 0,50 m, encosto com ângulo entre 100° e 110, devem estar localizados em superfície nivelada

Fonte: ABNT NBR 9050 (2020) – adaptado pelo autor

4.5 Partido e Conceito

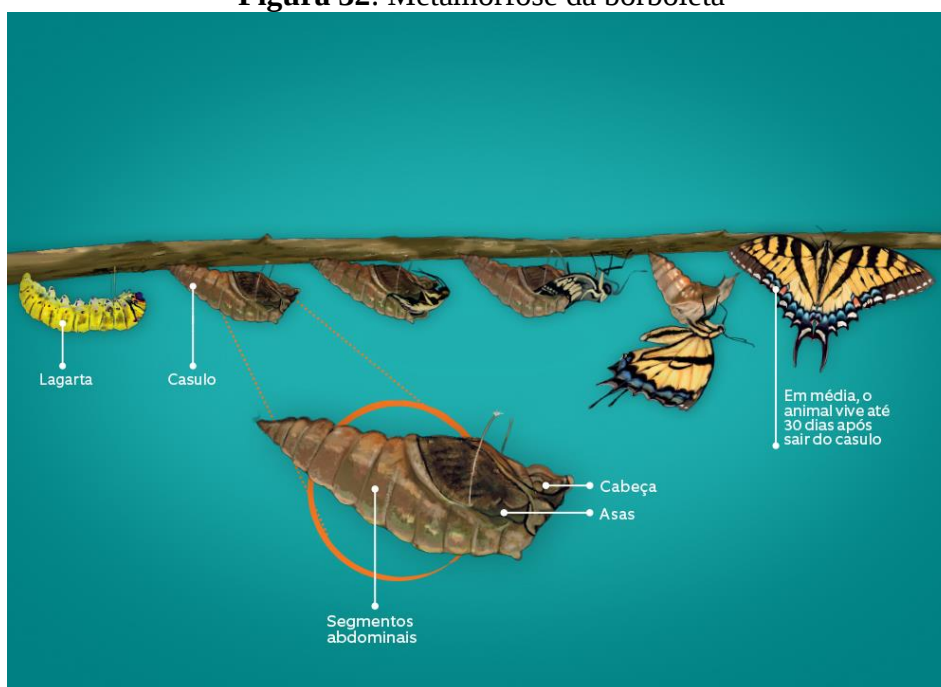
Através da APO realizada para auxiliar a proposta de intervenção, nota-se que a vista oferecida no local em estudo é o principal destaque, a qual foi lembrada com frequência como aspecto positivo nos questionários aplicados e constatada por meio da *Walkthrough*. Além disso, a pesquisa também mostrou a impossibilidade de uso do espaço em questão, sendo improvável a reversão da qualidade devido o estado em que se observou, podendo salientar também que, por meio das respostas do questionário, percebe-se que nunca houve uma

apropriação regular e, conseqüentemente, apego ao mirante por parte da população. Dessa forma, o mais recomendável é uma proposta de renovação do espaço, buscando implementar os desejos e anseios dos moradores da cidade expostos na APO para suprir as carências encontradas.

A palavra renovação remete a metamorfose que, de acordo com o dicionário online DICIO (2021, on-line), significa “Mudança ou alteração completa no aspecto, natureza ou estrutura de alguém ou de alguma coisa; transformação”. Assim, a proposta de intervenção tem como conceito a metamorfose do espaço e seu entorno, buscando trazer qualidade para o local por meio da modificação do ambiente existente, a fim de proporcionar conforto e bem-estar aos usuários, além de garantir uma boa apropriação e, conseqüentemente, gerar apego e identidade.

Ao falar em metamorfose logo é possível relacionar com as transformações ocasionadas em alguns animais ao longo de sua vida, principalmente as borboletas, que apresentam uma metamorfose completa (Figura 32) que passa por quatro fase, segundo Sousa (s.d), sendo a fase do ovo, larva (lagarta), pupa (crisálida) e adulto (imago), onde as diferenças físicas entre a cada fase é visível. Dessa forma, por meio do uso de analogias visuais e utilização de forma natural, a proposta de intervenção busca utilizar as fisionomias das borboletas sempre que possível.

Figura 32: Metamorfose da borboleta



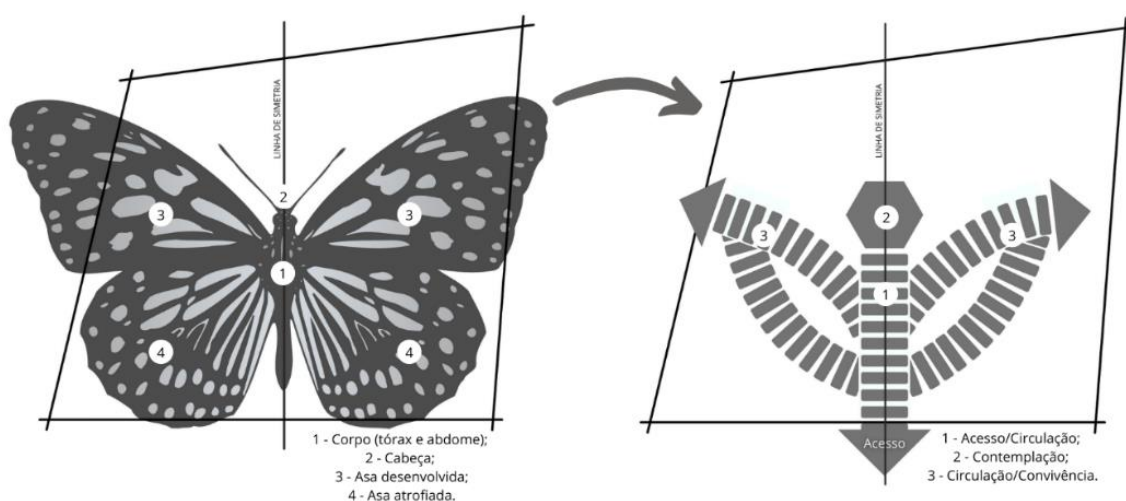
Fonte: RICARDO SANCHES (s.d apud SUPER ABRIL, 2020)

Assim, é importante destacar informações e características das borboletas que podem ser utilizadas na concepção e evolução da proposta de intervenção, Gallo et al. (2002) expõe que estes insetos possuem dois pares de asas membranosas cobertas por escamas, onde em geral

uma é atrofiada, um aparelho bucal sugador no formato de espiral, o corpo é formado pelo abdome e tórax, além da cabeça mais estreita que as outras duas partes mencionadas, são com frequência arredondadas e tem um par de olhos compostos por omatídeos, com antenas próximas dessa região, já as pernas são de tamanhos variados e delicadas.

Dessa forma, o projeto teve como partido a setorização de acordo com a anatomia das borboletas, onde na concepção inicial (Figura 33: Analogia na concepção funcional o corpo do inseto em questão representa o acesso e a circulação principal, responsável de interligar todas as demais regiões, a cabeça retrata o principal espaço de contemplação, localizado no centro do terreno de forma a permitir uma vista panorâmica da paisagem, assim como esses animais que têm olhos bem desenvolvidos que permite uma ampla visão, já as asas (parte desenvolvida) corresponde a parte de circulação e convivência. Outro princípio presente nas borboletas utilizado na proposta foi a simetria, de forma que a disposição dos dois lados apresenta a mesma configuração, entretanto, devido a irregularidade nas medidas do terreno, a disposição não está perfeitamente centralizada no lote.

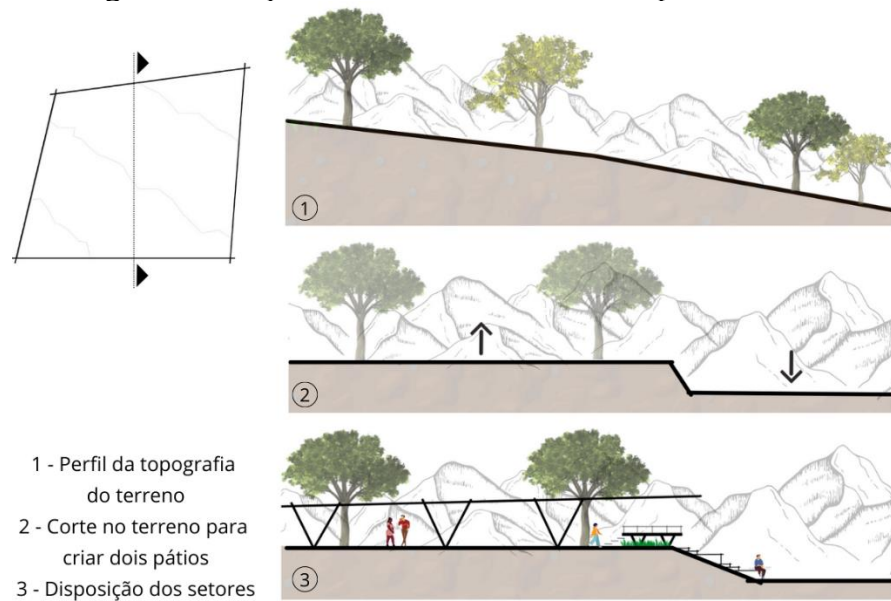
Figura 33: Analogia na concepção funcional



Fonte: Autoria própria (2021)

Para que fosse possível haver essa distribuição espacial, foi criado dois pátios no terreno devido a sua topografia, de forma que o pátio superior ficou os ambientes distribuídos conforme a disposição da borboleta e no pátio inferior foi implantado uma arquibancada e um recinto sem uso específico, para que os usuários se apropriem como bem entender.

Figura 34: Esquema do desenvolvimento do partido

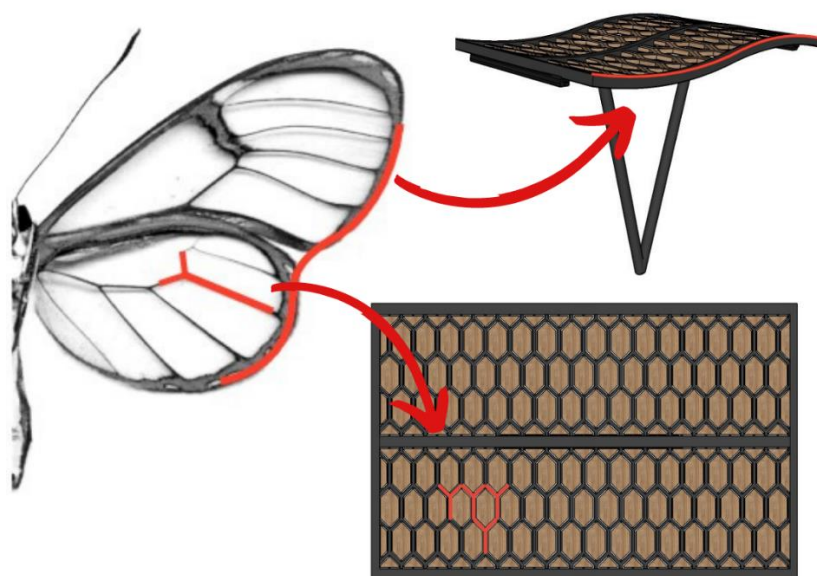


Fonte: Autoria própria (2021)

Pode-se dizer também que os materiais e espécies vegetais utilizados na proposta, embora não ser o partido inicial, buscou dar características regionais sem perder aspectos contemporâneos, com a adoção de tijolo maciço aparente, pedras e madeira, sempre pensando no conforto e bem-estar dos usuários, além de sempre valorizar a paisagem e a possibilidade de contemplação em qualquer parte do mirante.

As formas naturais presente neste tipo de inseto ainda influenciaram em outros elementos, a figura abaixo, por exemplo, apresenta os traços orgânicos presentes nas formas das asas que serviram de inspiração para elaboração de um elemento de sombreamento, servindo para diversos locais, como academia pública, auxiliando nos quiosques para as mesas, sobre os bancos e o bicicletário. A estrutura de material metálico conta ainda com elementos de madeira com formato hexagonal, elaborado a partir da composição de feições em Y presentes nas asas da borboleta retratada na figura.

Figura 35: Processo criativo - elemento de sombreamento



Fonte: Autoria própria (2021)

4.6 A Intervenção

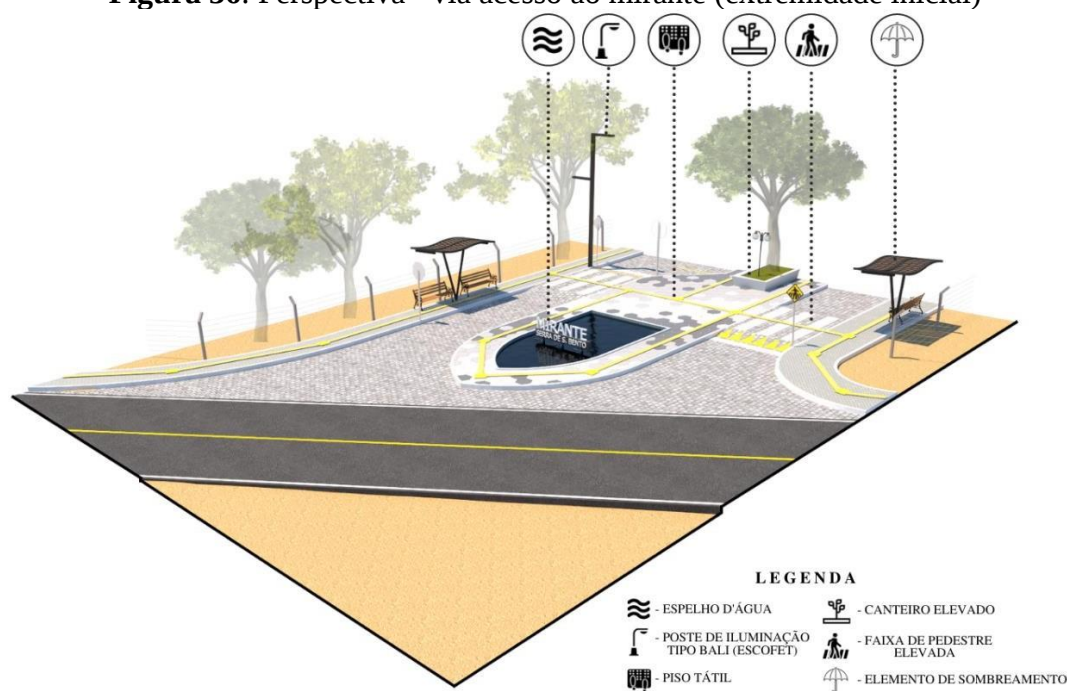
Conforme tudo que foi exposto nos capítulos e tópicos anteriores é inegável a necessidade de uma intervenção do espaço, para que possa proporcionar qualidade do espaço livre público e, consequentemente, garantir lazer aos usuários (moradores e turistas). A presente proposta de renovação do ambiente em estudo pode ser dividida em duas partes, no qual, o primeiro espaço é reservado ao mirante propriamente dito e o segundo são as melhorias propostas para o seu entorno/acesso, sendo um ponto fundamental para que o projeto seja bem aceito pelos usuários, uma vez que a bibliografia mostra que os atrativos do entorno são tão importantes quanto o próprio espaço livre, uma vez que dá vida ao local e agrega aos usuários (SANTANA, 2003). Dessa forma, pode conferir abaixo as soluções adotadas nos dois espaços:

- Entorno/Acesso

A figura abaixo apresenta os recursos adotados para melhoria em um trecho da via que dá acesso ao mirante, compreendendo a interligação entre a rodovia RN-269 e o local em estudo. Foi proposto a criação de um canteiro central que divide as duas faixas de rolamento, concebido de forma a melhorar o espaço de caminhada e outras práticas de exercício físico foi ainda adotado um calçadão nas laterais das faixas que interligam a área urbana ao local; o calçadão e o canteiro central são interligados por faixas de pedestre elevadas, que buscam garantir segurança aos utilizadores, já que é uma estratégia utilizada para que os condutores de veículos reduzam a velocidade. Na primeira parte do canteiro foi adicionado um espelho d'água

com um letreiro indicando o mirante, na figura é possível observar ainda a disposição dos elementos de sombreamento junto com bancos, sendo distribuídos ao longo do calçadão com distância de 15 metros, enquanto os postes de iluminação, que também estão dispostos no mesmo local, foram locados a cada 30 metros. E, de forma a assegurar a acessibilidade de todos os usuários, foi implantado piso tátil em todo espaço de intervenção (entorno e mirante), conforme recomenda a norma ABNT NBR 9050/2020

Figura 36: Perspectiva - via acesso ao mirante (extremidade inicial)

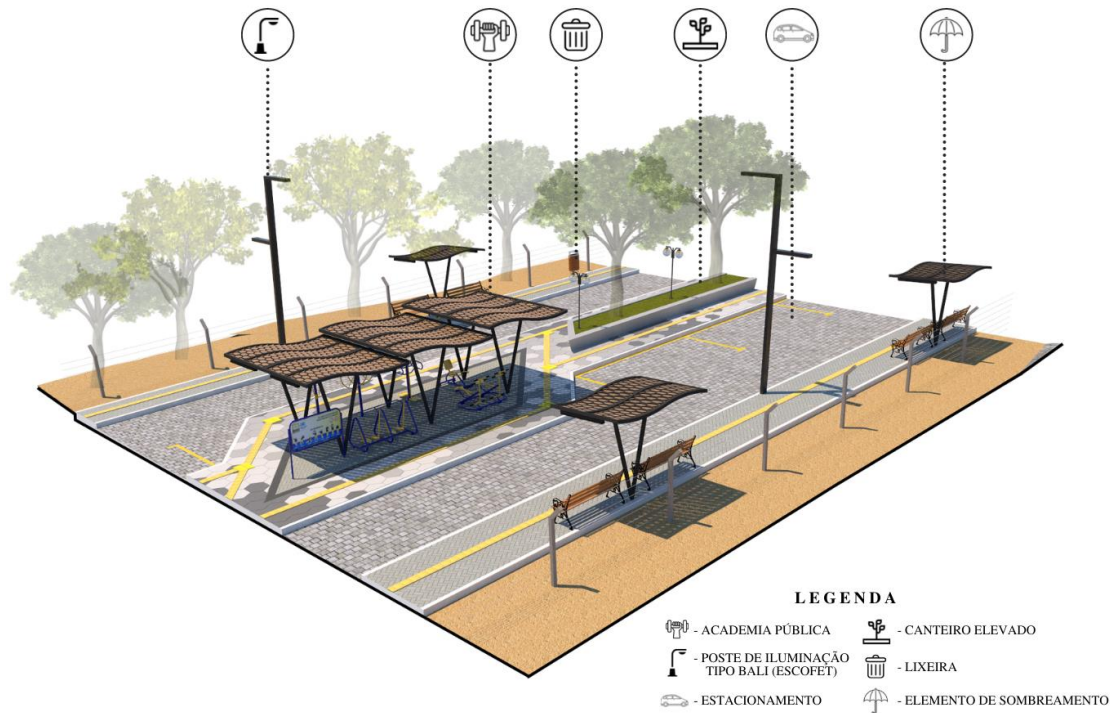


Fonte: Autoria própria (2021)

O centro da via de acesso (Figura 37) foi locado uma academia ao ar livre para auxiliar os exercícios físicos dos usuários, onde essa necessidade foi identificada por meio dos questionários da pesquisa realizada. Os elementos de sombreamento, que estão presentes ao longo dos dois lados do calçadão, também foram utilizados sobre a academia, de forma a proteger os equipamentos dos raios solares e gerando conforto às pessoas que desfrutam desta parte. Na figura 36 também é possível observar a distribuição de postes de iluminação (tipo coluna de luz Bali – Escofet) e lixeiras, que foram locados a 30 m distância entre seus respectivos pares, como já exposto. Nota-se ainda a presença de um canteiro elevado com espécie arbórea do tipo Ipê e com postes de jardim, para que possa gerar sombra ao longo do canteiro central, permitindo assim o uso durante os dias ensolarados, além disso, a elevação do canteiro se deu de forma estratégica para que as pessoas pudessem sentar e descansar durante ou após a realização de suas atividades. Ainda que de forma parcial, é possível observar

estacionamentos, uma vez que foi constatado no espaço atual que não há demarcação adequada para tal finalidade

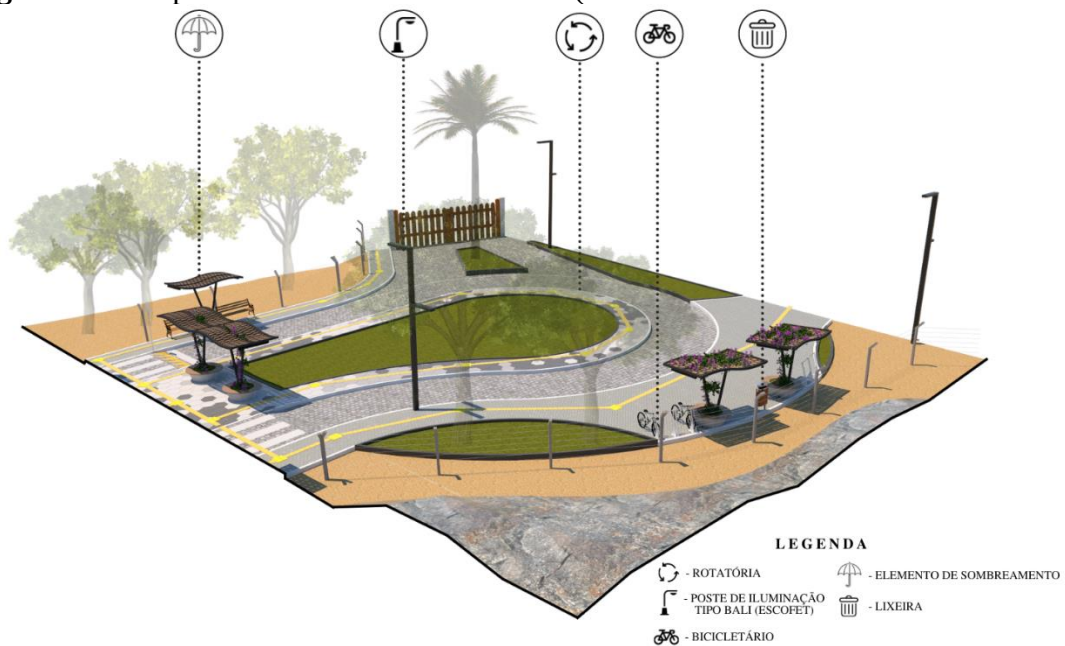
Figura 37: Perspectiva - via acesso ao mirante (centro)



Fonte: Autoria própria (2021)

Em relação a extremidade final da via (Figura 38), foi adotado um retorno semelhante a uma rotatória, denominado cul-de-sac, já que é um local sem saída de veículos, é importante destacar também que este espaço criado para a rotatória não pode ter grandes elementos ou vegetação densa para não atrapalhar a visão dos condutores de veículos. Próximo à entrada do mirante foi locado um bicicletário que foi coberto pelo módulo de sombreamento.

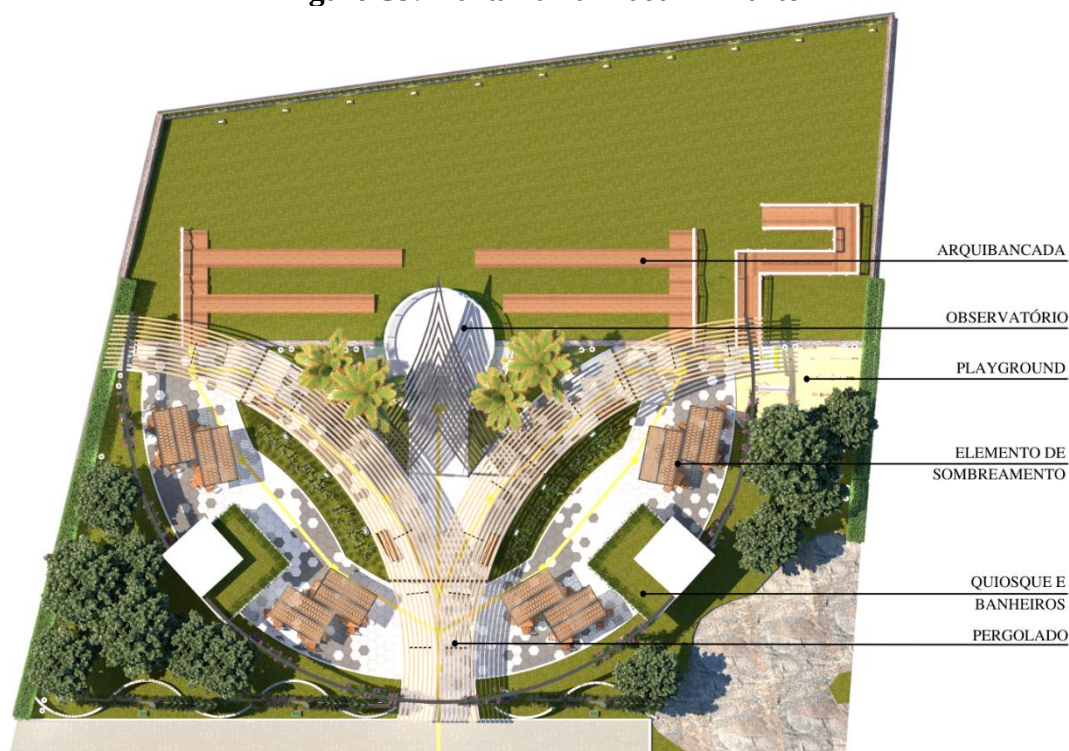
Figura 38: Perspectiva - via acesso ao mirante (extremidade final - entrada do mirante)



Fonte: Autoria própria (2021)

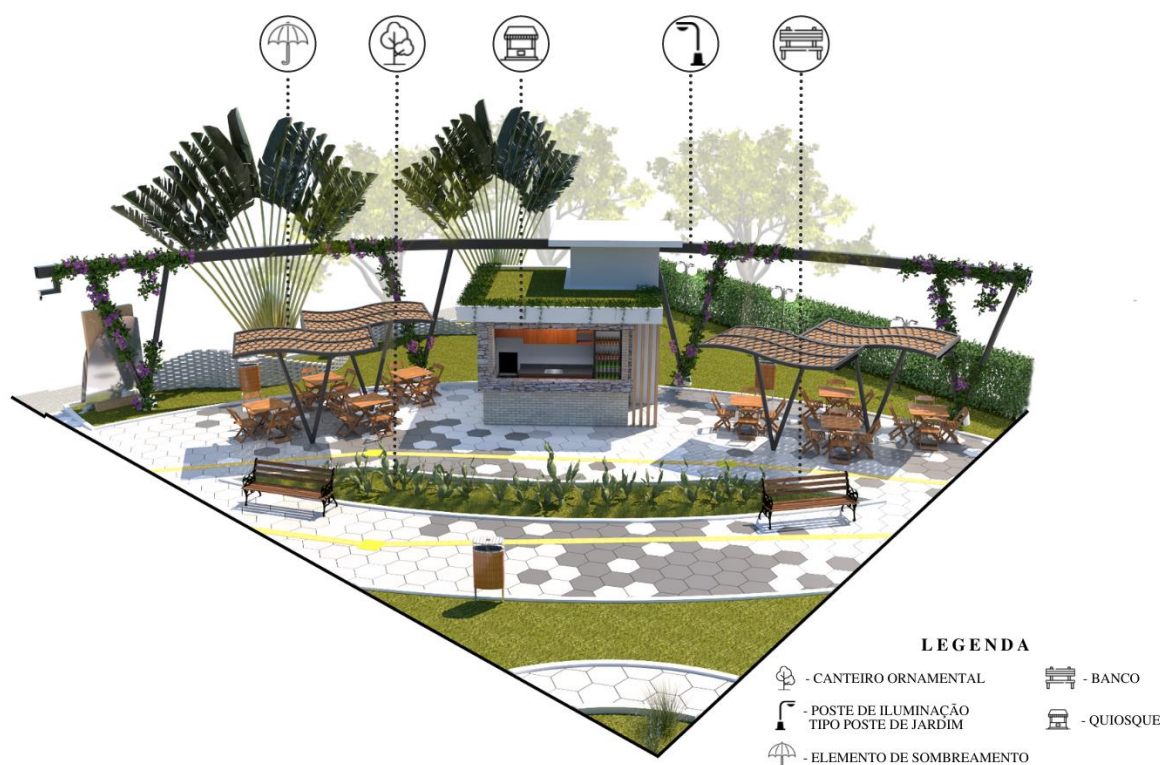
- Mirante

O mirante, que teve sua distribuição espacial de forma análoga a anatomia de uma borboleta, apresenta um programa relativamente simples, mas que atende todas as demandas identificadas por meio da pesquisa e dos estudos de referência. No local foi adotado quiosques, banheiros, arquibancadas, playground, bancos, lixeiras, iluminação (poste de jardim, led no pergolado e refletores). A figura abaixo mostra como ficou a disposição de cada elemento citado anteriormente.

Figura 39: Planta humanizada - Mirante

Fonte: Autoria própria (2021)

A imagem abaixo mostra a configuração adotada para o quiosque, em que foram adicionados dois banheiros PCD no mesmo bloco, utilizando tijolo maciço aparente, teto jardim e pedra natural para formar um volume moderno sem perder as características regionais, as mesas dos quiosques foram dispostas com a presença do módulo de sombreamento, que garante a proteção do sol no período diurno e a iluminação artificial a noite. O espaço de convivência do quiosque e os locais de circulação (onde há locação de bancos) são separados por um canteiro, onde foram utilizadas espécies vegetais da caatinga que apresentam potencial paisagístico, adotando as espécies de Palma Forrageira Miúda (*Opuntia cochenillifera*), que tem poucos espinhos, e Capim Chorão (*Eragrostis curvula*), utilizando ainda Baganville (*Bougainvillea glabra*) no elemento ornamental envoltório.

Figura 40: Perspectiva - mirante (quiosque)

Fonte: Autoria própria (2021)

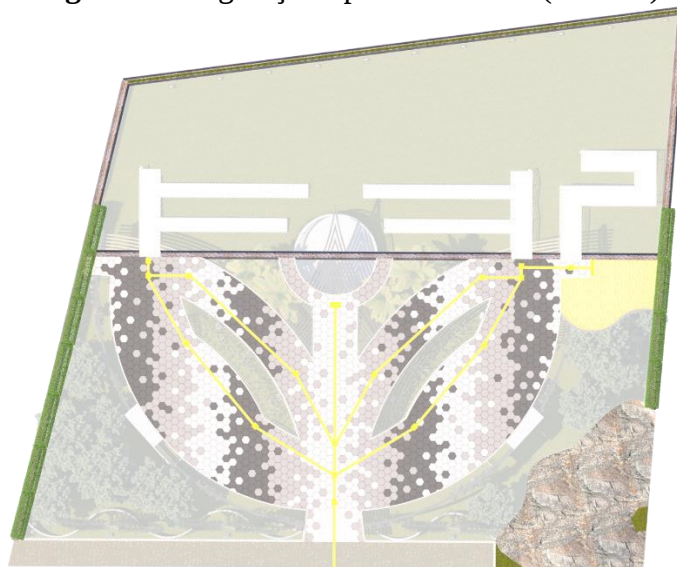
A perspectiva da figura abaixo apresenta o observatório circular locado no centro do terreno, de forma a garantir uma boa visualização de toda paisagem envolta, está propositalmente acima do nível do pátio superior e sobressaltando sobre o talude que interliga ao pátio inferior. Ao lado do observatório foi implantado uma arquibancada em pedra e revestimento de madeira para criar um padrão com os demais setores, além de não destoar da paisagem. O pergolado, que também serve para iluminação noturna, foi disposto ao longo dos espaços de circulação, tendo seu formato estratégico para direcionar os usuários pelos percursos e interligando os locais, sobre o observatório foi implantado um elemento do pergolado com um formato pontudo que aponta para a paisagem. Além disso, assim como em outras imagens apresentadas acima, a perspectiva abaixo mostrar a disposição dos mobiliários, como os bancos e lixeiras. Contém também um playground nas cores branca e madeira, para que não divergir com os demais elementos do mirante e atraís o olhar dos usuários, já que o principal objetivo do local é a contemplação da paisagem. A imagem mostra ainda a divisa do lote sendo feita em parte por meio de uma cerca viva.

Figura 41: Perspectiva - observatório/arquibancada

Fonte: Autoria própria (2021)

- Outras soluções:

O material utilizado nos pisos da proposta de intervenção divide-se em três materiais, piso intertravado retangular utilizado no calçadão, com seu assentamento no estilo de espinha de peixe; o segundo tipo de piso é o sextavado (forma hexagonal), nas cores branco, cinza e preto, dispostos para formar entrelaçar as três cores, o formato foi escolhido por remeter os omatídeos que formam os olhos das borboletas (partido do projeto), os sextavados foram usados no piso que formam a circulação do mirante e no canteiro central da via de acesso; o último tipo utilizado foi o paralelepípedo tradicional para a pavimentação das faixas destinadas a circulação dos veículos.

Figura 42: Paginação - piso sextavado (mirante)

Fonte: Autoria própria (2021)

Um dos problemas constatados por meio dos questionários aplicados foi o excesso de vento, que gera situações desagradáveis aos usuários do espaço. Ao verificar as condicionantes percebe-se que os ventos predominantes são da região sudeste e das regiões leste e sul com menor frequência. Buscando amenizar o desconforto causado por essa situação, foi proposto a criação de uma barreira natural com vegetação arbórea e cerca viva, de acordo com a ilustração abaixo, onde deve-se preservar a copa das árvores mais baixas para poder ter efetividade da barreira.

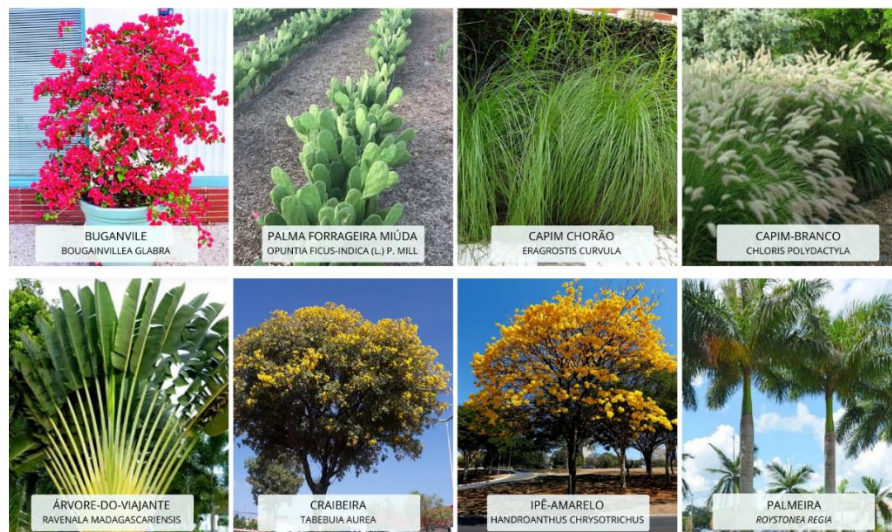
Figura 43: esquema - barreira de vento



Fonte: Autoria própria (2021)

Em tópicos anteriores foram expostas algumas das espécies vegetais utilizadas, o quadro abaixo mostra todas as empregadas para organização cênica e funcional. No total de oito espécies, seis foram aplicadas para ornamentação do espaço, distribuídas de acordo com o que já foi exposto em outros momentos, e duas para composição arbórea, sendo a Craibeira usada no mirante e o Ipê-amarelo nos canteiros da via de acesso.

Quadro 11: Espécies vegetais adotadas para o projeto



Fonte: Autoria própria (2021)

5 Considerações Finais

Esta pesquisa surgiu após observações do tratamento que a população e o Poder Público têm com a maioria dos espaços livres atualmente, onde, o abandono tem causado locais em desuso e, conseqüentemente, atraindo violência, seja ela real ou apenas percebida. Optou-se por estudar o Mirante público da cidade de Serra de São Bento/RN devido a afinidade do autor com a cidade, que levou a elaboração da problemática do trabalho, ao investigar qual seu estado de conservação/manutenção e as possibilidades de usos.

A investigação com o auxílio da APO mostrou a impossibilidade de uso do local, devido à falta de conservação/manutenção, sujeira e ausência de mobiliários, além de apontar falta de apropriação e apego pelos respondentes do questionário. Assim, confirma-se a importância para realização deste estudo e o desenvolvimento de uma proposta de intervenção urbanística e paisagística.

Por meio dos questionários, verificou-se os desejos e as necessidades reivindicadas pela população para adequação do local às suas pretensões, onde foi constatada uma demanda relativamente simples e comum, mas quando comparada aos fatores de qualidade do espaço público apontados por Gehl (2006 apud SANTANA, 2015), nota-se que vai de encontro a visão do autor com os direcionamentos sugeridos pelos potenciais usuários. Assim, é possível considerar que o projeto pode atrair usuários ao ambiente, gerando condições para sua utilização e oportunizando vida útil mais longa, evitando-se gastos indevidos do dinheiro público, quando se implementam os fatores apresentados pelo autor citado e por outros empregados nessa monografia. Também é possível ponderar que para um espaço público ter qualidade não é necessário um programa de necessidades complexo, uma vez que os questionários mostraram desejos críveis e comuns.

Entretanto, constatou-se que a falta de apropriação e apego da população com o local, junto com o descaso do Poder Público, foram as principais causas para resultar em um espaço abandonado e subutilizado. Vale ressaltar que alguns autores, apresentados pela fundamentação teórica, também atribuem o esvaziamento do espaço público ao aumento da adoção de tecnologias de comunicação como instrumentos de promoção do lazer, mas que não foram o foco desta pesquisa, podendo servir como base para futuros estudos.

Assim, finaliza-se esse trabalho ressaltando a importância do tema para abrir novos olhares sobre a relevância do espaço público, precisamente a respeito dos espaços livres

públicos voltados para o lazer, apontando a importância do Poder Público tanto no desenvolvimento desses ambientes, como também na manutenção para evitar prejuízos com o dinheiro público, mas faz-se necessário também o bom-senso dos usuários utilizando o local de modo a preservá-lo.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR16636-1**: Elaboração E Desenvolvimento De Serviços Técnicos Especializados De Projetos Arquitetônicos E Urbanísticos - Parte 1: Diretrizes E Terminologia. Rio de Janeiro: Abnt, 2017. 19 p.

_____. **NBR 9050**: Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro: Abnt, 2020. 147 p.

ANDRADE, E.; GARROCINI, C. **A PAISAGEM COMO CENÁRIO: Mirante, memória e intervenção**. Revista Farol, [S. l.], v. 9, n. 9, p. 49–56, 2015. DOI: 10.47456/rf.v1i9.11361. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/farol/article/view/11361>. Acesso em: 29 jul. 2021.

ARCHDAILY (org.). **Praça da Saudade** / Natureza Urbana. 2021a. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/965431/praca-da-saudade-natureza-urbana?ad_source=search&ad_medium=search_result_all. Acesso em: 25 ago. 2021.

_____. **Parque Sokolskaya Gora** / Project Group 8 + PARK" [Landscape Park Sokolskaya Gora / Project Group 8 + PARK]. 2021b. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/967168/parque-sokolskaya-gora-project-group-8-plus-park>. Acesso em: 25 ago. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR16636-3**: Elaboração e Desenvolvimento de Serviços Técnicos Especializados de Projetos Arquitetônicos e Urbanísticos - Parte 3: Projeto Urbanístico. Rio de Janeiro, 2020. 23 p.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BRASIL. **Lei nº. 10.257**, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 03 maio 2021.

CASTRO, Carolina Souza; AMARAL, Carlos Henrique Carvalho. Operações Urbanas Consorciadas: um instrumento para concretização da gestão democrática das cidades. In: XXVI ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI BRASÍLIA – DF, 26., 2017, Brasília. **Direito urbanístico, cidade e alteridade**. Florianópolis: Conpedi, 2017. p. 334-349. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/roj0xn13/9k23038t/15AS7NsXxqTND77W.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

CERQUEIRA, Yasminie Midlej Silva Farias. **Espaço público e sociabilidade urbana: apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea**. 2013. 122f. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte–UFRN, Natal.

COSERN – Companhia Energética do Rio Grande do Norte. Potencial eólico do estado do Rio Grande do Norte. Brasília – DF: Cosern/Aneel, 2003.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea:** diagnóstico do município de Serra de São Bento, estado do Rio Grande do Norte / Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Saulo de Tarso Monteiro Pires, Dunaldson Eliezer Guedes Alcoforado da Rocha, Valdecílio Galvão o Duarte de Carvalho. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

Custódio, V., de Arruda Campos, A., Soares Macedo, S., & Fernandes Queiroga, E. **ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NAS CIDADES BRASILEIRAS.** Revista Geográfica De América Central, 2(47E). Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2201>. Acesso em: 29 jul. 2021.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento.** São Paulo: Pini, 1990.

DO AMARANTE, O. A. C.; SILVA, F.J.L.; FILHO, G.R.F; VIDAL, M.J.B (org.). **Potencial eólico do Rio Grande do Norte.** S.l: Cosern - Aneel, 2003.

FERNANDO BARROS. Super Abril (ed.). **Como é a anatomia de uma borboleta?** 2020. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-e-a-anatomia-de-uma-borboleta/>. Acesso em: 06 out. 2021.

GALLO, Domingos et al. **Entomologia Agrícola.** Piracicaba: Fealq, 2002. 920 p. 10 v.

GATTI, Simone. **Espaços Públicos: diagnóstico e metodologia de projeto.** Coordenação do Programa Soluções para Cidades. São Paulo: ABCP, p. 9, 2013.

GEHL, Jan. **Cidades para Pessoas.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HANNES, Evy. **Espaços abertos/espacos livres: um estudo de tipologias.** Paisagem e Ambiente, n. 37, p. 121-144, 2016.

HARDT, Letícia P. A.; HARDT, Carlos. **Contexto histórico de intervenção na paisagem e espaços urbanos.** Paisagem e Ambiente: Ensaios, v. 23, p. 101-107, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Cidades: serra de são bento. [s.d]. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/serra-de-sao-bento/panorama>. Acesso em: 06 maio 2021.

_____. Regiões Geográficas Estado do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/24_regioes_geograficas_s_rio_grande_do_norte.pdf. Acesso em: 06 maio 2021.

INDOVINA, F. **O Espaço público-tópicos sobre a sua mudança.** Revista Cidades, Comunidades e Territórios, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), n.5, p.119-123, 2002.

KLIASS, R. G.; MAGNOLI, M. M. **Áreas verdes de recreação**. Paisagem e Ambiente, [S. l.], n. 21, p. 245-256, 2006. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i21p245-256. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40254>. Acesso em: 29 jul. 2021.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997

MACEDO, Silvio Soares. **Espaços livres**. Paisagem e ambiente, n. 7, p. 15-56, 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133811/129684>. Acesso em: 02 abr. 2021.

MATOS, F. L. DE. **Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades - O caso da cidade Porto / Public spaces and quality of life in cities - the case of Porto**. Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, v. 2, n. 4, 13 nov. 2018.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

METAMORFOSE. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/metamorfose/>. Acesso em: 07 de outubro de 2021.

MOURÃO, Ada Raquel Teixeira; CAVALCANTE, Sylvia. **Identidade de lugar**. In: CALVACANTE, Sylvia; ELALI, Gleice Azambuja (org.). Temas básicos em Psicologia Ambiental. Petrópolis: Vozes, p. 208-226, 2011.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MUNIZ, Maria Águeda Pontes Caminha. **Intervenções urbanas em espaços de desvalia. Transformar para valorizar**. 2012. 474 f. Tese (Doutorado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/12298/1/IntervencoesUrbanasEspacos_Muniz_2012.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

ONO, Rosaria et al (org.). **Avaliação pós-ocupação: na arquitetura, no urbanismo e no design: da teoria à prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2018.

PASQUOTTO, Geise Brizotti. **Renovação, revitalização e reabilitação: reflexões sobre as terminologias nas intervenções urbanas**. Revista Complexus: Instituto Superior De Engenharia Arquitetura E Design-CEUNSP, Santos, v. 1, p. 143-149, set. 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/5753399-Ano-n-02-renovacao-revitalizacao-e-reabilitacao-reflexoes-sobre-as-terminologias-nas-intervencoes-urbanas-geise-brizotti-pasquotto-p.html>. Acesso em: 14 abr. 2021.

PINHEIRO, José Q.; ELALI, Gleice Azambuja. **Comportamento socioespacial humano**. In: CALVACANTE, Sylvia; ELALI, Gleice Azambuja (org.). Temas básicos em Psicologia Ambiental. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 144-158.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso et al. **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009.

RIO GRANDE DO NORTE. SETUR. Secretaria de Turismo do Rn. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E MARKETING PARA O TURISMO DO RIO GRANDE DO NORTE. Natal: 2016. Disponível em: <http://setur.rn.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/PRODUTO-1-OFFERTA.pdf>. Acesso em: 06 maio 2021.

ROLNIK, Raquel. **O lazer humaniza o espaço urbano**. Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, p. 165-179, 2000.

SANTANA, Trícia Caroline da Silva. **Percepção dos usuários nos espaços públicos: Avaliação pós ocupação em três praças de Natal-RN**. 2003. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

_____. **Uma reflexão sobre a vitalidade urbana das praças de Natal/RN**. 2015. 186f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015

SÃO LUÍS (Município). **Especificações Técnicas nº 003**, de 2018. Programa de Revitalização do Centro Histórico do Município de São Luís – Ma: Unidade de Gerenciamento do Programa. São Luís, MA, maio 2019. Disponível em: <https://saoluís.ma.gov.br/licitacoes/pdf.asp?cod=6545>. Acesso em: 25 ago. 2021.

Serra de São Bento/RN. 2021. Google Earth Pro. Google. Disponível em: https://earth.google.com/web/@-6.41742140,-35.70401330,4479.10284383a,0d,35y,0.0000h,0.0000t,0.0000r?utm_source=earth7&utm_campaign=vine&hl=pt-BR. Acesso em: 17 de abril de 2021

SILVA, E. A. **Lazer nos espaços Urbanos**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas, v. 1, n. 1, p. 54-69, 1 nov. 2005.

SOUSA, Evie Dos Santos De. EMBRAPA. **Borboletas e Mariposas**. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01_81_911200585235.html. Acesso em: 30 set. 2021

VARGAS, Heliana Comin. **CENTROS URBANOS: POR QUÊ INTERVIR?**. Palestra apresentada no Seminário Internacional de Reabilitação de Edifícios em áreas centrais. São Paulo: EPUSP, 2006.

APÊNDICE A – Modelo de Walkthrough

Avaliação Pós-Ocupação aplicada no Mirante Público do município de Serra de São Bento/RN por meio do método Walkthrough, com o objetivo de verificar a qualidade e funcionamento do local.

Data: ____/____/____

Horário: _____

Aspectos Funcionais								
1 2 3 4 5 NA								Observação:
Acesso/Circulação/Entorno	Localização							
	Acostamento							
	Pavimento							
	Acessibilidade							
	Estacionamento							
	Facilidade de acesso							
	Poluição sonora							
	Penetração visual							
Mobiliário	Bancos							
	Lixeiras							
	Quiosque							
	Banheiros							
	Playground							
Iluminação	Postes							
	Luminárias							
Uso	Possibilita diversos usos							
	Conservação/Manutenção							
	Segurança							

Legenda: 1 – Péssimo; 2 – Ruim; 3 – Regular; 4 – Bom; 5 – Ótimo; NA: Não se aplica/Não apresenta

Aspectos Ambientais							
	1	2	3	4	5	NA	Observação:
Ventilação							

Sombreamento							
Escoamento de águas pluviais							
Paisagismo							
Vegetação							
<i>Variedade</i>							
<i>Localização</i>							
<i>Manutenção</i>							

Legenda: 1 – Péssimo; 2 – Ruim; 3 – Regular; 4 – Bom; 5 – Ótimo; NA: Não se aplica/Não apresenta

Aspectos estéticos							
	1	2	3	4	5	NA	Observação
Pintura							
Material							
Revestimento							
Forma							

Legenda: 1 – Péssimo; 2 – Ruim; 3 – Regular; 4 – Bom; 5 – Ótimo; NA: Não se aplica/Não apresenta

APÊNDICE B – Modelo de questionário

Pesquisa realizada para o trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Multidisciplinar Pau dos Ferros da UFERSA, elaborada pelo discente Alex Avelar e tem como objetivo verificar a qualidade do Mirante Público do município de Serra de São Bento/RN pela visão dos moradores da cidade.

Nome: _____

Idade: _____

Profissão: _____

Gênero: () Masculino

Escolaridade: () Fundamental incompleto

() Feminino

() Fundamental completo

() Ensino médio incompleto

() Ensino médio completo

() Ensino superior

Qual sua relação com a cidade de Serra de São Bento/RN?

() Morador () Visitante () Não conheço

Você conhece o Mirante Público do município: () Sim () Não

Você frequenta ou frequentou o local: () Sim () Não

Com que costuma ou costumava visitar o local?

() Sozinho () Pai/Mãe () Filho(s) () Amigos

Caso a resposta acima tenha sido Sim, com que frequência?

() Diariamente () Semanalmente () Mensalmente () Eventualmente

Qual horário mais comum em que frequenta/ frequentou?

() Manhã () Tarde () Noite

O que você mais gosta no local? _____

E o que não gosta? _____

Com qual finalidade você usa ou usou o local:

() Caminhar () Praticar exercícios físicos () Brincar () Comer/Beber

() Contemplar a paisagem () encontrar amigos () Outro. Qual? _____

De maneira geral, você acha importante ter um local deste no município?

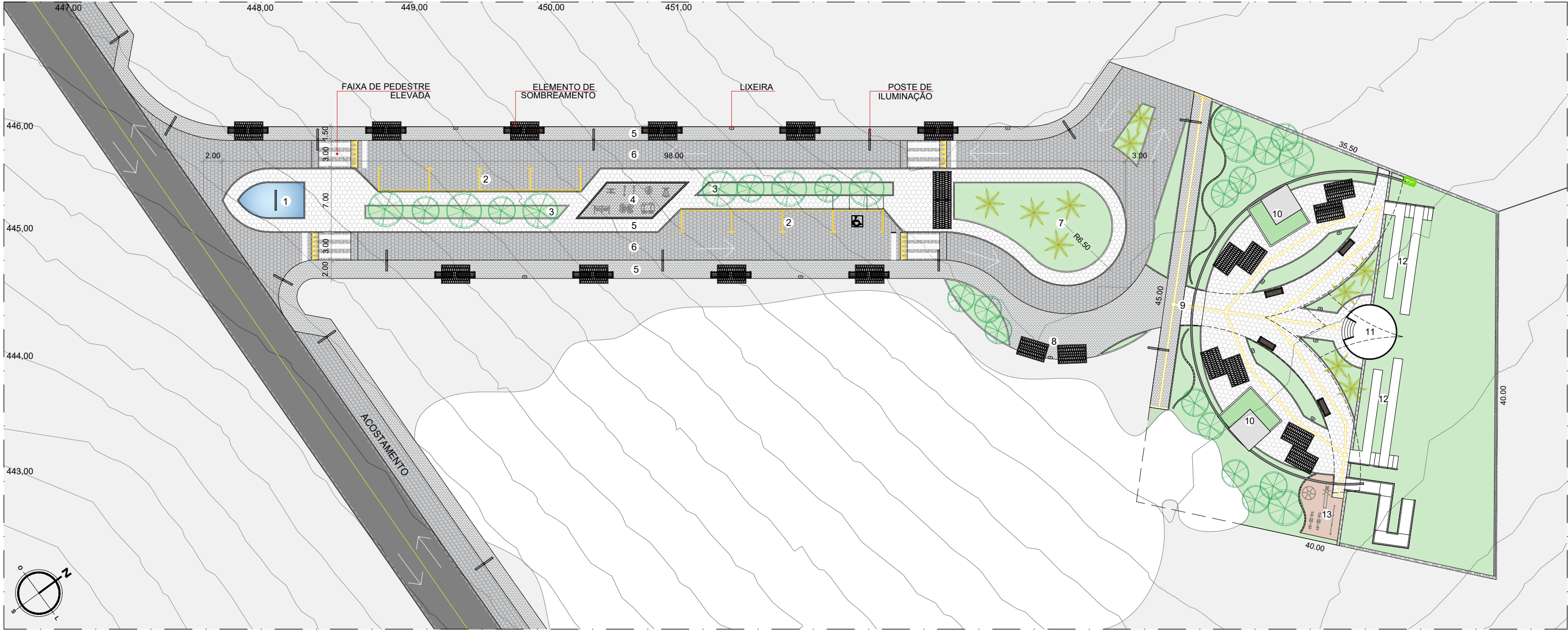
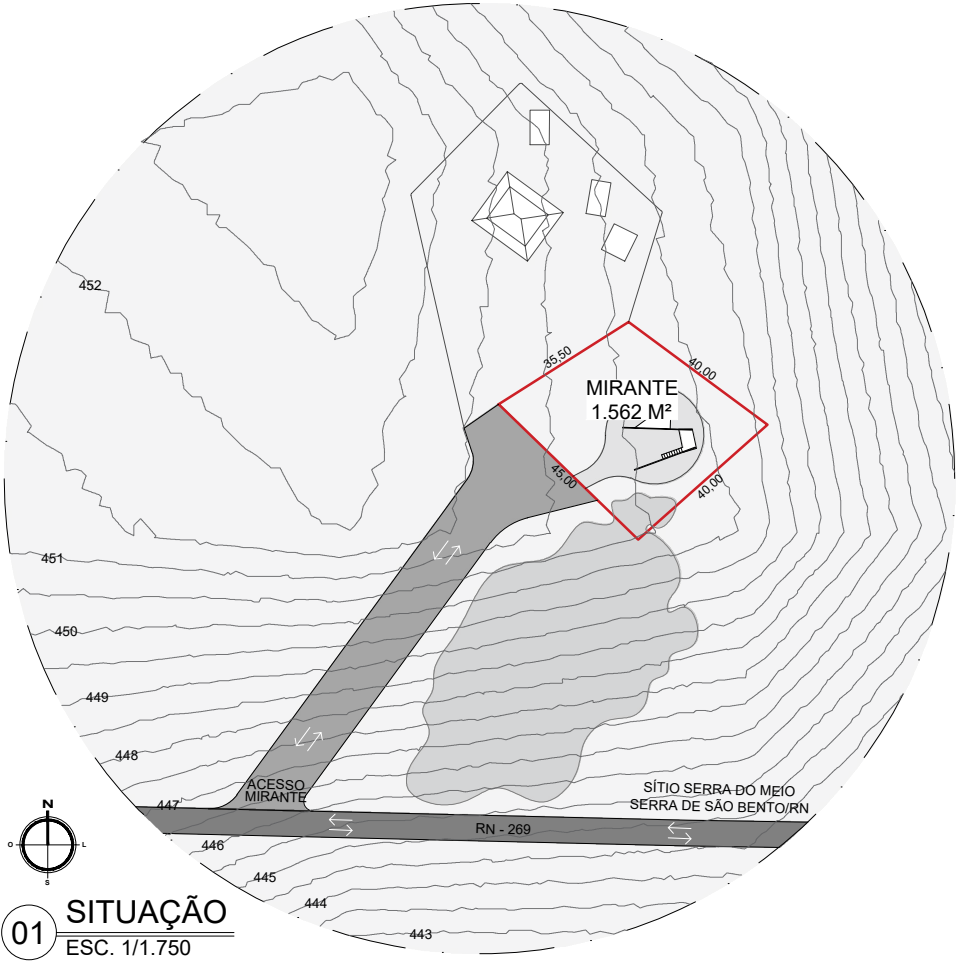
() Sim () Não

Em relação ao mirante público, como você julga os seguintes itens:

Localização	() Ótimo	() Bom	() Regular	() Ruim	() Péssimo
Mobiliários	() Ótimo	() Bom	() Regular	() Ruim	() Péssimo
Atrativos no local	() Ótimo	() Bom	() Regular	() Ruim	() Péssimo
Segurança	() Ótimo	() Bom	() Regular	() Ruim	() Péssimo
Conservação do espaço	() Ótimo	() Bom	() Regular	() Ruim	() Péssimo
Aparência estética	() Ótimo	() Bom	() Regular	() Ruim	() Péssimo
Ambiente agradável	() Ótimo	() Bom	() Regular	() Ruim	() Péssimo

Poema dos Desejos

Descreva o que você gostaria que tivesse ou que melhorasse no Mirante público?



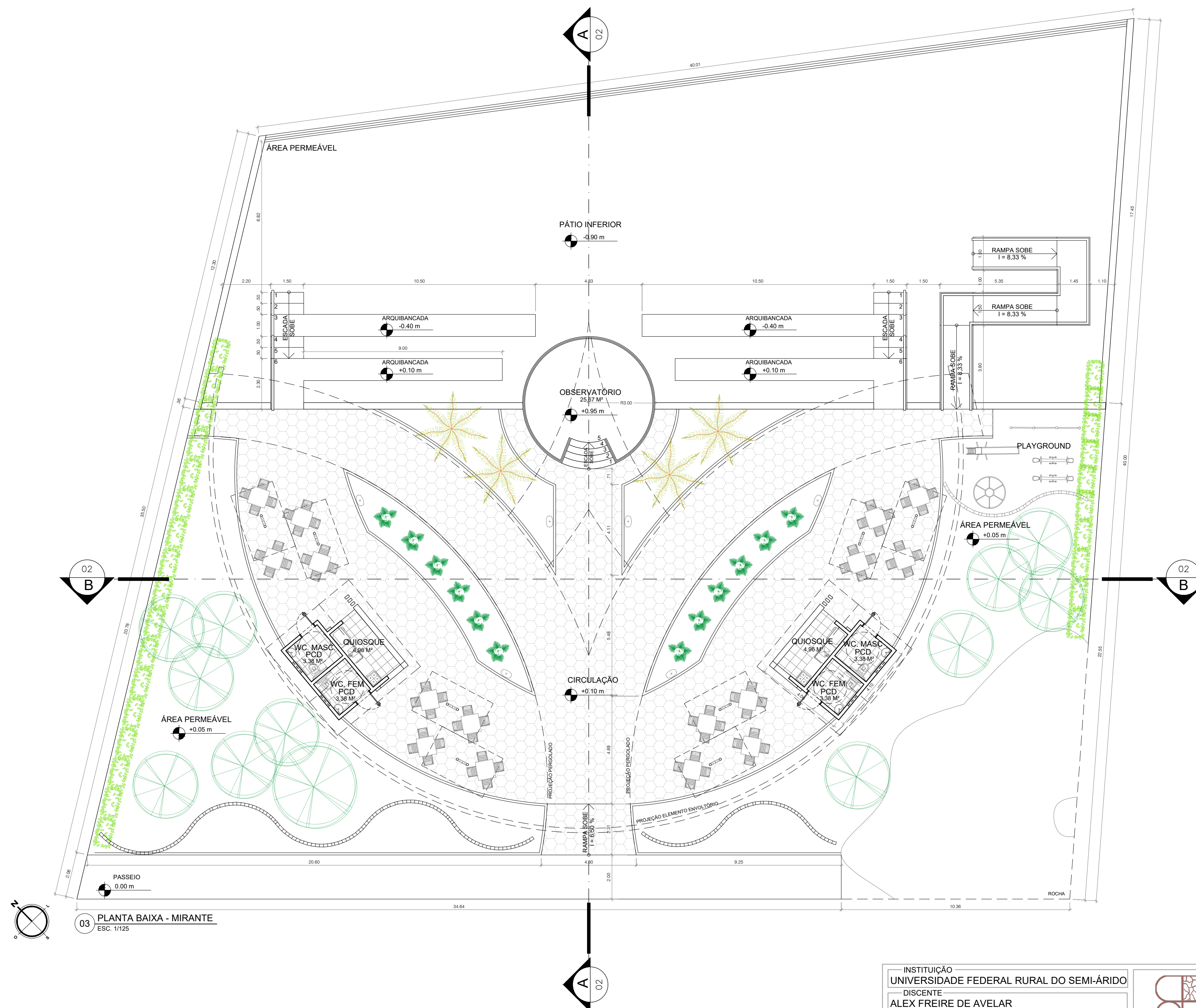
02 IMPLANTAÇÃO GERAL
ESC. 1/400

LEGENDA: 1 - ESPELHO D'ÁGUA; 2 - ESTACIONAMENTO; 3 - CANTEIRO ELEVADO; 4 - ACADEMIA PÚBLICA; 5 - CALÇADÃO; 6 - VIA DE ROLAMENTO; 7 - ROTATÓRIA; 8 - BICICLETÁRIO; 9 - ENTRADA DO MIRANTE; 10 - QUIOSQUE E BANHEIROS; 11 - OBSERVATÓRIO; 12 - ARQUIBANCADA; 13 - PLAYGROUND

INSTITUIÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DISCENTE	ALEX FREIRE DE AVELAR
ORIENTADORA	PROFª. DRa. TRÍCIA SANTANA
ASSUNTO	TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO
	PLANTA DE SITUAÇÃO E IMPLANTAÇÃO



DATA	25 DE NOV. DE 2021
ESCALA	INDICADA



03 PLANTA BAIXA - MIRANTE
ESC. 1/125

INSTITUIÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DISCENTE
ALEX FREIRE DE AVELAR
ORIENTADORA
PROFª. DRa. TRÍCIA SANTANA
ASSUNTO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO
PLANTA BAIXA - MIRANTE

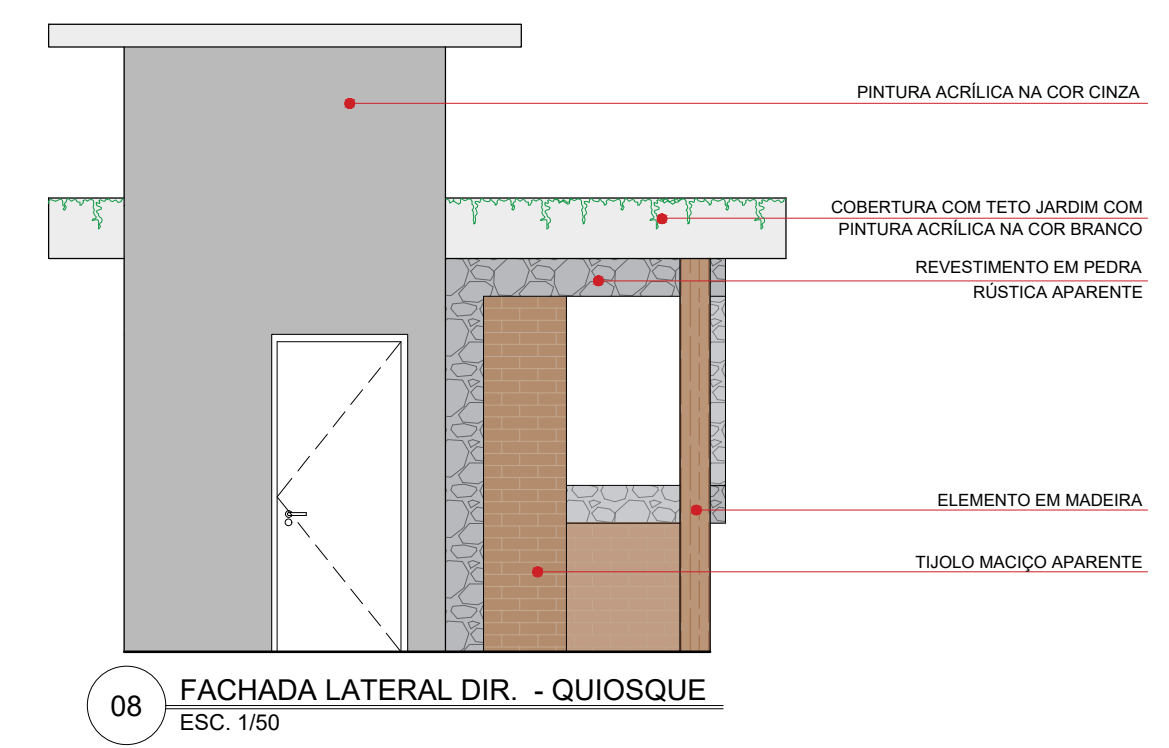
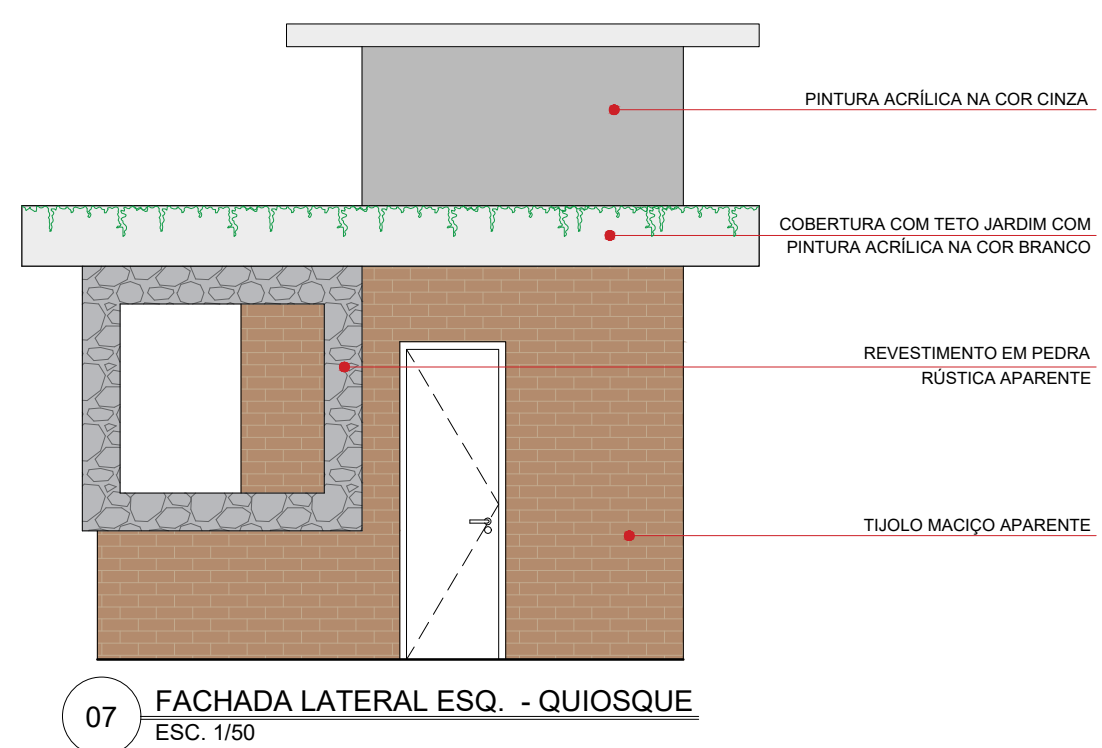
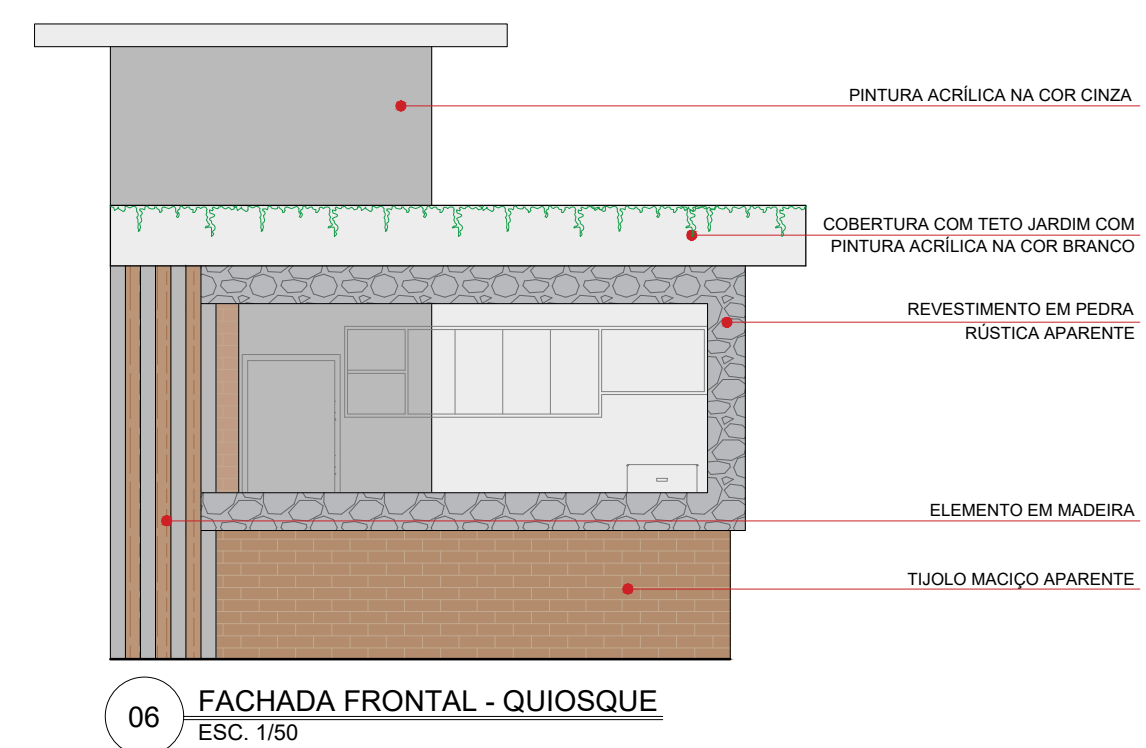
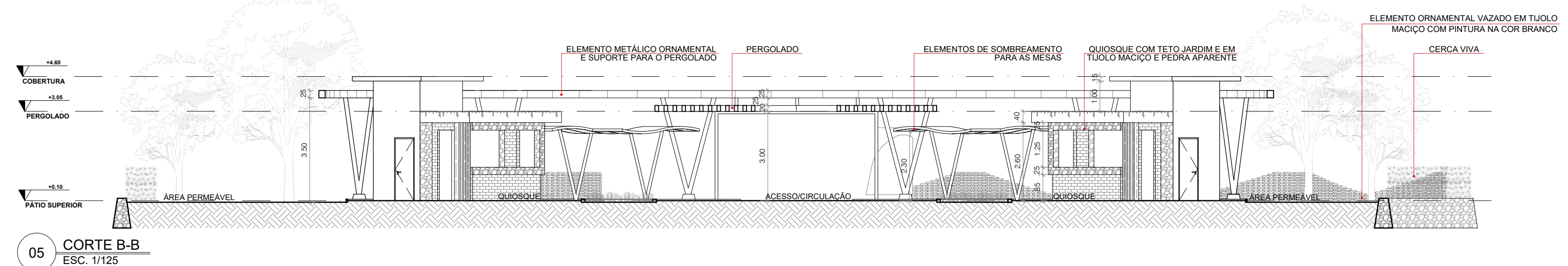
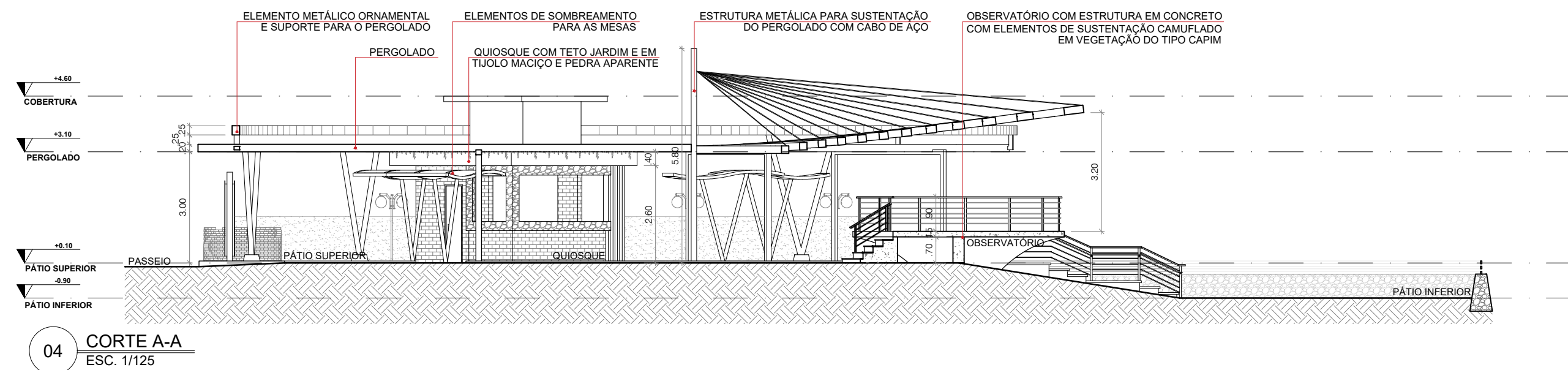


**ARQUITETURA
E URBANISMO**
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

DATA
25 DE NOV. DE 2021

ESCALA
INDICADA

PRANCHA
02 / 06





ARQUIBANCADA

OBSERVATÓRIO

PLAYGROUND

ELEMENTO DE
SOMBREAMENTO

QUIOSQUE E
BANHEIROS
PERGOLADO



PERSPECTIVA 01



PERSPECTIVA 02



PERSPECTIVA 03

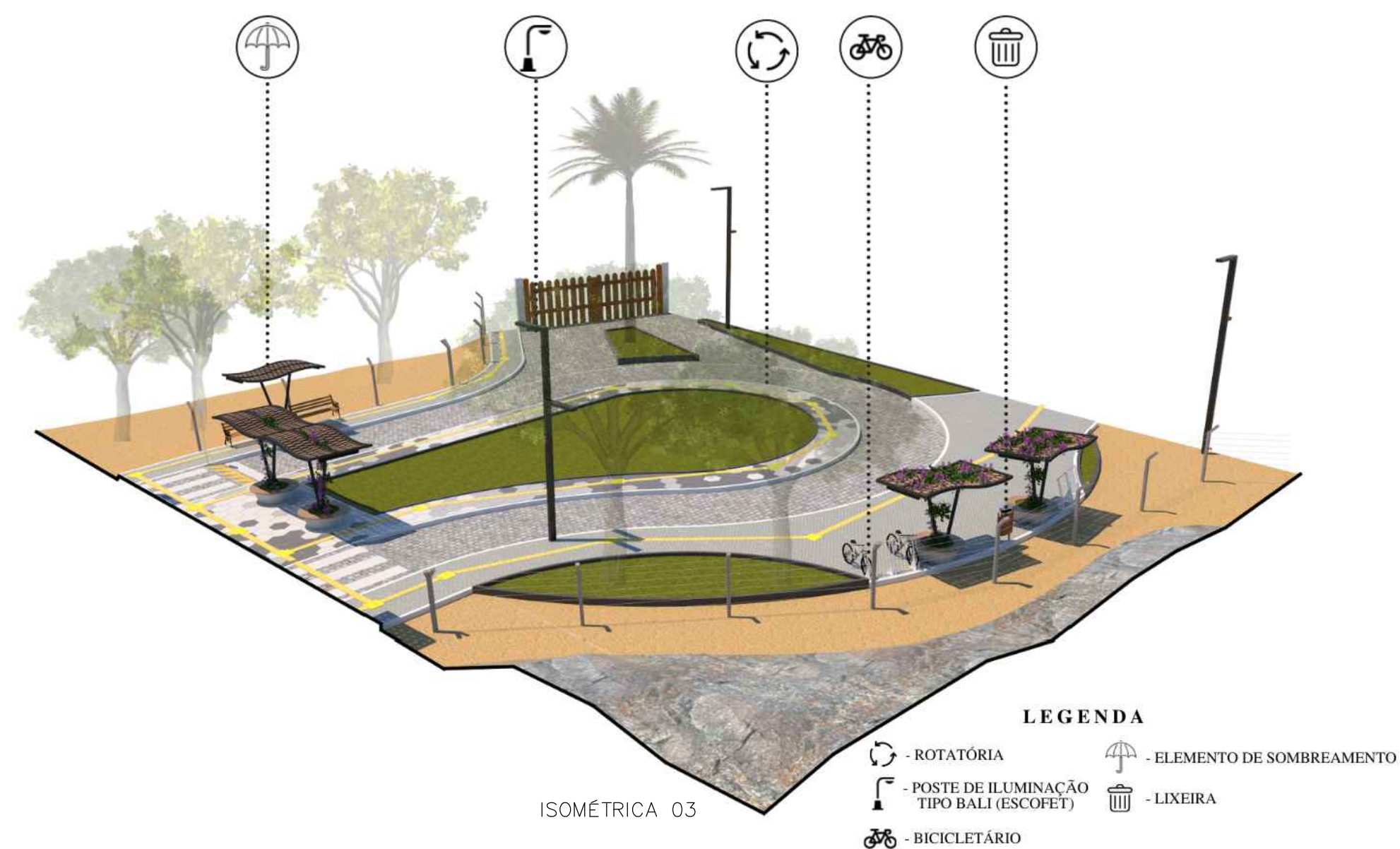
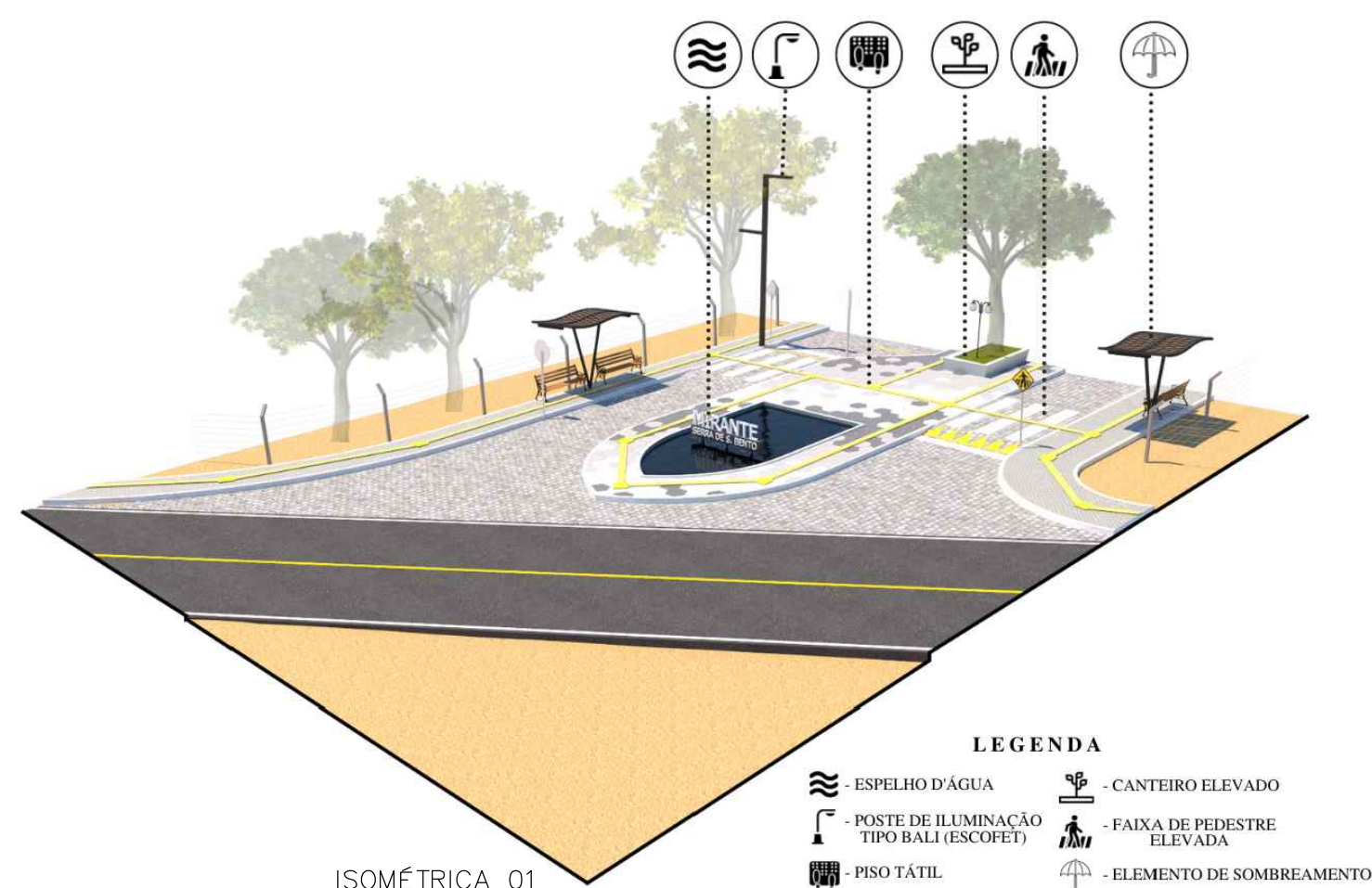
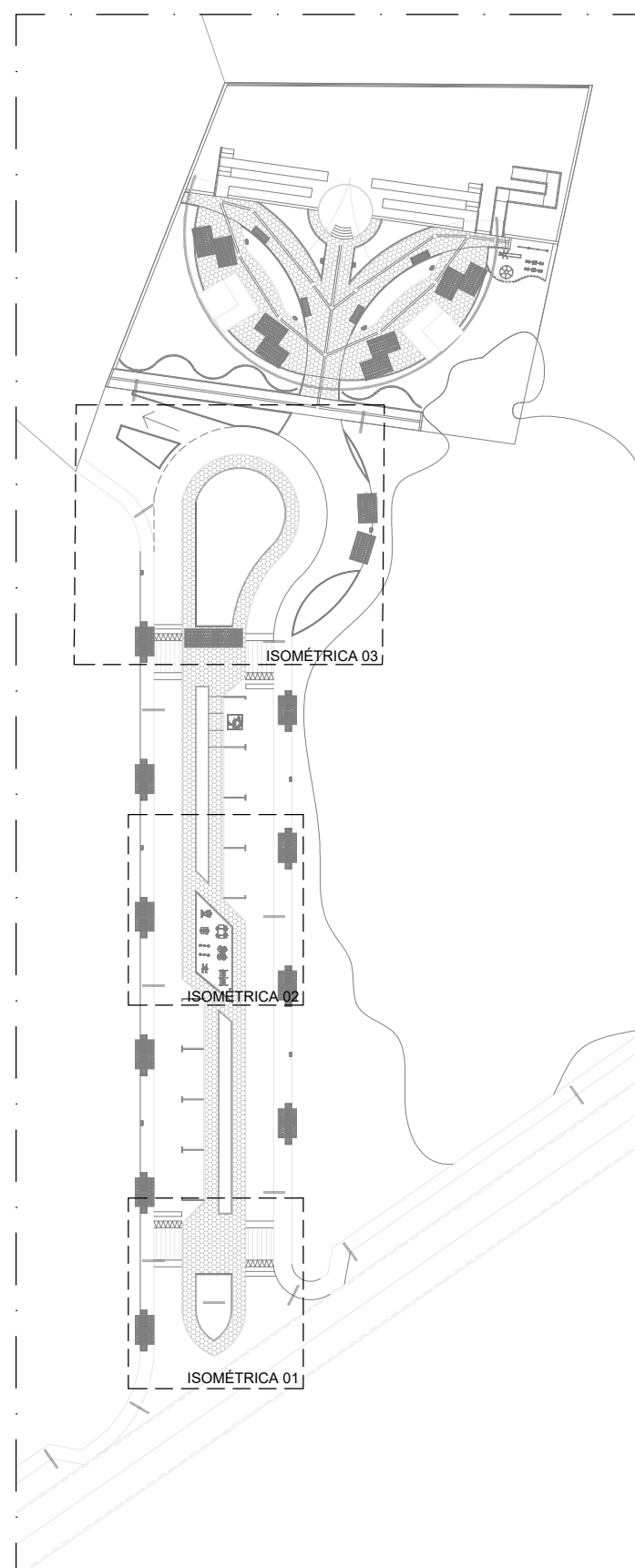
09 IMPLANTAÇÃO MIRANTE - HUMANIZADA
ESC. 1/150

INSTITUIÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DISCENTE	ALEX FREIRE DE AVELAR
ORIENTADORA	PROFª. DRª. TRÍCIA SANTANA
ASSUNTO	TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO IMPLANTAÇÃO MIRANTE - HUMANIZADA E PERSPECTIVAS



DATA
25 DE NOV. DE 2021
ESCALA
INDICADA

PRANCHA
04 / 06



INSTITUIÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

DISCENTE
ALEX FREIRE DE AVELAR

ORIENTADORA
PROFª. DRa. TRÍCIA SANTANA

ASSUNTO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

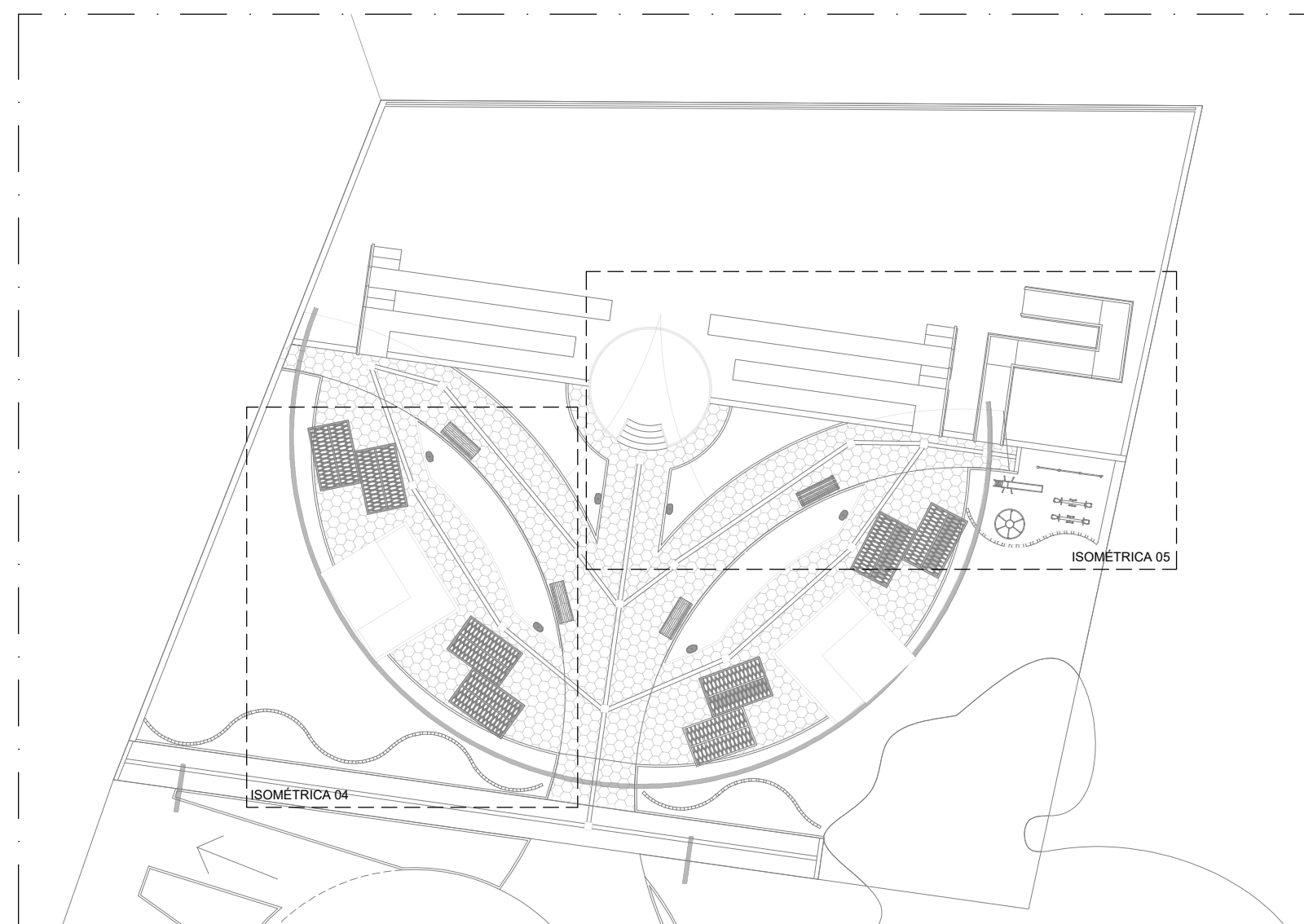
ISOMÉTRICAS - ACESSO

**ARQUITETURA
E URBANISMO**
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

DATA
25 DE NOV. DE 2021

ESCALA
INDICADA

PRANCHA
05 / 06



- LEGENDA**
- CANTEIRO ORNAMENTAL
 - BANCO
 - POSTE DE ILUMINAÇÃO TIPO POSTE DE JARDIM
 - QUIOSQUE
 - ELEMENTO DE SOMBREAMENTO

ISOMÉTRICA 04



- LEGENDA**
- OBSERVATÓRIO
 - PLAYGROUND
 - PERGOLADO
 - BANCO
 - ARQUIBANCADA
 - LIXEIRA

ISOMÉTRICA 05

INSTITUIÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
DISCENTE
ALEX FREIRE DE AVELAR
ORIENTADORA
PROFª. DRª. TRÍCIA SANTANA
ASSUNTO
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO
ISOMÉTRICAS - MIRANTE

**ARQUITETURA
E URBANISMO**
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

DATA
25 DE NOV. DE 2021
ESCALA
INDICADA

PRANCHA
06 / 06